



INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

ed.42

DEZEMBRO

2024

editoraintegralize.com

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN / 2675 - 520



INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

ed.42

DEZEMBRO

2024



**INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca da EDITORA INTEGRALIZE, (SC) Brasil

International Integralize Scientific. 42ª ed. Dezembro/2024. Florianópolis - SC

Periodicidade Mensal

Texto predominantemente em português, parcialmente em inglês e espanhol

ISSN/2675-5203

1 - Ciências da Administração

2 - Ciências Biológicas

3 - Ciências da Saúde

7 - Linguística, Letras e Arte

8 – Ciências Jurídicas

4 - Ciências Exatas e da Terra

5 - Ciências Humanas/ Educação

6 - Ciências Sociais Aplicadas

9 – Tecnologia

10 – Ciências da Religião /Teologia



**INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC**

**Dados Internacionais de
Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da Editora Integralize - SC – Brasil**

Revista Científica da EDITORA INTEGRALIZE- 42ª ed. Dezembro/2024
Florianópolis-SC

PERIODICIDADE MENSAL

Texto predominantemente em Português,
parcialmente em inglês e espanhol.
ISSN/2675-5203

1. Ciências da Administração
2. Ciências Biológicas
3. Ciências da Saúde
4. Ciências Exatas e da Terra
5. Ciências Humanas / Educação
6. Ciências Sociais Aplicadas
7. Ciências Jurídicas
8. Linguística, Letras e Arte
9. Tecnologia
10. Ciências da Religião / Teologia



**INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC**

EXPEDIENTE

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC

ISSN/2675-5203

É uma publicação mensal, editada pela
EDITORIA NTEGRALIZE | Florianópolis - SC

Florianópolis-SC

Rodovia SC 401, Bairro Saco Grande, CEP 88032-005.

Contato: (49) 99176-6732

<https://www.iiscientific.com>

Diretor Geral

Luan Trindade

Diretor Financeiro

Bruno Garcia Gonçalves

Diretora Administrativa

Vanessa Sales

Diagramação

Balbino Júnior

Conselho Editorial

Marcos Ferreira

Editora-Chefe

Prof. PhD Vanessa Sales

Editores

Prof. PhD Hélio Sales Rios

Prof. Dr. Rafael Ferreira da Silva

Prof. Dr. Francisco Rogério Gomes da Silva

Prof. Dr. Fábio Terra Gomes Júnior

Prof. Dr. Daniel Laiber Bonadiman

Técnica Editorial

Rayane Souza

Auxiliar Técnica

Rayane Rodrigues

Editores Auxiliares

Reviane Francy Silva da Silveira

James Melo de Sousa

Priscila de Fátima Lima Schio

Lucas Teotônio Vieira

Permitida a reprodução de pequenas partes dos artigos, desde que citada a fonte.



**INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC**

**INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC
ISSN / 2675-5203**

É uma publicação mensal editada pela
EDITORA INTEGRALIZE.
Florianópolis – SC
Rodovia SC 401, 4150, bairro Saco Grande, CEP 88032-005
Contato (49) 99176-6732
<https://www.iiscientific.com>

EDITORA-CHEFE
Dra. Vanessa Sales

Os conceitos emitidos nos artigos são de
responsabilidade exclusiva de seus Autores.



INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO

ADMINISTRATION SCIENCES

ed.42
DEZEMBRO
2024

CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO

COMO FATURAR UM MILHÃO DE REAIS MENSAIS ATRAVÉS DE CONSÓRCIO AUTOMOTIVO.....09

Autor: KEVIN GUSTAVO DA SILVA CARVALHO

Contato: Kevincrv421@gmail.com

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vanessa Sales

HOW TO MAKE ONE MILLION REAIS PER MONTH THROUGH AN AUTOMOTIVE CONSORTIUM

CÓMO GANAR UN MILLÓN DE REALES MENSUALMENTE A TRAVÉS DE UN CONSORCIO AUTOMOTRIZ

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E PERSPECTIVAS DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA: UMA ANÁLISE FOCADA NO MUNICÍPIO DE VIÇOSA-MG.....18

Autor: VINÍCIUS DE SOUZA

Contato: viufv@yahoo.com.br

Orientador: Prof^a Dr^a Yara Therezinha de Almeida Lozano

THEORETICAL FOUNDATIONS AND PERSPECTIVES OF PUBLIC SECURITY POLICIES: AN ANALYSIS FOCUSED IN THE MUNICIPALITY OF VIÇOSA-MG

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E PERSPECTIVAS DE LAS POLÍTICAS DE SEGURIDAD PÚBLICA: UN ANÁLISIS ENFOCADO EN EL MUNICIPIO DE VIÇOSA-MG

TRANSFORMAÇÕES E INOVAÇÕES NA SEGURANÇA PÚBLICA: RUMO AO FUTURO.....26

Autor: VINÍCIUS DE SOUZA

Contato: viufv@yahoo.com.br

Orientador: Prof^a Dr^a Yara Therezinha de Almeida Lozano

TRANSFORMATIONS AND INNOVATIONS IN PUBLIC SECURITY: TOWARDS THE FUTURE

TRANSFORMAÇÕES E INOVAÇÕES NA SEGURANÇA PÚBLICA: RUMO AO FUTURO

GESTÃO PÚBLICA DE SEGURANÇA: TENDÊNCIAS INOVADORAS E TECNOLOGIAS EMERGENTES.....36

Autor: VINÍCIUS DE SOUZA

Contato: viufv@yahoo.com.br

Orientador: Prof^a Dr^a Yara Therezinha de Almeida Lozano

PUBLIC SECURITY MANAGEMENT: INNOVATIVE TRENDS AND EMERGING TECHNOLOGIES

GESTIÓN DE LA SEGURIDAD PÚBLICA: TENDENCIAS INNOVADORAS Y TECNOLOGÍAS EMERGENTES

IMPACTOS DA CRIAÇÃO DE CURSOS SUPERIORES EM SEGURANÇA PÚBLICA PARA AS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS.....46

Autor: JOSÉ MAURO BATISTA ALVES

Contato: leonardokitnet@yahoo.com.br

Orientador: Prof^a Dr^a Patrícia Erica Hamada Bonjiorno

PUBLIC SECURITY IN BRAZIL: GENERAL APPROACH ON PUBLIC SECURITY AND ITS REFLEXES ON HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS.

SEGURIDAD PÚBLICA EN BRASIL: ENFOQUE GENERAL SOBRE SEGURIDAD PÚBLICA Y SUS REFLEJOS EN LAS INSTITUCIONES DE EDUCACIÓN SUPERIOR.

A VALORAÇÃO DE JOGADORES NO ATLÉTICO CLUBE GOIANIENSE: O CASO WELLINGTON RATO.....56

Autor: HENRIQUE PAULISTA ARANTES

Contato: henriquearantes@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. José Ricardo Martins Machado

THE VALUATION OF PLAYERS AT ATLÉTICO CLUBE GOIANIENSE: THE CASE OF WELLINGTON RATO

LA VALORACIÓN DE JUGADORES EN EL ATLÉTICO CLUBE GOIANIENSE: EL CASO DE WELLINGTON RATO

A EVOLUÇÃO DO FUTEBOL GOIANO A PARTIR DOS ANOS 200071**Autor:** HENRIQUE PAULISTA ARANTES**Contato:** henriquearantes@gmail.com**Orientador:** Prof. Dr. José Ricardo Martins Machado

THE EVOLUTION OF GOIANO FOOTBALL FROM THE 2000

LA EVOLUCIÓN DEL FÚTBOL GOIANO DESDE DE LOS AÑOS 2000

FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS DA GESTÃO SUSTENTÁVEL EM SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO.....85**Autor:** ISAIAS MAXIMIANO DA SILVA**Contato:** isamaxsil@gmail.com**Orientador:** Prof. Dr. Geraldo Lucio Germano de Sousa

FUNDAMENTALS AND PRINCIPLES OF SUSTAINABLE MANAGEMENT IN WATER AND SEWAGE SERVICES

FUNDAMENTOS Y PRINCIPIOS DE LA GESTIÓN SOSTENIBLE EN SERVICIOS DE AGUA Y SANEAMIENTO

COMO FATURAR UM MILHÃO DE REAIS MENSAIS ATRAVÉS DE CONSÓRCIO AUTOMOTIVO

HOW TO MAKE ONE MILLION REAIS PER MONTH THROUGH AN AUTOMOTIVE CONSORTIUM

CÓMO GANAR UN MILLÓN DE REALES MENSUALMENTE A TRAVÉS DE UN CONSORCIO AUTOMOTRIZ

Kevin Gustavo da Silva Carvalho

Kevinrcv421@gmail.com

CARVALHO, Kevin Gustavo da Silva. **Como faturar um milhão de reais mensais através de consórcio automotivo.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.42, p. 09 – 17, Dezembro/2024. ISSN/2675 – 5203

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Vanessa Sales

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo instruir e capacitar gestores comerciais e consultores de vendas de representações autorizadas pelo Banco Central do Brasil - BCB e Associação Brasileira das Administradoras de Consórcio - ABAC a faturar por consultor de cada equipe comercial, um milhão de reais, por meio de cartas de crédito de consórcio automotivo, trazendo rendimento e crescimento para a empresa representante e administradora escolhida, com o intuito de elevar os níveis de vendas e de oferecer uma excelente experiência de negócio para o cliente desde o atendimento até o pós venda. Dessa forma, inicialmente abordaremos o crescimento desse produto no mercado de trabalho através de pesquisa quantitativa, treinamento e desenvolvimento de pessoas, pesquisas de mercado e estratégias de marketing. Em conclusão, apresentamos a importância de conhecer o concorrente, a ponto de traçar estratégias válidas e únicas para manter uma constância nas metas estipuladas pela empresa que o profissional está inserido como colaborador.

Palavras chaves: Consórcio. Faturar. Treinamento. Marketing. Estratégias.

SUMMARY

This article aims to instruct and train sales managers and sales consultants of representatives authorized by the Central Bank of Brazil - BCB and the Brazilian Association of Consortium Administrators - ABAC to bill one million reais per consultant in each sales team, through automotive consortium credit letters, bringing income and growth to the chosen representative and administrator company, with the aim of increasing sales levels and offering an excellent business experience to the customer, from service to after-sales. Thus, we will initially address the growth of this product in the job market through quantitative research, training and development of people, market research and marketing strategies. In conclusion, we present the importance of knowing the competition, to the point of outlining valid and unique strategies to maintain consistency in the goals set by the company where the professional is working.

Keywords: Consortium. Billing. Training. Marketing. Strategies.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo instruir y capacitar a los gerentes comerciales y consultores de ventas de las representaciones autorizadas por el Banco Central de Brasil - BCB y la Asociación Brasileña de Administradores de Consorcios - ABAC para facturar por consultor de cada equipo comercial, un millón de reales, a través de cartas de crédito de una consorcio automotor, aportando ingresos y crecimiento a la empresa representante y administradora elegida, con el objetivo de incrementar los niveles de ventas y ofrecer una excelente experiencia de negocio al cliente desde el servicio hasta la posventa. Por ello, abordaremos inicialmente el crecimiento de este producto en el mercado laboral a través de investigación cuantitativa, formación y desarrollo de personas, estudios de mercado y estrategias de marketing. En conclusión, presentamos la importancia de conocer al competidor, al punto de idear estrategias válidas y únicas para mantener la coherencia en las metas estipuladas por la empresa en la que el profesional se desempeña como colaborador.

Palabras clave: Consorcio. Factura. Capacitación. Marketing. Estrategias.

INTRODUÇÃO

O sonho do carro do ano, imóvel próprio ou até mesmo viagens e procedimentos estéticos pode ser impossível para muitas pessoas, pois requer anos trabalhados para poupar um renda, ou se sujeitar a juros altíssimos de bancos através de empréstimos ou financiamentos, o consórcio é uma ferramenta poderosa que possibilita esses sonhos tornarem realidade de uma forma mais simples, sem processos burocráticos e sem cobrança de juros sendo considerando apenas taxas administrativas fixas e baixas independente da movimentação bancária do titular do CPF ou CNPJ.

Esse método que funciona através do autofinanciamento tem se destacado em todas as regiões do Brasil e mundo possibilitando pessoas a aquisição de novas conquistas, nesse contexto o presente trabalho busca apresentar o crescimento do consórcio automotivo, a busca incessante pela procura do produto e como uma equipe comercial deve ser treinada e instruída para alcançar um público alvo de vendas afim de faturar de forma eficaz uma meta proposta pela empresa.

A presente pesquisa é do caráter qualitativo como também quantitativo e lança a análise tanto de cunho bibliográfico sobre treinamento e desenvolvimento de pessoas (CHIAVENATO, 2009, p.389) como faz referência sobre o trabalho realizado nos últimos ano do Banco Central do Brasil (BCB) e a associação brasileira das administradoras de consórcio (ABAC).

MODELO DE VENDAS ATRAVÉS DE CONSÓRCIO

No Brasil o modelo de vendas a partir de consórcios vem crescendo em todas as regiões, com o intuito de estabelecer para o consumidor uma forma segura e eficaz na compra de veículos pela modalidade da carta de crédito. De acordo com o BCB (Banco Central do Brasil) esse sistema é constituído por administradoras de consórcio e por grupos de consórcio e regulamentado pela Lei 11.795, de 8 de outubro de 2008.

Esse sistema é uma reunião de pessoas físicas e jurídicas em um grupo estabelecido pela administradora autorizada pelo BCB e fiscalizada pela ABAC (associação brasileira das administradoras de consórcios) da escolha do consumidor com a finalidade de forma isonômica de propiciar a seus integrantes a aquisição de seus bens. A adesão consiste na assinatura do contrato estabelecido pela administradora escolhida contendo seus dados físicos ou jurídicos do contratante, dados jurídicos da administradora, leis, cláusulas e normas definidas pelo BCB e ABAC.

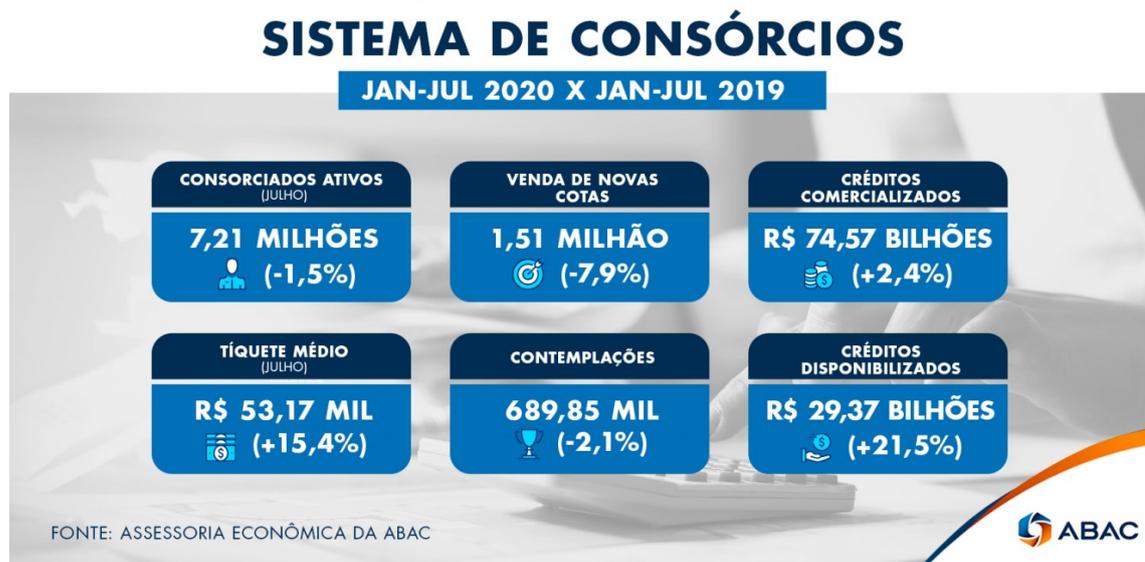
No ato dessa adesão o consorciado recebe de forma constatada no contrato o número do grupo que o mesmo foi inserido com data prevista para encerramento e número da cota que é a identificação no sistema que confirma sua participação. Sua funcionalidade ocorre por meio dos pagamentos mensais do valor da parcela do plano contratado de cada consorciado, sendo assim, gerando o fundo comum de cada grupo. Mensalmente ocorrem as assembleias de resultados onde sabemos quem são os contemplados da vez, a contemplação pode ser realizada por meio de 3 modalidades; sorteios realizados pela loteria federal, lance fixo do grupo (caso tenha) e lance livre.

INDICADORES DO CRESCIMENTO DA MODALIDADE DE VENDAS ATRAVÉS DE CONSÓRCIO

Foi constatado pela ABAC em meados de 2019 a 2020 um crescimento espetacular nas vendas de consórcio em todos os segmentos. Mesmo em um cenário pós pandêmico, a procura pelo produto fez com que o consumidor investisse sua renda para os próximos anos. Entre eles está o total de créditos comercializados de janeiro a julho de 2020, esse indicador somou R\$ R\$ 74,57 bilhões, alta de 2,4% em relação ao mesmo período do ano de 2019. Graças ao tíquete médio geral, que subiu 15,4%, ficando em R\$ 53,17 mil em julho.

Confira abaixo os principais indicadores do Sistema de Consórcios de janeiro a julho de 2020, em comparação com o mesmo período do ano de 2019. Os dados são da Assessoria Econômica da ABAC

Figura 01 - Indicadores do Sistema de Consórcios



Fonte: Assessoria Econômica da ABAC, 2020

No segmento de consórcios para veículos leves (veículos de menor porte como hatch, plus ou SUV) podemos afirmar que a procura vem sendo elevada a cada dia pelo consumidor pelo fato de não ter juros como de financiamento bancário e sim taxas mínimas que são exigidas pelas administradoras parceiras do BCB, desse modo, a proposta de negociação para compra ou troca de veículo é mais eficaz quando o assunto é economizar.

Apesar do acumulado de contemplações (315,47 mil) ter registrado retração de 5,1% de janeiro a julho, os correspondentes créditos concedidos (R\$13,71 bilhões) tiveram alta de 1,3%.

As vendas em julho cresceram 2,2% em relação a junho, como pode ser observado na figura abaixo:

Figura 02 - Crescimento das vendas através de consórcio



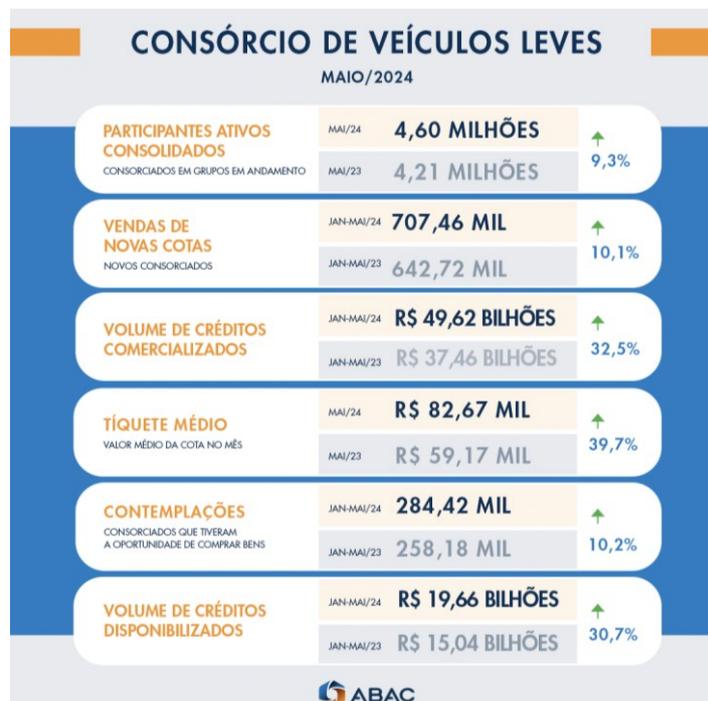
FONTE: ASSESSORIA ECONÔMICA DA ABAC - CONSÓRCIO DE VEÍCULOS LEVES

Fonte: Assessoria Econômica da ABAC - Consórcio de Veículos Leves, 2020

Atualmente, no primeiro semestre de 2024, somando-se cotas vendidas e participantes ativos, o consórcio de veículos leves encerrou os cinco primeiros meses do ano com alta em todos os indicadores. Em créditos comercializados, foram quase R\$ 50 bilhões, tendo em vista o crescimento de 39,7% no tíquete médio de maio.

Outros dois indicadores cresceram acima de 30%: créditos comercializados (32,5%) e créditos disponibilizados (30,7%), conforme registrado pela ABAC, na figura abaixo:

Figura 03 - Consórcio de Veículos Leves



Fonte: Assessoria Econômica da ABAC - Consórcio de Veículos Leves, 2024

É válido clarificar que em todos os números e gráficos extraídos pelo BCB e ABAC o crescimento do ticket médio dos faturamentos das cartas de crédito em todas as regiões do Brasil é notório.

O consultor de vendas, por sua vez, tem a missão estipulada pela representação autorizada, na qual ele está inserido como colaborador, que deve cumprir uma determinada meta de vendas. Quando o objetivo é alcançado, soma-se tudo no fechamento do mês e entende-se o faturamento mensal daquela empresa e o quanto isso resultará em comissionamento para os envolvidos nessa gestão de negócios.

COMO FATURAR UM MILHÃO DE REAIS MENSAIS

Treinamento e Desenvolvimento de Pessoas (T&D)

O mercado de trabalho nos dias atuais tem enfrentado grandes desafios em relação a procura de profissionais competentes e qualificados para a execução de seus cargos na empresa, pensando numa suposta melhoria para o futuro e crescimento de uma instituição colocamos em ação o papel do gestor comercial, que por sua vez é a aquele profissional que foi levantado e reconhecido pelo seu esforço, dedicação e qualificação a liderar uma equipe comercial com a finalidade de cumprir todas as metas e requisitos que lhe foi confiado.

É de extrema importância um olhar crítico do gestor juntamente com o departamento de recursos humanos, desenvolver, no ato da contratação do profissional para vaga de emprego, o método de recrutamento e seleção de pessoas, pois é crucial que o candidato possa desenvolver com êxito as atividades inseridas dentro do cargo trabalhista, esse começo resultará em desenvolvimento pessoal e corporativo pelo decorrer do tempo de colaboração desse profissional na instituição.

Investir em empresas terceirizadas para o treinamento e desenvolvimento da equipe comercial é uma possibilidade de extremo valor para saber a forma correta como um consultor de vendas deve se comportar no ambiente de trabalho, aprender da melhor forma como ter um atendimento ao público espetacular, sendo treinado e especializado para alcançar todas as metas e desafios, segundo o perfil desejado da instituição.

De acordo com Chiavenato (2009) para que um treinamento possa atender ao objetivo de forma adequada e eficaz é necessário enfatizar o conteúdo e os objetivos.

O Conteúdo do treinamento deve envolver:

- Transmissão de Informações.
- Desenvolvimento de Aptidões.
- Desenvolvimento ou modificação de comportamentos e atitudes.
- Desenvolvimento de conceitos. (CHIAVENATO, 2009, p.389)

Objetivos do Treinamento precisam estar claros e com a finalidade de obter os seguintes resultados:

- Tornar os indivíduos aptos.
- Servir de ligação a um contínuo desenvolvimento.
- Transformar ações em atitudes.

PESQUISA DE MERCADO

É a obtenção sistematizada, o armazenamento e a análise de dados sobre situações de marketing de produtos e serviços. A pesquisa consiste em um diagnóstico (exame) que traz a problematização correta para uma solução eficaz. Através do Sistema de Informação de Marketing (SIM) conseguimos construir uma pesquisa qualitativa que visa uma estrutura interativa e contínua de pessoas, equipamentos e procedimentos que coletam, selecionam e distribuem informações de marketing permanente, corretas e em tempo hábil para os tomadores de decisões. O roteiro dessa pesquisa diz respeito à coleta de dados como forma de apresentação, seguindo um contexto coerente com a relação de segmentos (produtos comprados), conhecimentos e opiniões de marca seguindo uma série de aplicações:

- Teste de conceitos internos e externos
- Estudos de previsões de vendas (teste de mercado)
- Pesquisas telefônicas
- O público alvo
- A concorrência
- Os serviços

Após o diagnóstico desse tipo de pesquisa, precisamos entender o perfil de crédito do nosso cliente, vale ressaltar que podemos construir vários perfis para cada tipo de consumidor, pois o produto do consórcio é versátil e pode alcançar todos os tipos e idades de pessoas de suas determinadas classes sociais. Para um consultor de vendas conseguir faturar um milhão de crédito por mês ele precisava realizar uma pesquisa quantitativa, pesquisa essa que de forma social levanta uma coleta de informações mediante técnicas, estatísticas como percentual, desvio-padrão, coeficiente de correlação e análise de regressão, para entender melhor quantos atendimentos fazer por dia, semana e mês levado ao fechamento da venda.

De acordo com a revista *Autoesporte* (INSERIR O ANO AQUI), os SUVs já representam 45,5% das vendas de carros novos no Brasil. Há poucos anos, essa fatia maior do mercado era ocupada pelos hatches, que hoje correspondem a 36% dos emplacamentos.

Em face ao exposto, a **Autoesporte** fez uma lista com os 20 carros mais vendidos do Brasil nesta categoria em 2023, de acordo com dados da **Fenabrave**, associação que representa as concessionárias, como pode ser visto a seguir:

Tabela 01 - Hatches mais vendidos em 2023

Modelo	Vendas
1º) Volkswagen Polo	111.242
2º) Chevrolet Onix	102.043
3º) Hyundai HB20	88.905
4º) Fiat Mobi	73.428
5º) Fiat Argo	66.717

6º) Renault Kwid	63.317
7º) Peugeot 208	28.629
8º) Citroën C3	26.578
9º) Toyota Yaris	23.339
10º) Honda City	10.802
11º) Renault Stepway	7.860
12º) BYD Dolphin	6.807
13º) Volkswagen Gol	6.165
14º) Mini Cooper	788
15º) GWM Ora 03	775
16º) Chevrolet Cruze HB	432
17º) Audi A3 Sportback	397
18º) Nissan Leaf	370
19º) Mercedes-Benz Classe A	63
20º) Toyota GR Corolla	61

Fonte: Fenabrave, 2023

A Fenabrave realizou também uma pesquisa sobre os 10 SUVs mais vendidos no Brasil, em 2023, conforme constatado na tabela 02:

Tabela 02 - 10 SUVs mais vendidos no Brasil em 2023

Modelo	Unidades
1º) Volkswagen T-Cross	72.441
2º) Chevrolet Tracker	66.643
3º) Hyundai Creta	65.817
4º) Jeep Compass	59.106
5º) Volkswagen Nivus	52.103

6º) Nissan Kicks	50.776
7º) Honda HR-V	48.054
8º) Jeep Renegade	47.389
9º) Fiat Pulse	45.808
10º) Toyota Corolla Cross	42.071

Fonte: Fenabrave, 2023

ESTRATÉGIAS DE MARKETING

Sabendo dessa pesquisa quantitativa, o gestor juntamente com sua equipe começa a traçar estratégias para alcançar novos clientes ao fechamento de novos negócios. Um dos primeiros questionamentos que deve ser feito é “Qual o perfil de um cliente que compra um Volkswagen Polo?” Outra questão importante é “Tendo em vista que foi o carro de categoria hatch mais vendido no Brasil no ano de 2023, o que esse carro oferece para ser melhor que o seu concorrente?”

De acordo com a fábrica de sua montadora, a Volkswagen - VW(<https://www.vw.com.br/pt/carros/polo.html>), o veículo oferece tecnologia, conforto, segurança e inovação, desde a sua versão de entrada que custa R\$ 90.590,00 até as versões mais completas como o GTS que custa R\$155.990,00, ou seja, subentende-se que o público alvo desses veículos são homens e mulheres sofisticados que precisam de conforto e qualidade no seu dia a dia de trabalho ou da vida social e não abrem mão de segurança e da facilidade tecnológica e inovadora que está presente no século XXI.

Através de redes sociais, tais como: instagram, x, facebook e outros, conseguimos realizar o tráfego pago, que é uma estratégia do marketing digital, promotora de anúncios com conteúdos atrativos para atingir o tipo de público desejado, fazendo com que sejam gerados, juntamente com plataformas de leads, novos clientes para trabalhar atendimento, negociação e fechamento. A probabilidade de ter 100 leads interessados no anúncio foi direcionada para o consultor e 10% dessa quantia deve se transformar em fechamento de venda, tendo em vista a promoção do anúncio, gerando um ticket médio de R\$100.000,00 em crédito de consórcio por cliente, o que significa um resultado mensal de faturamento em R\$ 1.000.000,00 pelo consultor de vendas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O consórcio é uma solução ideal para o cliente que deseja comprar ou trocar de veículo de forma segura, econômica e de procedência, desde o atendimento com o consultor especialista até o pós-venda (quando o cliente pega o bem da sua escolha e continua pagando as parcelas do plano contratado à administradora escolhida). Vale ressaltar, que o papel do consultor é prestar serviços e consultorias personalizadas para cada cliente mediante ao seu perfil de crédito até o

fim da contratação do plano com a quitação do bem, sendo assim, o cliente se sentirá fidelizado, passível a novas negociações e futuras indicações.

Isto posto, é válido mencionar que a presente pesquisa apresentou suma importância, a partir da comprovação da busca pelo produto no mercado de trabalho e os benefícios de quem o contrata, sendo comprovada a hipótese de que é possível faturar para a empresa, um milhão de reais mensais através do consórcio automotivo, por cada consultor de vendas de determinadas equipes comerciais, desde que, todo o protocolo dessa pesquisa seja executado da forma correta, de preferência com o auxílio de uma consultoria, especialista na área de gestão organizacional.

Recomenda-se que os estudos sobre o assunto permaneçam se aprimorando, uma vez que a cada pesquisa, atualizações moldam-se ao mercado de trabalho e as experiências de vendas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAC, consórcios de veículos em 2020; disponível em: <https://blog.abac.org.br/drops-de-mercado/creditos-contratados-consorcio-de-veiculos-2020#:~:texto=Segundo%20dados%20disponibilizados%20pelo%20Banco,R%24%20195%2C09%20mil%C3%B5es>.

ABAC, consórcios de veículos leves maio 2024; disponível em: <https://blog.abac.org.br/drops-de-mercado/sistema-de-consorcios-em-maio-2024-dados-economicos>

BANCO CENTRAL DO BRASIL; disponível em: <https://www.bcb.gov.br/>

CHIAVENATO, Idalberto. Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos: Como Incrementar Talentos na Empresa. Barueri: Editora Manole, 2016.

REVISTA AUTOESPORTE, os 20 hatches mais vendidos no ano de 2023; disponível em: <https://autoesporte.globo.com/mercado/noticia/2024/01/veja-os-20-hatches-mais-vendidos-do-brasil-em-2023.ghtml>

REVISTA AUTOESPORTE, os 40 suv's mais vendidos no ano Brasil no ano de 2023; disponível em: <https://autoesporte.globo.com/mercado/noticia/2024/01/veja-os-40-suvs-mais-vendidos-no-brasil-em-2023.ghtml>

VW POLO, disponível em: <https://www.vw.com.br/pt/carros/polo.html>

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E PERSPECTIVAS DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA: UMA ANÁLISE FOCADA NO MUNICÍPIO DE VIÇOSA-MG

THEORETICAL FOUNDATIONS AND PERSPECTIVES OF PUBLIC SECURITY POLICIES: AN ANALYSIS FOCUSED IN THE MUNICIPALITY OF VIÇOSA-MG
FUNDAMENTOS TEÓRICOS Y PERSPECTIVAS DE LAS POLÍTICAS DE SEGURIDAD PÚBLICA: UN ANÁLISIS ENFOCADO EN EL MUNICIPIO DE VIÇOSA-MG

Vinícius de Souza
viufv@yahoo.com.br

SOUZA, Vinícius de. **Fundamentos teóricos e perspectivas das políticas de segurança pública: uma análise focada no município de Viçosa-MG.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.42, p. 18 – 25 , Dezembro/2024. ISSN/2675 – 5203

Orientador: Prof^ª Dr^ª. Yara Therezinha de Almeida Lozano

RESUMO

As políticas de segurança pública no município de Viçosa-MG, representam um tema relevante no contexto atual, marcado por desafios constantes na garantia da ordem e proteção da população. Em Viçosa, as ações voltadas para a segurança são entre diferentes órgãos, como a Polícia Militar, Guarda Municipal e iniciativas de prevenção comunitária. Além disso, aprimora ideias de descobertas, sempre com uma visão crítica. A análise das políticas de segurança pública no município de Viçosa, Minas Gerais, revela a complexidade e os desafios enfrentados pela administração local em relação à segurança da população. O presente artigo teve como objetivo analisar as políticas de segurança pública implementadas em Viçosa, buscando compreender suas origens, objetivos e impactos na vida da comunidade. A pesquisa teve caráter do tipo exploratório, que proporciona maior familiaridade com as questões, a fim de obter mais detalhes e torná-lo mais explícito. Demonstrou que, embora haja esforços significativos na implementação de programas de segurança, muitos moradores ainda expressam preocupações quanto à eficácia e à sensação de segurança no dia a dia.

Palavras-chave: Segurança pública. Viçosa. Comunidade.

SUMMARY

Public security policies in the municipality of Viçosa-MG represent a relevant topic in the current context, marked by constant challenges in guaranteeing order and protecting the population. In Viçosa, actions aimed at security are between different bodies, such as the Military Police, Municipal Guard and community prevention initiatives. Furthermore, it improves discovery ideas, always with a critical view. The analysis of public security policies in the municipality of Viçosa, Minas Gerais, reveals the complexity and challenges faced by the local administration in relation to the security of the population. This article aimed to analyze the public security policies implemented in Viçosa, seeking to understand their origins, objectives and impacts on the life of the community. The research was exploratory in nature, which provides greater familiarity with the issues in order to obtain more details and make it more explicit. Demonstrated that although there are significant efforts to implement safety programs, many residents still express concerns about their effectiveness and feelings of safety in their daily lives.

Keywords: Public safety. Viçosa. Community.

RESUMEN

Las políticas de seguridad pública en el municipio de Viçosa-MG representan un tema relevante en el contexto actual, marcado por constantes desafíos para garantizar el orden y proteger a la población. En Viçosa, las acciones encaminadas a la seguridad son entre diferentes cuerpos, como la Policía Militar, la Guardia Municipal e iniciativas comunitarias de prevención. Además, mejora las ideas de descubrimiento, siempre con una visión crítica. El análisis de las políticas de seguridad pública en el municipio de Viçosa, Minas Gerais, revela la complejidad y los desafíos que enfrenta la administración local en relación a la seguridad de la población. Este artículo tuvo como objetivo analizar las políticas de seguridad pública implementadas en Viçosa, buscando comprender sus orígenes, objetivos e impactos en la vida de la comunidad. La investigación fue de carácter exploratorio, lo que proporciona un mayor conocimiento de la problemática para obtener mayor detalle y hacerla más explícita. Demostró que, aunque se están realizando importantes esfuerzos para implementar programas de seguridad, muchos residentes todavía expresan preocupaciones sobre su eficacia y sensación de seguridad en su vida diaria.

Palabras clave: Seguridad pública. Viçosa. Comunidad.

INTRODUÇÃO

As políticas de segurança pública no município de Viçosa-MG são um tema de grande relevância, especialmente em um contexto marcado por desafios constantes na garantia da ordem e proteção da população. Com aproximadamente 77 mil habitantes e uma economia centrada na educação e serviços, Viçosa apresenta questões específicas relacionadas à segurança, que exigem uma análise aprofundada e soluções eficazes. Historicamente, a segurança pública no Brasil tem sido tratada de maneira fragmentada, refletindo as complexidades sociais e econômicas que influenciam a criminalidade. No caso de Viçosa, a responsabilidade pela segurança envolve múltiplos órgãos, como a Polícia Militar, a Guarda Municipal e iniciativas de prevenção comunitária. No entanto, a efetividade dessas políticas é frequentemente questionada devido à limitação de recursos, falta de planejamento estratégico e de coordenação entre as ações.

O espaço urbano contemporâneo, caracterizado por sua organização complexa e diversidade social, impõe desafios adicionais às políticas de segurança. A desigualdade social, evidenciada em áreas subnormais como favelas e habitações precárias, reflete um modelo de desenvolvimento que favorece o crescimento econômico sem equidade, gerando contextos propícios ao aumento da criminalidade. Nesse cenário, a relação entre criminalidade e segurança pública é um tema amplamente discutido na literatura acadêmica, com destaque para as influências do contexto socioeconômico e a necessidade de políticas integradas.

Metodologicamente, o presente estudo é embasado em uma pesquisa exploratória e qualitativa, com revisão bibliográfica. Gil(2002, p. 17) define pesquisa como sendo "[...] o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos". A revisão de literatura é fundamental no desenvolvimento de trabalhos acadêmicos e científicos, permitindo evitar duplicações de pesquisas ou promover a aplicação de conhecimentos em diferentes contextos, conforme salientado por Galvão e Ricarte(2019). As revisões exploratórias visam identificar, obter, filtrar, avaliar e sintetizar os estudos primários relevantes para responder a uma questão de pesquisa específica. Segundo Lakatos e Marconi(2003), a pesquisa exploratória busca uma interpretação detalhada do objeto estudado, concentrando-se nas particularidades e no contexto específico dos fenômenos. Este tipo de investigação permite compreender e aprimorar ideias com uma abordagem crítica, ajudando a relacionar e discutir com maior profundidade os estudos sobre segurança pública em Viçosa.

Compreender o fenômeno da criminalidade em Viçosa requer uma análise que vá além da culpabilização individual, levando em conta as condições socioeconômicas, políticas e ideológicas que moldam o comportamento humano. Além disso, o nexos entre políticas públicas de segurança e justiça social destaca a importância de equilibrar controle social e garantias de liberdade, promovendo uma segurança pública mais justa e equitativa. Este artigo tem como objetivo analisar as políticas de segurança pública implementadas em Viçosa, buscando entender suas origens, objetivos e os impactos na vida da comunidade local, com ênfase na percepção de segurança, na eficácia das ações preventivas e repressivas, e na relação entre criminalidade e justiça social.

ESTRATÉGIAS E DESAFIOS DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA EM VIÇOSA-MG

A segurança pública é um tema de grande relevância, especialmente em contextos urbanos, onde a complexidade das dinâmicas sociais e econômicas pode influenciar diretamente a criminalidade. Segundo Silva(2020), as políticas de segurança no Brasil têm sido historicamente fragmentadas, refletindo uma abordagem reativa e muitas vezes insuficiente para os problemas que afligem as comunidades.

As teorias sobre segurança pública podem ser divididas em dois principais paradigmas: o modelo repressivo e o modelo preventivo. O modelo repressivo foca na atuação da polícia e nas medidas punitivas, enquanto o modelo preventivo enfatiza a educação, inclusão social e o fortalecimento das comunidades(LIMA, 2019). Em Viçosa, iniciativas de prevenção comunitária têm sido implementadas, mas sua eficácia depende de um planejamento mais estruturado e da participação ativa da sociedade civil.

A percepção da segurança pela população é um aspecto crucial a ser considerado. Estudos indicam que a sensação de insegurança pode ser tão impactante quanto a criminalidade em si, influenciando o cotidiano das pessoas e a forma como elas interagem com o espaço urbano(PEREIRA, 2021). Em Viçosa, a análise dessa percepção é fundamental para entender como as políticas públicas estão sendo recebidas e quais áreas necessitam de atenção.

Dados estatísticos sobre a criminalidade local são essenciais para embasar qualquer discussão sobre segurança. O levantamento de informações sobre tipos de crimes, suas frequências e a evolução ao longo do tempo podem proporcionar uma visão clara das necessidades e prioridades em Viçosa. O estudo de Santos(2022) revela que, em muitos municípios, as políticas de segurança que não se baseiam em dados concretos tendem a falhar em suas propostas.

A eficácia das ações preventivas e repressivas deve ser constantemente avaliada. A literatura aponta que a integração entre diferentes órgãos e a participação da comunidade são fundamentais para o sucesso de qualquer política de segurança(OLIVEIRA, 2023). Em Viçosa, a análise crítica dessas práticas pode oferecer subsídios para o desenvolvimento de um modelo mais eficaz e humanizado de segurança pública, promovendo uma cidade mais segura e acolhedora para todos.

A percepção generalizada de crescimento da criminalidade violenta na sociedade contemporânea coloca o tema segurança pública no centro do debate político e jurídico. Com frequência, fala-se em um direito à segurança pública por parte do indivíduo, o que torna forçosa a reflexão a respeito de uma relação possível entre aquela e os direitos fundamentais.

O estudo da segurança pública à luz da Constituição Federal é de extrema relevância.

Com a promulgação da primeira Constituição democrática brasileira, em 1988, criaram-se condições para uma ampla participação popular e removeram-se as barreiras tradicionais, que excluía do direito ao voto inúmeros segmentos da população. Dado o novo contexto político, as agendas públicas tornaram-se ainda mais sensíveis às demandas da sociedade. Sendo a segurança um item eminentemente popular – sem deixar de ser tema prioritário também para as elites e para as camadas médias –, impôs-se com mais peso à consideração dos atores políticos. O crescimento da violência criminal, ao longo da última década, reforçou essa tendência. Hoje, a questão da segurança é parte não apenas das preocupações estaduais, mas também dos

municípios e governo federal, tornando-se uma das principais problemáticas nacionais, seja nas eleições, seja para além delas.(SOARES, 2003, p. 47).

As políticas de segurança pública no Brasil enfrentam desafios complexos e multifacetados, abrangendo altos índices de criminalidade, desigualdades socioeconômicas e um sistema de justiça que, muitas vezes, falha em oferecer respostas rápidas e efetivas. A implementação de estratégias repressivas, como operações policiais em áreas com elevada violência, precisa ser equilibrada com medidas preventivas, tais como programas de inclusão social que abordem as causas estruturais do crime. No entanto, esses esforços esbarram em desafios estruturais, incluindo a corrupção, a falta de recursos e uma abordagem fragmentada entre as diferentes esferas de governo. A integração entre as forças de segurança e a comunidade é vital para melhorar a confiança pública, pois a cooperação pode gerar um ambiente de maior segurança e sensação de proteção para a população.

Para entender os desafios contemporâneos das políticas públicas de segurança, é necessário olhar para um contexto histórico mais amplo. Os princípios de igualdade, liberdade e fraternidade, estabelecidos pela Revolução Francesa de 1789, representam um marco na luta por justiça e equidade social. Azevedo(2013) destaca que a Revolução foi um divisor de águas ao romper com um sistema de privilégios, promovendo a ascensão de ideais republicanos que consolidaram direitos iguais entre os cidadãos. Estes valores são refletidos na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, um documento que permanece como um marco universal. Embora essa herança histórica possa parecer distante, ela influencia diretamente os debates sobre direitos civis e sociais no Brasil, ressaltando a necessidade de políticas que garantam igualdade e justiça para todos.

No contexto brasileiro, a educação surge como um pilar fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, capaz de enfrentar os desafios da criminalidade e da exclusão social. Azevedo(2013) aponta que, apesar da universalização do acesso ao ensino fundamental, a qualidade da educação pública ainda é desigual, principalmente em comparação com a educação privada, que atende os grupos mais favorecidos. As escolas públicas, que acolhem a população menos privilegiada, necessitam de mais atenção, recursos, infraestrutura adequada e profissionais qualificados para garantir uma educação de qualidade. Essa desigualdade educacional perpetua as diferenças sociais e contribui para a marginalização de uma parcela significativa da população, aumentando as chances de envolvimento com a criminalidade.

Adotar políticas que promovam igualdade substantiva é crucial para garantir que o acesso aos direitos não seja meramente formal, mas efetivo. Azevedo(2013) argumenta que, sem políticas que busquem ativamente a equidade, as desigualdades continuarão a ser reproduzidas, dificultando o avanço de uma sociedade mais justa e segura. Essas políticas devem ir além das ações repressivas, investindo na inclusão social e no combate às desigualdades estruturais.

Complementando essa visão, De Andrade Carneiro(2022) ressalta que o envolvimento ativo do Estado e o fortalecimento de suas instituições são fundamentais para enfrentar as crescentes taxas de violência. Parcerias entre o Estado e as comunidades são necessárias para restaurar a ordem pública e estabelecer formas de controle social que sejam tanto formais quanto informais. Essas parcerias podem ajudar a reduzir a atuação de organizações criminosas

e fortalecer as bases democráticas do país. A promoção de uma cultura de não violência, em um contexto de fragmentação social e desigualdades econômicas, é um passo essencial para alcançar uma sociedade mais segura e equitativa.

A relação entre segurança pública, justiça social e direitos fundamentais é complexa e exige uma abordagem multidimensional. Políticas eficazes de segurança devem integrar a repressão ao crime com medidas preventivas e ações que promovam a inclusão social e a equidade. Investir em educação, saúde, oportunidades econômicas e inclusão social são formas de mitigar as condições que favorecem o surgimento da criminalidade. Ao mesmo tempo, é essencial que as ações de segurança pública sejam baseadas em princípios de justiça, legalidade e respeito aos direitos humanos, evitando discriminação e promovendo um acesso equitativo à proteção para todos os cidadãos.

Assim, o Brasil enfrenta o desafio de superar um contexto histórico e social de desigualdades, adotando políticas públicas que promovam a equidade e combatam a criminalidade de forma integrada e justa. As lições extraídas da história e da literatura acadêmica, como as reflexões de Azevedo(2013) e De Andrade Carneiro (2022), mostram que uma sociedade mais segura e justa depende da articulação entre políticas de segurança, justiça social e inclusão. A efetivação desse propósito requer um esforço contínuo para fortalecer as instituições, combater as causas profundas da criminalidade e promover uma cultura de respeito e não violência em todos os âmbitos da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das políticas de segurança pública no município de Viçosa, Minas Gerais, revela a complexidade e os desafios enfrentados pela administração local em relação à segurança da população. A pesquisa demonstrou que, embora haja esforços significativos na implementação de programas de segurança, muitos moradores ainda expressam preocupações quanto à eficácia e à sensação de segurança no dia a dia. Os dados coletados evidenciam que a percepção da segurança é influenciada por fatores como a presença policial, a comunicação entre a comunidade e as autoridades, e a implementação de políticas públicas integradas. Apesar das iniciativas existentes, como campanhas de prevenção e patrulhamento, é fundamental que haja uma maior articulação entre os diferentes setores envolvidos na segurança, incluindo educação, saúde e assistência social.

A criminalidade e a justiça social são temas profundamente entrelaçados na discussão sobre segurança pública no Brasil. O país, com sua vasta desigualdade social e histórica carga de violência, enfrenta um desafio complexo na formulação e implementação de políticas que visem a redução da criminalidade enquanto promovem justiça social. Esta análise busca explorar as políticas de segurança pública no Brasil, seu impacto sobre a criminalidade e como elas se relacionam com questões de justiça social.

O Brasil é conhecido por seus altos índices de violência, com taxas de homicídios, roubos e outros crimes violentos frequentemente destacadas em rankings internacionais. A criminalidade no país está intrinsecamente ligada a fatores socioeconômicos, como pobreza, desigualdade social e falta de oportunidades. A concentração de riqueza e a desigualdade na distribuição de renda são fatores críticos que contribuem para a criminalidade. Regiões com

alta concentração de pobreza e baixa oferta de serviços públicos tendem a experimentar maiores índices de criminalidade.

A desigualdade social também tem um papel significativo na formação de grupos criminosos e no tráfico de drogas, atividades que muitas vezes surgem como alternativas econômicas em contextos de marginalização e exclusão. Além disso, a falta de acesso à educação de qualidade e a serviços básicos contribui para um ciclo de violência e criminalidade que é difícil de romper.

As políticas de segurança pública no Brasil têm evoluído ao longo dos anos, refletindo uma tentativa contínua de enfrentar a violência e a criminalidade. Historicamente, as abordagens têm variado desde estratégias de policiamento mais repressivas até iniciativas focadas na prevenção e reintegração social. Programas de educação e capacitação profissional para jovens em risco, investimento em infraestrutura nas áreas mais carentes e iniciativas de saúde mental são exemplos de como a justiça social pode ser integrada às estratégias de segurança pública. Essas abordagens podem ajudar a reduzir a criminalidade ao oferecer alternativas viáveis e ao criar um ambiente mais equitativo.

A criminalidade e a justiça social são questões interligadas que exigem políticas de segurança pública que vão além da mera repressão. É necessário um esforço coordenado que aborde tanto a segurança quanto a desigualdade social. Investir em educação, saúde e oportunidades econômicas pode ajudar a criar uma sociedade mais justa e segura. A integração dessas dimensões nas políticas de segurança é crucial para reduzir a criminalidade e promover um ambiente em que todos os cidadãos tenham a oportunidade de viver com dignidade e segurança. O desafio é grande, mas é por meio da combinação de estratégias eficazes e um compromisso com a justiça social que o Brasil pode alcançar avanços significativos em sua luta contra a violência e a desigualdade.

O futuro das políticas de segurança pública no Brasil promete ser uma arena de inovação e desafios, impulsionado por uma crescente necessidade de reformas que equilibrem eficiência e respeito aos direitos humanos. A crescente conscientização sobre a importância de abordar as causas profundas da criminalidade, como desigualdade social e falta de oportunidades, está moldando novas abordagens. Espera-se que futuras políticas integrem estratégias mais holísticas, combinando repressão com programas de prevenção e inclusão social. Investimentos em educação, saúde mental e oportunidades de emprego são fundamentais para criar um ambiente menos propenso à criminalidade e mais propenso ao desenvolvimento social e econômico. Além disso, a utilização de tecnologias avançadas e a integração de dados têm o potencial de transformar a segurança pública no Brasil. O uso de inteligência artificial, big data e análise preditiva pode permitir um policiamento mais eficiente e direcionado, melhorando a capacidade das forças de segurança em identificar padrões e responder rapidamente a ameaças. No entanto, é crucial que a implementação dessas tecnologias seja acompanhada de regulamentações rigorosas para proteger a privacidade dos cidadãos e garantir que não haja discriminação ou abusos. A transparência e a responsabilidade são essenciais para que a tecnologia ajude a construir um sistema de segurança pública mais eficaz e justo.

As recomendações resultantes desta pesquisa apontam para a necessidade de um acompanhamento contínuo das políticas, bem como a importância da participação da comunidade na construção de soluções. A promoção de espaços de diálogo e a ampliação de

programas de prevenção podem fortalecer a confiança da população nas instituições de segurança.

Em síntese, a segurança pública em Viçosa demanda uma abordagem multidimensional, que considere não apenas os aspectos repressivos, mas também as ações voltadas para a prevenção e a inclusão social. Este estudo contribui para um melhor entendimento da realidade local e pode servir como base para futuras pesquisas e intervenções que visem a melhoria das condições de segurança no município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAÃO, E. (2014). Bem Jurídico Penal e Estado Democrático de Direito: uma visão do Direito Penal como instrumento de concretização da Justiça Social. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/5491> . Acesso em: 10 nov. 2024.
- AZEVEDO, M. L. N. Igualdade e equidade: qual é a medida da justiça social? Avaliação: Revista de Avaliação da Educação Superior (Campinas). 18:129-150, 2013.
- BECKER, K. L; KASSOUF, A. L. (2017). Uma análise do efeito dos gastos públicos em educação sobre a criminalidade no Brasil. Economia e Sociedade. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/rH8CZCgZ73dYqyVGKV3Xbzc/> . Acesso em: 10 nov. 2024.
- CARVALHO, V. A; SILVA, M. R. F. (2011). Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/bnjfd8BgmpTSXSSSyXQ3qbj/> . Acesso em: 10 nov. 2024.
- DE ANDRADE CARNEIRO, L. (2022). Causas e consequências da criminalidade no Brasil: uma revisão da literatura. Disponível em: <https://revistaiamhc.com.br/index.php/iamhc/article/view/1234> . Acesso em: 10 nov. 2024.
- DE CARVALHO, G. P; DA SILVA, E. A. (2015). Justiça social e multiculturalismo: as políticas de reconhecimento de identidades étnico-culturais no Brasil. Disponível em: <https://dfj.emnuvens.com.br/dfj/article/view/171> . Acesso em: 10 nov. 2024.
- DORNELLES, J. R. W. O que é crime? São Paulo: Brasiliense; 2017.
- DOS SANTOS, M. J; KASSOUF, A. L. (2008). Estudos econômicos das causas da criminalidade no Brasil: evidências e controvérsias. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/revista/eco>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- FERREIRA, S. P; LIMA, R. S; BESSA, V. Criminalidade violenta e homicídios em São Paulo: fatores explicativos e movimentos recentes. In: Homicídios: políticas de prevenção e controle. Brasília, DF: Ministério da Justiça; 2009.
- GALVÃO, M. C. B; RICARTE, I. L. M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. Logeion: Filosofia da Informação. 2019.
- GIL, A. C, et al. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas; 2002.
- JÚNIOR, D. A. S. (2010). Segurança pública como cultura do controle. Revista Brasileira de Segurança Pública. Disponível em: <https://www.rbsp.org.br/seguranca-controle>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- LIMA, J. (2021). Modelos de Segurança Pública: Uma Análise Crítica. Disponível em: <https://doi.org/10.31060/rbsp.2021.v15.n1.1159>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. (2003) Fundamentos da Metodologia Científica. 5ª ed. São Paulo: Atlas;
- NERY, L. Violência, criminalidade e políticas públicas de segurança. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/738>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- OLIVEIRA, R. A. (2023). Importância da Participação Comunitária nas Políticas de Segurança. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1251>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- OLIVEIRA JÚNIOR, A; LIMA, V. C. A. (2013). Segurança pública e racismo institucional. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5931>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- PEREIRA, M. (2021). Percepção de Segurança e Seus Efeitos na Vida Urbana. Jornal de Segurança Pública, 18(2), 22-34. Tese (Direito Político e Econômico) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo. Disponível em <https://jornaldeseguranca publica.com/doi:10.11606/T.2.2017.tde-31012017-162325>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- RAMOS, S; PAIVA, A. (2008). Mídia e violência: o desafio brasileiro na cobertura sobre violência, criminalidade e segurança pública. Disponível em: https://cesecseguranca.com.br/wpontent/uploads/2016/01/MidiaeViolencia_CadernosAdenauer.pdf. Acesso em: 10 nov. 2024.
- SANTOS, M. A. Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2009.

- SANTOS, F. (2022). Estatísticas de Criminalidade: Um Estudo de Caso em Municípios Brasileiros. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/123>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- SBARDELOTTO, F. R. Direito penal no estado democrático de direito: perspectivas (re) legitimadoras. Livraria do Advogado Editora, 2001.
- SILVA, A. (2020). Fragmentação das Políticas de Segurança Pública no Brasil. Revista Brasileira de Política. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1653>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- SOARES, L. E. (2003). Novas políticas de segurança pública. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9903>. Acesso em: 14 de set. 2024.
- SOARES, L. E. (2006). Segurança pública: presente e futuro. Estudos avançados. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10034>. Acesso em: 10 nov. 2024.

TRANSFORMAÇÕES E INOVAÇÕES NA SEGURANÇA PÚBLICA: RUMO AO FUTURO
TRANSFORMATIONS AND INNOVATIONS IN PUBLIC SECURITY: TOWARDS THE FUTURE
TRANSFORMAÇÕES E INOVAÇÕES NA SEGURANÇA PÚBLICA: RUMO AO FUTURO

Vinícius de Souza
viufv@yahoo.com.br

SOUZA, Vinícius de. **Transformações e inovações na segurança pública: rumo ao futuro.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.42, p. 26 – 35, Dezembro/2024. ISSN/2675 – 5203
Orientador: Prof^ª Dr^ª. Yara Therezinha de Almeida Lozano

RESUMO

O presente artigo aborda as transformações e inovações na segurança pública, com foco na evolução das políticas de segurança e as tendências emergentes na gestão pública do setor. O objetivo é analisar os principais desafios enfrentados pela segurança pública no século XXI, destacando o impacto de novas tecnologias, como a inteligência artificial, big data e dispositivos de monitoramento, na formulação de políticas e na gestão de operações de segurança. A metodologia utilizada é baseada em revisão bibliográfica e análise de estudos de caso que ilustram a implementação de soluções tecnológicas e políticas inovadoras em diferentes contextos. Por meio dessa análise, busca-se fornecer uma visão abrangente sobre as transformações no campo da segurança pública e as implicações éticas e sociais das inovações aplicadas.

Palavras-chave: Segurança Pública, Inovação Tecnológica, Gestão de Segurança.

SUMMARY

This article addresses transformations and innovations in public security, focusing on the evolution of security policies and emerging trends in public management in the sector. The objective is to analyze the main challenges faced by public security in the 21st century, highlighting the impact of new technologies, such as artificial intelligence, big data and monitoring devices, on policy formulation and the management of security operations. The methodology used is based on a literature review and analysis of case studies that illustrate the implementation of innovative technological and political solutions in different contexts. Through this analysis, we seek to provide a comprehensive view of the transformations in the field of public security and the ethical and social implications of applied innovations.

Keywords: Public Security, Technological Innovation, Security Management.

RESUMEN

Este artículo aborda las transformaciones e innovaciones en seguridad pública, centrándose en la evolución de las políticas de seguridad y las tendencias emergentes en la gestión pública del sector. El objetivo es analizar los principales desafíos que enfrenta la seguridad pública en el siglo XXI, destacando el impacto de las nuevas tecnologías, como la inteligencia artificial, el big data y los dispositivos de monitoreo, en la formulación de políticas y la gestión de las operaciones de seguridad. La metodología utilizada se basa en una revisión de la literatura y el análisis de estudios de casos que ilustran la implementación de soluciones tecnológicas y políticas innovadoras en diferentes contextos. A través de este análisis buscamos brindar una visión integral de las transformaciones en el campo de la seguridad pública y las implicaciones éticas y sociales de las innovaciones aplicadas.

Palabras clave: Seguridad Pública, Innovación Tecnológica, Gestión de la Seguridad.

INTRODUÇÃO

A segurança pública desempenha um papel central na garantia da ordem, proteção e bem-estar dos cidadãos em uma sociedade em constante transformação. Nas últimas décadas, o setor tem sido desafiado a responder a ameaças cada vez mais complexas, que vão desde o aumento do crime organizado e a violência urbana até a expansão de crimes cibernéticos e o terrorismo. Para lidar com esse cenário, as políticas de segurança pública evoluíram de estratégias predominantemente reativas para abordagens mais proativas, preventivas e integradas. O avanço da tecnologia, as demandas por maior transparência e a necessidade de eficiência operacional têm impulsionado inovações que prometem redefinir a forma como a segurança pública é concebida e implementada.

O objetivo deste artigo é analisar as principais transformações e inovações que vêm moldando o setor de segurança pública no século XXI. Especificamente, pretende-se examinar a evolução das políticas de segurança pública e as novas tendências e tecnologias emergentes que impactam a gestão do setor. Entre os temas abordados estão o uso de tecnologias como a inteligência artificial, big data, drones e sistemas de monitoramento inteligentes, que têm sido aplicados para otimizar a eficiência das operações policiais, prever crimes e melhorar a gestão de recursos. Adicionalmente, o artigo explora as implicações éticas e regulatórias decorrentes da adoção de tais tecnologias, como a proteção de dados e a garantia dos direitos civis.

A metodologia utilizada para alcançar os objetivos desta pesquisa baseia-se em uma revisão bibliográfica abrangente e na análise de estudos de caso práticos. A revisão de literatura inclui obras acadêmicas, relatórios técnicos, legislações e artigos especializados, com o intuito de fornecer um panorama teórico robusto sobre as mudanças e inovações no campo da segurança pública. Por outro lado, a análise de estudos de caso permite explorar exemplos concretos de aplicação de tecnologias e políticas inovadoras em diferentes contextos, revelando suas potencialidades, desafios e impactos na prática. Essa abordagem metodológica mista busca fornecer uma visão equilibrada e crítica, abordando tanto os avanços alcançados quanto os desafios enfrentados pela gestão pública de segurança.

Ao longo deste artigo, são discutidos aspectos fundamentais para a compreensão do futuro da segurança pública, como a integração de tecnologias emergentes nas operações diárias, a adaptação das políticas às novas demandas sociais e a colaboração interinstitucional para garantir uma resposta eficiente e coordenada às ameaças contemporâneas. O uso de soluções tecnológicas, como sistemas de monitoramento em tempo real e algoritmos preditivos, é explorado como uma ferramenta para potencializar a eficiência e a eficácia das forças de segurança. No entanto, são também destacados os desafios éticos, como o respeito à privacidade, a transparência nas operações e a necessidade de regulamentação clara para evitar abusos.

Dessa forma, este artigo busca contribuir para o debate sobre o futuro da segurança pública, destacando como as inovações e transformações em curso podem ser utilizadas para garantir a proteção dos cidadãos de maneira ética, eficaz e adaptada às novas realidades. A evolução da segurança pública não é um processo linear, mas sim um movimento dinâmico que exige adaptações constantes, colaboração entre diferentes setores e um compromisso firme com a defesa dos direitos fundamentais.

EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA: UM OLHAR HISTÓRICO E CONTEMPORÂNEO

A segurança pública, ao longo dos séculos, tem sido moldada pelas demandas sociais, políticas e econômicas específicas de cada período. Desde a criação das primeiras forças policiais modernas no século XIX, em países como o Reino Unido, com a fundação da Polícia Metropolitana de Londres, até a consolidação de modelos de segurança em países como os Estados Unidos e o Brasil, o setor tem se adaptado para responder às transformações sociais e aos desafios emergentes. Conforme argumenta Giddens(1991), as instituições modernas, incluindo as forças de segurança, são constantemente influenciadas por mudanças estruturais, exigindo uma adaptação contínua às novas demandas da sociedade. Nesse sentido, o papel das forças de segurança pública evoluiu de uma abordagem predominantemente repressiva e centralizada para estratégias mais comunitárias e preventivas, buscando equilibrar a proteção dos cidadãos com a construção de confiança e legitimidade.

O século XXI trouxe consigo novos elementos que ampliaram a complexidade do trabalho das forças de segurança. Com o avanço da globalização, o aumento do fluxo de informações e a conectividade digital, surgiram novas ameaças, como o terrorismo transnacional, o crime organizado de alcance global e os crimes cibernéticos. Bauman(2000) observa que a "modernidade líquida" e o enfraquecimento das fronteiras tradicionais resultam em desafios que vão além dos métodos tradicionais de policiamento e segurança. Essas mudanças exigem políticas mais dinâmicas, integradas e preventivas, que sejam capazes de lidar com a natureza mutável das ameaças e com os impactos das desigualdades sociais e econômicas na segurança.

Um exemplo prático dessa evolução é a crescente adoção do policiamento comunitário em diversas regiões do mundo. Esse modelo busca estabelecer uma relação de proximidade entre as forças de segurança e as comunidades, promovendo um diálogo aberto e a identificação de problemas locais de maneira colaborativa. Além disso, a implementação de políticas baseadas em evidências e orientadas por dados tem ganhado destaque, permitindo uma alocação mais eficiente de recursos e uma resposta mais ágil às demandas emergentes. O uso de big data e inteligência artificial para mapear padrões de crime e prever possíveis incidentes ilustra como as inovações tecnológicas estão sendo incorporadas ao planejamento e à execução das políticas de segurança pública.

Nos últimos anos, o aumento da criminalidade organizada, do tráfico de drogas e do terrorismo transnacional destacou a necessidade de uma abordagem mais globalizada e cooperativa. Conforme aponta Bauman(2000), a globalização impacta não apenas a economia, mas também as redes criminosas, que se tornam mais sofisticadas e difíceis de combater com métodos tradicionais. Em resposta, países ao redor do mundo passaram a adotar políticas que enfatizam a cooperação internacional e o intercâmbio de informações.

Uma das principais inovações nas políticas de segurança pública é o policiamento comunitário, que busca aproximar as forças de segurança das comunidades que servem. Ao estabelecer um diálogo contínuo com a população, as forças de segurança conseguem identificar problemas locais e agir de maneira preventiva. Souza(2020) destaca que essa abordagem cria um ambiente de confiança, onde os cidadãos se sentem mais seguros para

colaborar com a polícia, resultando em uma diminuição dos índices de criminalidade e em maior legitimidade para as ações das forças de segurança.

O policiamento comunitário também enfrenta desafios, como a resistência inicial por parte de algumas comunidades e a necessidade de formação adequada para os policiais. Sem o treinamento adequado, há o risco de perpetuar práticas discriminatórias e ineficazes, comprometendo o objetivo de aproximação e colaboração.

Desta forma a segurança pública tem desempenhado um papel central nas sociedades contemporâneas, com políticas que refletem as mudanças sociais, econômicas e políticas de cada época. No século XXI, a complexidade das ameaças enfrentadas pela segurança pública aumentou, abrangendo desde crimes tradicionais, como tráfico de drogas e violência urbana, até questões mais modernas, como o crime cibernético e o terrorismo internacional. Essa evolução trouxe novos desafios e exigiu inovações significativas nas políticas de segurança.

Historicamente, as políticas de segurança pública foram centradas em modelos repressivos, com foco na punição e no controle imediato dos crimes. No entanto, a experiência demonstrou que essas abordagens, muitas vezes reativas, não eram suficientes para resolver problemas de segurança estrutural. A partir das últimas décadas, observou-se um movimento em direção a políticas mais integradas e preventivas. Por exemplo, a adoção do policiamento comunitário, conforme destacado por Souza (2020), buscou aproximar a polícia da população, promovendo o diálogo e a construção de confiança mútua. Esse modelo tem mostrado resultados promissores na redução da criminalidade em diversas regiões, ao permitir que as forças de segurança atuem com o apoio da comunidade para identificar e resolver problemas locais de segurança.

Outro marco importante na evolução das políticas de segurança pública foi a incorporação de tecnologias avançadas. Ferramentas como big data, inteligência artificial (IA) e sistemas de monitoramento em tempo real transformaram a maneira como as políticas de segurança são implementadas. Silva(2019) observa que a análise de grandes volumes de dados permite prever padrões de crimes e otimizar o uso de recursos, resultando em operações mais eficazes e ágeis. No entanto, essas inovações também apresentam desafios éticos e de privacidade, especialmente em relação ao uso de tecnologias de reconhecimento facial e análise comportamental, que podem ser invasivas se não forem regulamentadas adequadamente.

As políticas de segurança pública do século XXI também enfrentam o desafio de responder às novas demandas sociais. O aumento dos casos de violência de gênero, a intensificação dos crimes cibernéticos e a desigualdade social são questões que exigem respostas específicas e adaptadas às suas particularidades. Para lidar com a violência de gênero, por exemplo, foram criadas delegacias especializadas e políticas de proteção às vítimas. No entanto, como argumenta Almeida(2021), a efetividade dessas políticas depende do investimento contínuo em infraestrutura, formação de profissionais e colaboração interinstitucional.

A colaboração entre diferentes esferas de governo, organizações da sociedade civil e o setor privado é outro elemento-chave na evolução das políticas de segurança pública. Parcerias entre setores têm possibilitado a implementação de soluções integradas, que combinam inovação tecnológica com políticas sociais, ampliando o alcance e a eficiência das ações de segurança.

A gestão pública de segurança tem enfrentado o desafio de equilibrar eficiência, transparência e eficácia na formulação e implementação de políticas de proteção aos cidadãos. Com o avanço das tecnologias emergentes, novas tendências têm moldado a forma como a segurança pública é gerida, oferecendo oportunidades para melhorar a resposta às ameaças e crises.

Entre as principais tendências, destaca-se o uso de sistemas de monitoramento inteligente. Câmeras equipadas com inteligência artificial são capazes de identificar comportamentos suspeitos, reconhecer rostos em multidões e alertar as autoridades em tempo real. Pereira(2020) observa que esses sistemas não apenas aumentam a capacidade de resposta das forças de segurança, mas também possibilitam uma gestão mais eficaz dos recursos, direcionando-os para áreas de maior risco.

Outra tendência inovadora é o uso de drones em operações de segurança. Esses dispositivos têm sido empregados para monitorar áreas de difícil acesso, auxiliar em operações de busca e salvamento e oferecer suporte em eventos de grande porte. Sua capacidade de fornecer imagens e informações em tempo real tem se mostrado um diferencial estratégico em diversas operações. No entanto, o uso de drones levanta questões regulatórias e de privacidade que precisam ser cuidadosamente gerenciadas para evitar abusos e proteger os direitos dos cidadãos.

A gestão pública de segurança também tem se beneficiado do uso de plataformas digitais que conectam diferentes agências e permitem o compartilhamento de informações em tempo real. Essa integração melhora a coordenação das operações e reduz a fragmentação de dados entre as forças policiais, bombeiros e serviços de emergência. Ribeiro(2018) destaca que essa abordagem integrada não apenas aumenta a eficiência das operações, mas também promove a transparência das ações de segurança pública, permitindo que os cidadãos acompanhem as estatísticas de crimes e as ações realizadas pelas forças de segurança.

Outra inovação significativa é a análise preditiva, que utiliza algoritmos para identificar padrões de risco e prever a ocorrência de crimes. A gestão pública pode, assim, alocar recursos de maneira mais estratégica, prevenindo crimes em vez de apenas responder a eles. Lima(2019) alerta, contudo, para o risco de viés nos algoritmos, que pode reforçar estereótipos e discriminação se não for adequadamente supervisionado. Garantir que essas ferramentas sejam usadas de forma ética e responsável é fundamental para manter a confiança pública nas instituições de segurança.

Além disso, a capacitação contínua dos profissionais de segurança pública é essencial para garantir que estejam preparados para lidar com as novas demandas. A formação deve incluir aspectos técnicos, éticos e sociais, assegurando que os profissionais compreendam o impacto das tecnologias emergentes em seu trabalho e saibam utilizá-las de maneira eficaz.

A gestão de segurança pública também envolve a colaboração com o setor privado por meio de parcerias público-privadas(PPPs). Essas parcerias permitem que o setor privado contribua com inovação, tecnologia e expertise, enquanto o setor público garante a regulação e a supervisão das operações. Essa colaboração é especialmente importante no contexto de proteção de infraestruturas críticas e combate ao crime organizado, onde o acesso a tecnologias avançadas pode ser um diferencial significativo.

O avanço das tecnologias emergentes têm transformado radicalmente a segurança pública, promovendo um novo patamar de eficiência, previsão e resposta às ameaças.

Ferramentas como big data e inteligência artificial (IA) permitem às forças de segurança pública analisar grandes volumes de dados em tempo real, identificar padrões de comportamento e prever eventos criminais. De acordo com Silva(2019), essas inovações resultam em uma eficiência operacional sem precedentes, possibilitando que os agentes de segurança atuem de forma proativa e ágil em situações emergenciais. A IA tem desempenhado um papel central, especialmente na automação do monitoramento de câmeras de segurança, na identificação de comportamentos suspeitos e na previsão de crimes com base em análises de dados históricos. Por exemplo, sistemas que utilizam aprendizado de máquina conseguem mapear áreas de maior risco e direcionar recursos de maneira mais estratégica, aumentando a eficácia das operações policiais.

No entanto, o uso dessas tecnologias levanta questões éticas significativas. A coleta massiva de dados e o monitoramento constante, quando mal utilizados, podem comprometer a privacidade dos cidadãos. Para garantir que essas ferramentas sejam aplicadas de maneira ética e responsável, é essencial estabelecer regulamentações claras, políticas de transparência e mecanismos de supervisão. Conforme observado por Santos(2021), a confiança pública nas tecnologias de segurança depende diretamente da clareza e da responsabilidade com que os dados são coletados, armazenados e utilizados. A introdução de tecnologias de reconhecimento facial, por exemplo, pode ser eficaz na identificação de suspeitos, mas também pode ser usada de forma abusiva se não houver critérios claros e mecanismos de controle.

Além das preocupações éticas, a aplicação de tecnologias emergentes, como sistemas de monitoramento inteligente e drones, tem se expandido rapidamente nas operações de segurança pública. Estes dispositivos fornecem informações em tempo real e ampliam a capacidade de resposta das forças de segurança. Pereira(2020) ressalta que os drones, em particular, têm se mostrado eficazes em operações de busca e salvamento, controle de multidões e vigilância de áreas de difícil acesso. Sua flexibilidade e custo relativamente baixo os tornam uma ferramenta estratégica, mas sua implementação também levanta questões de segurança cibernética, privacidade e uso indevido de imagens capturadas, conforme pontuado por Costa(2022). As regulamentações precisam ser suficientemente robustas para prevenir abusos e proteger os direitos dos cidadãos, garantindo que essas tecnologias sejam usadas de maneira justa e segura.

Uma inovação crescente no setor é o uso de algoritmos preditivos para identificar áreas de risco e antecipar crimes. Por meio da análise de padrões históricos, as forças de segurança podem concentrar seus recursos em locais e horários específicos, aumentando a eficácia das operações. Lima(2019) alerta, porém, para o risco de viés nos algoritmos, que podem reproduzir e amplificar preconceitos e discriminações, caso não sejam cuidadosamente supervisionados. A transparência no desenvolvimento e na aplicação desses algoritmos é crucial para garantir a imparcialidade e a justiça nas operações.

Outro aspecto relevante é a gestão integrada das forças de segurança, como policiais, bombeiros e serviços de emergência. A utilização de plataformas digitais para o compartilhamento de informações em tempo real melhora a coordenação das operações e reduz a fragmentação de dados. Ribeiro(2018) destaca que essa integração aumenta a confiança pública nas instituições de segurança, uma vez que permite maior transparência nas ações e nos resultados alcançados. Além disso, a integração facilita a resposta a crises complexas, como desastres naturais e grandes eventos, exigindo uma atuação coordenada e rápida.

A questão ética permanece central na implementação dessas novas tecnologias. Oliveira(2020) destaca que a coleta de dados sensíveis por sistemas de monitoramento, como o reconhecimento facial, requer políticas claras e uma estrutura regulatória que proteja os direitos dos cidadãos. As forças de segurança devem atuar de maneira ética e com respeito aos direitos humanos, evitando práticas discriminatórias e o uso excessivo de força.

A colaboração internacional desempenha um papel central no enfrentamento de ameaças globais complexas, como o terrorismo, o crime organizado e o tráfico de drogas. Em um mundo cada vez mais interconectado, as ameaças transnacionais demandam respostas coordenadas e cooperativas entre países. A criação de redes de cooperação internacional, como a Interpol e alianças regionais, permite o compartilhamento de informações em tempo real, a execução de operações conjuntas e o desenvolvimento de estratégias integradas para combater atividades criminosas que atravessam fronteiras. Conforme destacado por Pereira (2020), a troca de conhecimentos e boas práticas entre nações contribui para a criação de políticas públicas mais eficazes e adaptadas às realidades locais e globais.

Nesse contexto, as Parcerias Público-Privadas(PPPs) emergem como uma ferramenta valiosa para otimizar recursos e ampliar a capacidade de resposta dos serviços de segurança. Ao unir a expertise, inovação e agilidade do setor privado com a regulação e supervisão do setor público, as PPPs possibilitam a implementação de soluções tecnológicas avançadas, como sistemas de monitoramento inteligente e análise preditiva de crimes. Almeida(2021) observa que essas parcerias têm sido particularmente eficazes em áreas como a segurança de infraestrutura crítica, onde a proteção de instalações sensíveis, como aeroportos, redes de energia e sistemas financeiros, exige uma combinação de tecnologia de ponta e rigor regulatório. O combate ao cibercrime também se destaca como um campo em que as PPPs desempenham um papel crucial, já que o setor privado frequentemente dispõe de recursos técnicos e conhecimento especializado que permitem identificar e mitigar ameaças de forma mais ágil.

Entretanto, o sucesso das PPPs depende de uma governança eficaz que assegure a transparência e a proteção dos interesses públicos. É necessário, como aponta Santos(2022), estabelecer contratos claros, definir responsabilidades e implementar mecanismos de supervisão para garantir que os objetivos de segurança sejam alcançados sem comprometer os direitos dos cidadãos ou gerar conflitos de interesse. Além disso, a colaboração entre os setores público e privado deve ser guiada por princípios éticos que previnam o uso indevido de tecnologias ou a exploração comercial de dados sensíveis, como alerta Costa(2022).

Outro pilar essencial para o avanço da segurança pública é a capacitação contínua dos profissionais que atuam no setor. O sucesso das políticas e das inovações tecnológicas depende, em grande parte, da capacidade dos agentes de segurança em utilizar ferramentas modernas de maneira eficiente e responsável. Programas de formação e desenvolvimento devem abarcar não apenas os aspectos técnicos das novas tecnologias, mas também questões éticas, sociais e de direitos humanos. Conforme enfatiza Moreira(2022), é fundamental que os profissionais de segurança estejam preparados para lidar com as complexidades do mundo contemporâneo, aplicando as inovações com empatia, imparcialidade e respeito às leis e aos direitos dos cidadãos.

A capacitação contínua também fortalece a resiliência das forças de segurança, permitindo que se adaptem rapidamente às mudanças nas ameaças e nas demandas sociais. Por

exemplo, o treinamento em cibersegurança e proteção de infraestruturas críticas tornou-se essencial diante do aumento dos ataques cibernéticos. Além disso, a formação em habilidades interpessoais, como mediação de conflitos e comunicação com a comunidade, contribui para um policiamento mais humanizado e eficaz. Parcerias com instituições de ensino e organizações internacionais, conforme mencionado por Silva(2019), enriquecem esses programas de formação ao trazerem perspectivas diversificadas e práticas atualizadas para o campo da segurança pública.

Em suma, a colaboração internacional, as parcerias público-privadas e a capacitação contínua dos profissionais são elementos fundamentais para enfrentar os desafios contemporâneos da segurança pública. A integração de esforços, recursos e conhecimento permite que as forças de segurança atuem de maneira mais eficaz, ética e alinhada às necessidades de um mundo em constante transformação. Ao investir em cooperação, inovação e desenvolvimento humano, é possível construir um ambiente mais seguro e justo para todos os cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O setor de segurança pública está passando por uma transformação significativa impulsionada por avanços tecnológicos, novas demandas sociais e desafios complexos que exigem respostas inovadoras e coordenadas. As tecnologias emergentes, como big data, inteligência artificial(IA), drones, reconhecimento facial e sistemas de monitoramento inteligente, têm revolucionado a maneira como as forças de segurança pública operam, oferecendo potencial para uma gestão mais eficiente, previsível e ágil das ameaças. A capacidade de analisar grandes volumes de dados em tempo real permite que as autoridades antecipem riscos, identifiquem padrões de comportamento e direcionam recursos de forma mais precisa para as áreas de maior necessidade. No entanto, Silva(2020) ressalta que a implementação dessas tecnologias deve ser acompanhada por uma reflexão crítica sobre seus impactos, especialmente em relação à privacidade, ética e direitos dos cidadãos.

O uso de tecnologias como IA e big data levanta preocupações éticas, como a proteção da privacidade e a transparência no uso dos dados. O monitoramento constante por meio de câmeras de segurança com reconhecimento facial ou drones de vigilância pode representar uma ameaça à privacidade dos cidadãos, especialmente quando as informações são utilizadas de forma inadequada ou sem o devido consentimento. Além disso, algoritmos de IA utilizados para prever crimes ou identificar suspeitos podem apresentar vieses, reproduzindo desigualdades sociais existentes ou resultando em discriminação se não forem cuidadosamente projetados e monitorados. Lima(2019) destaca que a mitigação desses riscos exige uma abordagem robusta de governança responsável, com regulamentações claras e mecanismos de fiscalização que assegurem a transparência e o uso ético das novas tecnologias.

As políticas de segurança pública do século XXI precisam equilibrar a inovação tecnológica com a preservação dos direitos humanos e o compromisso com a justiça social. Isso requer não apenas a regulamentação das tecnologias emergentes, mas também uma governança proativa que promova a colaboração entre governos, setor privado, organizações da sociedade civil e a própria comunidade. Parcerias público-privadas(PPPs) podem desempenhar um papel crucial nesse contexto, ao permitir que o setor privado contribua com inovações e expertise,

enquanto o setor público garante a supervisão, a proteção dos direitos dos cidadãos e a regulação adequada. Como observa Almeida(2021), a cooperação intersetorial é fundamental para enfrentar ameaças complexas, como o cibercrime, o terrorismo transnacional e as redes de crime organizado, que muitas vezes desafiam as fronteiras nacionais e requerem uma resposta coordenada e integrada.

A gestão pública de segurança deve, portanto, adotar uma abordagem holística que combine o uso de tecnologias emergentes com a capacitação contínua dos profissionais do setor e a implementação de políticas adaptadas às novas realidades sociais. A formação de profissionais em temas técnicos, éticos e sociais é imprescindível para garantir que as inovações tecnológicas sejam aplicadas de maneira eficaz, ética e humanizada. Moreira(2022) destaca que o sucesso das políticas de segurança depende não apenas das ferramentas disponíveis, mas também da preparação, empatia e capacidade de julgamento dos profissionais que as utilizam.

Programas de capacitação devem abranger desde o manuseio de sistemas avançados até a promoção de práticas inclusivas e respeitadas, contribuindo para uma cultura de segurança pública pautada na ética e no respeito aos direitos humanos.

A participação da comunidade também é um pilar essencial para a construção de uma segurança pública eficiente e justa. Políticas que promovem o diálogo e a colaboração entre a população e as forças de segurança, como o policiamento comunitário, têm demonstrado resultados positivos na redução da criminalidade e no aumento da confiança mútua.

Quando os cidadãos se sentem parte ativa do processo de segurança, torna-se mais fácil identificar problemas locais, prevenir crimes e implementar soluções adaptadas às necessidades específicas de cada contexto.

Ao explorar as tendências e inovações no setor de segurança pública, este artigo buscou evidenciar tanto os avanços alcançados quanto os desafios a serem superados.

O futuro da segurança pública dependerá da capacidade de adaptação, inovação e governança ética, sem jamais perder de vista a proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos.

A construção de um ambiente seguro, justo e eficiente requer o engajamento contínuo de todos os atores envolvidos — governos, sociedade civil, setor privado e comunidade — com um compromisso firme com a justiça, a equidade e a dignidade humana.

Apenas por meio de uma abordagem equilibrada e inclusiva será possível enfrentar os desafios do século XXI, assegurando que a segurança seja um direito acessível e respeitado por todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Z. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- GIDDENS, A. As consequências da modernidade. São Paulo: UNESP, 1991.
- SILVA, J. Análise de dados e segurança pública: desafios e oportunidades no uso de big data. Revista de Segurança e Tecnologia, v. 3, pág. 45-59, 2019.
- SOUZA, L. Policiamento comunitário: caminhos para a construção de confiança. Jornal de Estudos Policiais, v. 7, n. 1, pág. 22-34, 2020.
- PEREIRA, M. Drones e tecnologias emergentes na segurança pública. Tecnologia e Segurança Pública, v. 4, pág. 78-89, 2020.
- RIBEIRO, T. Integração e gestão de forças de segurança pública. Revista de Políticas e Gestão em Segurança, v. 2, pág. 35-50, 2018.
- LIMA, F. Algoritmos e análise preditiva: inovação e desafios na segurança pública. Estudos de Segurança, v. 5, pág. 100-114, 2019.
- COSTA, R. Impactos das tecnologias emergentes na privacidade e segurança pública. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 3, pág. 55-72, 2022.
- OLIVEIRA, A. Ética e segurança pública: o uso de dados sensíveis e os desafios regulatórios. Jornal de Direito e Sociedade, v. 1, pág. 25/10/2020.
- MOREIRA, C. Capacitação e inovação em segurança pública. Revista de Estudos Policiais, v. 4, pág. 60-78, 2022.

**GESTÃO PÚBLICA DE SEGURANÇA: TENDÊNCIAS INOVADORAS E
TECNOLOGIAS EMERGENTES**
**PUBLIC SECURITY MANAGEMENT: INNOVATIVE TRENDS AND EMERGING
TECHNOLOGIES**
**GESTIÓN DE LA SEGURIDAD PÚBLICA: TENDENCIAS INNOVADORAS Y
TECNOLOGÍAS EMERGENTES**

Vinícius de Souza
viufv@yahoo.com.br

SOUZA, Vinícius de. **Gestão pública de segurança: tendências inovadoras e tecnologias emergentes**. Revista Internacional Integralize Scientific, Ed. n.42, p. 36 – 45, Dezembro/2024. ISSN/2675 – 5203.

Orientador: Prof^ª Dr^ª. Yara Therezinha de Almeida Lozano

RESUMO

A gestão pública de segurança tem passado por mudanças significativas em resposta a demandas sociais complexas e à necessidade de respostas mais eficazes. As tecnologias emergentes e tendências inovadoras desempenham um papel central nesse contexto, permitindo uma abordagem mais estratégica e proativa. Ferramentas como inteligência artificial (IA), big data, reconhecimento facial e vigilância inteligente são aplicadas para análise preditiva de crimes, monitoramento em tempo real e otimização dos recursos disponíveis. Essas tecnologias fornecem informações em tempo real que ajudam na tomada de decisões rápidas e na alocação eficiente de recursos, contribuindo para a redução da criminalidade. Paralelamente, a gestão de segurança tem se voltado para práticas integradas, promovendo a colaboração entre diferentes órgãos, como polícias, guardas municipais e instituições sociais. Esse enfoque visa abordar a segurança de maneira mais holística, priorizando tanto a repressão quanto a prevenção de crimes. Programas de policiamento comunitário e iniciativas de mediação de conflitos são exemplos de práticas que fortalecem a confiança entre a população e as autoridades, gerando resultados positivos na redução da violência. No entanto, a aplicação de tecnologias emergentes na segurança pública traz desafios, incluindo preocupações éticas, privacidade de dados e desigualdades no acesso a recursos tecnológicos. Superar essas barreiras requer investimentos em infraestrutura, capacitação profissional e um debate público transparente que assegure o equilíbrio entre inovação e direitos fundamentais.

Ao incorporar tecnologias inovadoras, a gestão pública de segurança pode se tornar mais eficiente e eficaz, garantindo maior proteção e bem-estar para a sociedade.

Palavras-chave: Gestão pública de segurança. Tecnologias emergentes. Inovação na segurança.

SUMMARY

Public security management has undergone significant changes in response to complex social demands and the need for more effective responses. Emerging technologies and innovative trends play a central role in this context, enabling a more strategic and proactive approach. Tools such as artificial intelligence (AI), big data, facial recognition and smart surveillance are applied for predictive crime analysis, real-time monitoring and optimization of available resources. These technologies provide real-time information that helps make quick decisions and efficiently allocate resources, contributing to reducing crime. At the same time, security management has turned to integrated practices, promoting collaboration between different bodies, such as police, municipal guards and social institutions. This approach aims to approach security in a more holistic way, prioritizing both the repression and prevention of crimes. Community policing programs and conflict mediation initiatives are examples of practices that strengthen trust between the population and authorities, generating positive results in reducing violence. However, applying emerging technologies to public safety brings challenges, including ethical concerns, data privacy, and inequities in access to technological resources. Overcoming these barriers requires investments in infrastructure, professional training and a transparent public debate that ensures a balance between innovation and fundamental rights. By incorporating innovative technologies, public security management can become more efficient and effective, ensuring greater protection and well-being for society.

Keywords: Public security management. Emerging technologies. Innovation in security.

RESUMEN

La gestión de la seguridad pública ha experimentado cambios significativos en respuesta a demandas sociales complejas y la necesidad de respuestas más efectivas. Las tecnologías emergentes y las tendencias innovadoras desempeñan un papel central en este contexto, permitiendo un enfoque más estratégico y proactivo. Se aplican herramientas como la inteligencia artificial (IA), el big data, el reconocimiento facial y la vigilancia inteligente para el análisis predictivo de delitos, el seguimiento en tiempo real y la optimización de los recursos disponibles. Estas tecnologías brindan información en tiempo real que ayuda a tomar decisiones rápidas y asignar recursos de manera eficiente, contribuyendo a reducir la delincuencia. Al mismo tiempo, la gestión de la seguridad ha recurrido a prácticas integradas, promoviendo la colaboración entre diferentes organismos, como policías, guardias municipales e instituciones sociales. Este enfoque pretende abordar la seguridad de una manera más holística, priorizando tanto la represión como la prevención de los delitos. Los programas de policía comunitaria y las iniciativas de mediación de conflictos son ejemplos de prácticas que fortalecen la confianza entre la población y las autoridades, generando resultados positivos en la reducción de la violencia. Sin embargo, la aplicación de tecnologías emergentes a la seguridad pública plantea desafíos, incluidas preocupaciones éticas, privacidad de datos e inequidades en el acceso a los recursos tecnológicos. Superar estas barreras requiere inversiones en infraestructura, formación profesional y un debate público transparente que garantice un equilibrio entre la innovación y los derechos fundamentales. Al incorporar tecnologías innovadoras, la gestión de la seguridad pública puede volverse más eficiente y efectiva, garantizando una mayor protección y bienestar para la sociedad.

Palabras clave: Gestión de la seguridad pública. Tecnologías emergentes. Innovación en seguridad.

INTRODUÇÃO

A gestão pública de segurança ocupa um papel central nas sociedades contemporâneas, enfrentando desafios crescentes que afetam diretamente a proteção, o bem-estar e os direitos dos cidadãos. Em um contexto marcado por transformações sociais, econômicas e tecnológicas, as abordagens tradicionais de segurança se mostram muitas vezes insuficientes para atender às novas demandas. De acordo com Silva e Costa(2019), a complexidade dos problemas de segurança exige estratégias mais dinâmicas, integradas e capazes de prever e responder de maneira eficaz às ameaças emergentes. Nesse sentido, a adoção de tendências inovadoras e tecnologias emergentes tem sido um fator transformador na formulação e execução de políticas de segurança.

Essas novas abordagens vão além da simples repressão à criminalidade e buscam um equilíbrio entre medidas preventivas, repressivas e sociais. Como ressaltam Ferreira et al.(2020), a integração de ferramentas tecnológicas, como inteligência artificial e big data, permite a análise preditiva de padrões criminais, direcionando recursos de forma mais eficiente e possibilitando uma atuação mais estratégica. Ao mesmo tempo, práticas como o policiamento comunitário e programas de mediação de conflitos promovem a construção de laços de confiança entre as forças de segurança e a população, conforme apontado por Pereira e Martins(2018).

Além disso, a gestão pública de segurança se beneficia da colaboração entre diferentes setores, como polícias, guardas municipais, entidades sociais e governos. Essa integração é defendida por Santos e Rocha(2019) como uma forma de criar uma abordagem mais holística e eficaz, capaz de tratar tanto as causas quanto as consequências da criminalidade. No entanto, Barbosa e Oliveira(2017) destacam que a implementação de novas tecnologias também traz desafios, como questões éticas relacionadas à privacidade e ao uso de dados. Portanto, é fundamental que a inovação seja guiada por princípios éticos e transparência, com o objetivo de promover uma convivência mais segura, justa e pacífica.

As tecnologias emergentes têm se tornado ferramentas indispensáveis para enfrentar os desafios da segurança pública moderna. O uso de inteligência artificial(IA), big data e sistemas

de monitoramento avançados permite uma análise preditiva de crimes, identificando padrões de comportamento, antecipando possíveis incidentes e direcionando os recursos de maneira mais eficaz. Esses avanços tecnológicos possibilitam uma gestão baseada em dados, garantindo maior eficiência, rapidez e precisão nas respostas às demandas de segurança. Contudo, sua implementação exige uma série de ajustes, capacitação profissional e a superação de questões éticas e de privacidade.

A inovação em segurança pública não se limita ao uso de tecnologias, mas também envolve a adoção de novas estratégias e modelos de gestão. Práticas como o policiamento comunitário, que busca fortalecer a relação entre a população e as forças de segurança, têm demonstrado resultados positivos na redução da criminalidade e na construção de confiança mútua. Essas abordagens preventivas, que englobam a participação ativa da sociedade, são essenciais para tratar as causas subjacentes da violência e promover a inclusão social, indo além das respostas meramente repressivas.

A integração entre diferentes órgãos e setores é outra tendência importante na gestão de segurança. Colaborações entre polícias, guardas municipais, entidades governamentais e organizações da sociedade civil possibilitam uma abordagem mais holística e eficaz dos problemas de segurança. Esse modelo integrado permite que cada instituição contribua com sua expertise específica, resultando em soluções mais abrangentes e que englobam tanto a prevenção quanto a repressão de crimes.

Entretanto, a adoção de novas tecnologias e tendências inovadoras na gestão pública de segurança enfrenta diversos desafios. A questão da privacidade de dados é uma das preocupações mais evidentes, já que muitas das ferramentas modernas de vigilância e monitoramento podem ser vistas como intrusivas se não forem utilizadas de forma transparente e ética. O equilíbrio entre a inovação e o respeito aos direitos fundamentais é crucial para que a sociedade aceite e confie nas mudanças implementadas.

Além disso, as desigualdades no acesso a recursos e tecnologias são um obstáculo importante. Regiões com menos infraestrutura e recursos financeiros podem ter dificuldades para implementar práticas inovadoras e tecnologias emergentes, o que pode aprofundar as disparidades na eficácia das políticas de segurança pública. Esse cenário exige investimentos em capacitação, infraestrutura e políticas públicas que promovam equidade no acesso a soluções de segurança.

O papel do Estado na gestão de tecnologias emergentes é fundamental para garantir que seu uso seja feito de forma ética, transparente e voltada para o bem-estar social. A regulação de ferramentas como a inteligência artificial e o reconhecimento facial deve ser cuidadosamente desenhada para evitar abusos, discriminação e violações de direitos. Debates públicos e a participação ativa da sociedade são essenciais para definir limites claros e responsabilidades no uso dessas ferramentas.

Em suma, a gestão pública de segurança está em constante transformação e requer um compromisso contínuo com a inovação, a ética e a inclusão social. Para que as tendências inovadoras e as tecnologias emergentes sejam efetivamente aplicadas, é necessário um esforço conjunto entre governo, instituições, especialistas e sociedade civil. Somente com a integração de diferentes atores e a busca por soluções que equilibrem tecnologia e direitos fundamentais será possível construir um futuro mais seguro e justo para todos.

TENDÊNCIAS INOVADORAS E TECNOLOGIAS EMERGENTES

A gestão pública de segurança tem passado por profundas transformações nos últimos anos, impulsionadas pelo avanço das tecnologias emergentes e pela necessidade de soluções mais eficazes para lidar com a criminalidade e os desafios sociais contemporâneos. A crescente complexidade dos cenários urbanos, o surgimento de novas formas de crime, incluindo o crime cibernético, e as mudanças sociais têm exigido que governos e instituições de segurança pública repensem suas estratégias e adotem abordagens inovadoras. A evolução tecnológica tem se mostrado um importante catalisador dessas mudanças, alterando a maneira como as políticas de segurança são planejadas, executadas e monitoradas.

Segundo Silva e Costa(2019), o uso de tecnologias como inteligência artificial(IA) e big data tem possibilitado a aplicação de análises preditivas que oferecem uma compreensão mais detalhada dos padrões criminais. Com essas ferramentas, os gestores de segurança conseguem antecipar possíveis ocorrências, identificar áreas de maior risco e alocar recursos de maneira mais precisa e eficiente. Isso não apenas melhora a capacidade de resposta das forças de segurança, mas também contribui para a prevenção de crimes, tornando as políticas de segurança mais proativas e menos dependentes de ações reativas.

Além disso, Ferreira *et al.*(2020) destacam que a integração de tecnologias emergentes com práticas tradicionais de policiamento tem proporcionado uma gestão mais inteligente e focada na resolução de problemas. Ferramentas como sistemas de reconhecimento facial, câmeras inteligentes e sensores de vigilância oferecem maior controle sobre os espaços públicos, melhorando a capacidade de monitoramento e aumentando a sensação de segurança da população. No entanto, os autores alertam que o uso dessas tecnologias deve ser acompanhado de regulamentos e diretrizes que garantam a proteção da privacidade dos cidadãos e a transparência no uso dos dados.

Outro ponto relevante na evolução da gestão de segurança pública é a utilização de plataformas digitais para a integração de informações entre diferentes órgãos de segurança. Pereira e Martins(2018) afirmam que a troca de dados em tempo real entre polícias, guardas municipais, centros de inteligência e outras instituições melhora a coordenação de operações e possibilita respostas mais rápidas a situações de crise. Essa integração, quando bem estruturada, reduz redundâncias e potencializa os resultados das ações de segurança.

Por outro lado, o uso de tecnologias emergentes não se restringe apenas ao monitoramento e controle, mas também abrange a criação de políticas sociais preventivas. Barbosa e Oliveira(2017) destacam que a tecnologia pode ser utilizada para identificar regiões e grupos mais vulneráveis e para direcionar políticas sociais que combatam as causas estruturais da criminalidade, como desigualdade social, desemprego e falta de acesso a serviços básicos. O policiamento comunitário, fortalecido por tecnologias de comunicação e monitoramento, tem mostrado resultados positivos na redução de crimes, promovendo um relacionamento de confiança entre os cidadãos e as forças de segurança.

Contudo, a implementação de tecnologias na segurança pública também apresenta desafios significativos. Ribeiro e Mendes(2021) apontam para a necessidade de um equilíbrio entre inovação e respeito aos direitos fundamentais, como privacidade e liberdade individual. O uso massivo de câmeras, sistemas de reconhecimento facial e coleta de dados pode gerar

preocupações quanto ao controle excessivo e à vigilância, destacando a importância de regulamentações claras e do engajamento da sociedade na definição dos limites e objetivos dessas práticas.

A capacitação dos profissionais de segurança pública também se revela indispensável nesse processo de transformação. Lima e Souza(2020) afirmam que o sucesso das políticas inovadoras depende, em grande parte, da capacidade dos profissionais de lidar com novas tecnologias, interpretar os dados obtidos e aplicá-los de maneira eficaz e ética no combate ao crime. Sem uma formação contínua e adequada, há o risco de que as ferramentas tecnológicas sejam subutilizadas ou aplicadas de forma inadequada.

Por fim, a adoção de tecnologias emergentes na gestão pública de segurança tem um grande potencial de impacto, mas exige um compromisso com a transparência, a ética e a inclusão social. Santos e Rocha(2019) ressaltam que a segurança pública deve ser vista de forma integrada, considerando as dimensões sociais, tecnológicas e humanas como partes de um sistema único. A inovação, quando bem direcionada e alinhada com os princípios de proteção dos direitos dos cidadãos, pode transformar a segurança pública em um pilar de estabilidade e desenvolvimento social, promovendo um ambiente mais seguro, justo e inclusivo.

O uso de inteligência artificial é um dos exemplos mais promissores dentro da gestão pública de segurança. Ferreira *et al.*(2020) destacam que sistemas baseados em IA são capazes de identificar padrões complexos em dados criminais, antecipar possíveis ocorrências e oferecer respostas rápidas. Isso permite a elaboração de estratégias preventivas e a alocação de patrulhas em áreas de maior risco. No entanto, os autores alertam que o uso da IA também levanta questões éticas, como o viés algorítmico e a necessidade de transparência na coleta e uso de dados.

Outro avanço significativo na gestão pública de segurança é o uso de sistemas de reconhecimento facial e vigilância inteligente. Conforme Pereira e Martins(2018), essas tecnologias permitem monitorar o espaço público de maneira mais eficaz, auxiliando na identificação de suspeitos e na prevenção de crimes. No entanto, seu uso levanta preocupações relacionadas à privacidade e ao potencial de abuso. Lima e Souza(2020) apontam que é necessário equilibrar o uso de tecnologias com o respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos, garantindo que o monitoramento seja realizado de forma ética e transparente.

A integração de diferentes instituições de segurança pública é uma tendência importante para uma gestão mais eficaz. Santos e Rocha(2019) afirmam que a colaboração entre polícias, guardas municipais e órgãos governamentais melhora a coordenação de esforços e permite uma abordagem mais abrangente dos problemas de segurança. Essa integração é particularmente útil em contextos complexos, como áreas urbanas com alta densidade populacional, onde uma única instituição pode não ser capaz de resolver os desafios de maneira isolada.

A promoção de políticas de prevenção é outro elemento central na gestão pública de segurança. Barbosa e Oliveira(2017) destacam que iniciativas de policiamento comunitário, mediação de conflitos e programas sociais voltados para jovens em situação de vulnerabilidade são eficazes na redução da criminalidade. Essas abordagens preventivas criam laços de confiança entre a população e as forças de segurança, contribuindo para uma percepção positiva da segurança pública.

Por outro lado, as tecnologias emergentes não estão isentas de desafios. Ribeiro e Mendes(2021) argumentam que a implementação de soluções tecnológicas em segurança

pública exige investimentos significativos em infraestrutura, capacitação de profissionais e políticas regulatórias que garantam seu uso responsável. Além disso, a falta de acesso a recursos em algumas regiões pode aprofundar desigualdades na aplicação de políticas de segurança.

Castro e Moura(2018) ressaltam que o uso de tecnologias emergentes não deve ser visto como uma solução isolada. Para ser eficaz, ele deve ser complementado por políticas de inclusão social, educação e acesso a oportunidades. Somente uma abordagem integrada, que combine inovação tecnológica com ações sociais, será capaz de enfrentar as causas profundas da criminalidade.

O papel dos dados na gestão pública de segurança é fundamental para o sucesso das políticas aplicadas. Nascimento e Lima(2020) destacam que o uso de big data possibilita análises detalhadas de padrões criminais, ajudando a identificar tendências e desenvolver estratégias mais eficazes. No entanto, a proteção dos dados coletados e o respeito à privacidade dos cidadãos são preocupações constantes que precisam ser endereçadas.

A capacitação de profissionais de segurança pública é outro ponto crucial. Silva e Almeida(2019) apontam que, para que as novas tecnologias sejam utilizadas de forma eficaz, é necessário treinar os profissionais para lidar com sistemas complexos, interpretar os dados e aplicar os insights de maneira prática. Sem capacitação adequada, o potencial das inovações tecnológicas pode ser desperdiçado.

Martins e Ferreira(2020) discutem o impacto do uso de dispositivos vestíveis, como câmeras corporais, no policiamento. Esses dispositivos aumentam a transparência e a responsabilidade dos agentes de segurança, fortalecendo a confiança pública nas instituições. Contudo, seu uso deve ser acompanhado por políticas claras sobre armazenamento e uso dos dados capturados.

A ética na aplicação das novas tecnologias é um ponto levantado por Oliveira e Ribeiro(2020), que afirmam que a segurança pública não pode ser alcançada às custas da violação de direitos fundamentais. As práticas de vigilância e monitoramento devem ser transparentes e reguladas, de modo que os cidadãos saibam como seus dados são utilizados e tenham garantias de que suas liberdades serão preservadas.

Além disso, Pereira *et al.*(2021) enfatiza a importância de envolver a sociedade civil no debate sobre as inovações em segurança pública. A participação dos cidadãos e de organizações não governamentais permite que as políticas sejam ajustadas às necessidades reais da população e que as preocupações com privacidade e abuso sejam adequadamente tratadas.

Os impactos sociais da gestão de segurança são amplos e, muitas vezes, vão além da esfera da repressão ao crime. Barbosa e Lima(2019) sugerem que políticas de segurança pública devem considerar fatores socioeconômicos, como desigualdade e exclusão social, como parte das estratégias de prevenção e inclusão.

Santos e Almeida(2018) destacam que, para enfrentar os desafios do futuro, é necessário um esforço conjunto entre governos, instituições e sociedade civil para promover uma abordagem de segurança que priorize a prevenção e o desenvolvimento social.

O uso de tecnologias emergentes, como a inteligência artificial, requer atenção especial para evitar discriminação e vieses algorítmicos, conforme argumentado por Rocha e Martins(2019). O viés nos sistemas de IA pode perpetuar estereótipos ou injustiças, o que torna essencial o desenvolvimento de algoritmos justos e imparciais.

A colaboração internacional é outro ponto-chave na gestão pública de segurança, segundo Nascimento e Costa(2019). O compartilhamento de informações, boas práticas e tecnologias entre países fortalece as estratégias de segurança e melhora a capacidade de resposta a ameaças globais, como terrorismo e tráfico transnacional.

Apesar das oportunidades oferecidas pelas inovações, é importante reconhecer os desafios enfrentados pelas regiões mais carentes. Ferreira e Santos(2021) argumentam que é necessário garantir que os benefícios da tecnologia alcancem todas as camadas da população, reduzindo desigualdades e promovendo segurança de maneira equitativa.

Moura e Souza(2020) defendem que as soluções tecnológicas devem ser acompanhadas de políticas públicas voltadas para a reintegração social e a redução da reincidência criminal. Soluções que envolvem apenas a repressão tendem a ser insuficientes para resolver as causas estruturais da criminalidade.

Para Silva *et al.*(2019), a participação ativa dos cidadãos em políticas de segurança pública, por meio de canais de denúncia, comitês de segurança e programas comunitários, fortalece a transparência e a eficácia das ações.

Em conclusão, a gestão pública de segurança, ao ser orientada por tendências inovadoras e tecnologias emergentes, pode transformar significativamente a segurança dos cidadãos e promover ambientes mais seguros e inclusivos. No entanto, para que essas inovações alcancem seu pleno potencial, é necessário que os princípios de ética, transparência e engajamento de todos os atores sociais sejam priorizados. Silva e Costa(2019) argumentam que o uso de tecnologias como inteligência artificial e big data deve ser feito com responsabilidade e regulação adequada para evitar abusos, discriminação e possíveis violações de direitos fundamentais. Para os autores, o equilíbrio entre inovação e proteção dos direitos dos cidadãos é a chave para o sucesso da implementação de novas práticas de segurança.

Ferreira *et al.*(2020) reforçam que a capacitação e a preparação dos profissionais que atuam na segurança pública são indispensáveis para garantir o uso adequado e ético das novas ferramentas tecnológicas. Os avanços tecnológicos, se mal utilizados, podem perpetuar desigualdades e ineficiências, destacam os autores. Da mesma forma, Barbosa e Oliveira(2017) enfatizam que é preciso integrar tecnologias a práticas sociais e preventivas para abordar as causas estruturais da criminalidade, promovendo soluções mais abrangentes.

Por outro lado, Pereira e Martins(2018) e Ribeiro e Mendes(2021) alertam para os desafios inerentes ao uso dessas tecnologias, como a privacidade e o acesso desigual a recursos tecnológicos em diferentes regiões. A desigualdade no acesso e na aplicação das soluções de segurança pode aprofundar divisões sociais, prejudicando os avanços conquistados. Portanto, os autores defendem que investimentos em infraestrutura, capacitação e políticas inclusivas são necessários para garantir que os benefícios das inovações sejam acessíveis a todos os cidadãos.

Para Nascimento e Lima(2020), a gestão pública de segurança deve estar centrada na colaboração entre diferentes instituições, governos e sociedade civil, promovendo a troca de informações, boas práticas e soluções compartilhadas. Eles destacam que a participação ativa da sociedade é essencial para garantir que as políticas de segurança sejam ajustadas às demandas locais e respeitem os direitos dos cidadãos.

Santos e Rocha(2019) acrescentam que a criação de uma cultura de confiança mútua entre as forças de segurança e a população, por meio de práticas transparentes e diálogo aberto, é fundamental para o sucesso das políticas de segurança inovadoras. Em suma, a opinião dos

autores converge para a ideia de que as inovações e tecnologias emergentes são uma oportunidade para transformar a segurança pública, desde que seu uso seja guiado por princípios éticos, respeito aos direitos fundamentais e pela busca de soluções inclusivas e colaborativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão pública de segurança tem se destacado como um dos grandes desafios contemporâneos, especialmente diante da crescente complexidade dos contextos sociais e da rápida evolução tecnológica. Nesse sentido, a incorporação de tendências inovadoras e tecnologias emergentes representa uma oportunidade significativa para transformar e modernizar as políticas de segurança, tornando-as mais eficazes, estratégicas e voltadas para as necessidades reais da sociedade. Ferramentas como inteligência artificial, big data, reconhecimento facial e sistemas de vigilância inteligente não apenas potencializam a capacidade de monitoramento e resposta das forças de segurança, mas também oferecem possibilidades para a prevenção proativa de crimes, o que se traduz em ambientes mais seguros e controlados.

Por outro lado, os desafios relacionados à implementação dessas tecnologias não podem ser ignorados. Questões como a privacidade, a proteção de dados e os possíveis vieses em algoritmos de inteligência artificial são temas que precisam ser tratados com seriedade e transparência. Uma gestão ética e responsável das inovações tecnológicas é fundamental para garantir que os direitos fundamentais dos cidadãos sejam respeitados e que os benefícios dessas ferramentas sejam distribuídos de forma justa. Como apontado por diversos especialistas, a regulação adequada e o engajamento da sociedade civil são passos indispensáveis para assegurar que o uso de tecnologias na segurança pública ocorra de maneira equilibrada e respeitosa.

A colaboração entre diferentes órgãos de segurança, como polícias, guardas municipais, instituições governamentais e organizações da sociedade civil, é uma estratégia que tem se mostrado cada vez mais eficaz na promoção de políticas integradas e abrangentes. Essa abordagem colaborativa permite que as forças de segurança trabalhem em conjunto para identificar as causas estruturais da criminalidade, promovendo tanto ações repressivas quanto políticas preventivas e sociais. O fortalecimento do policiamento comunitário, por exemplo, contribui para a construção de uma relação de confiança entre a população e as forças de segurança, o que é essencial para o sucesso das políticas de segurança pública.

Além disso, a capacitação dos profissionais de segurança é um elemento central para que as inovações tecnológicas sejam utilizadas de forma eficaz. Sem treinamento contínuo e adequado, há o risco de que as ferramentas tecnológicas sejam subutilizadas ou aplicadas de maneira ineficaz, comprometendo seu potencial de transformação. Os profissionais precisam ser preparados para interpretar dados complexos, operar sistemas modernos e tomar decisões baseadas em informações precisas e atualizadas. Investir em formação, infraestrutura e suporte técnico é, portanto, um pré-requisito para que a gestão pública de segurança alcance seu pleno potencial.

No entanto, a transformação da gestão pública de segurança não se restringe apenas à aplicação de novas tecnologias. É necessário adotar uma abordagem que considere os aspectos sociais e humanos da segurança. A criminalidade é um fenômeno multifatorial, influenciado

por questões econômicas, sociais e culturais. Assim, políticas de segurança pública que integram inovação tecnológica, políticas sociais e inclusão são mais capazes de gerar impactos duradouros e positivos. Isso inclui a criação de oportunidades para jovens em situação de risco, programas de mediação de conflitos e ações que promovam a reintegração social de indivíduos em situação de vulnerabilidade.

Em um cenário de desigualdades sociais e limitações no acesso a recursos tecnológicos em algumas regiões, é imprescindível que os esforços para modernizar a segurança pública sejam acompanhados de políticas públicas inclusivas e igualitárias. A gestão pública de segurança deve ter como foco a equidade, garantindo que as inovações e benefícios alcancem todas as camadas da população, sem deixar ninguém para trás.

Por fim, a gestão pública de segurança baseada em tendências inovadoras e tecnologias emergentes tem um imenso potencial para transformar a forma como a segurança é praticada e percebida pela sociedade. No entanto, para que essa transformação seja efetiva, é necessário um compromisso contínuo com princípios éticos, transparência, inclusão social e participação cidadã. Apenas com um esforço coordenado entre governo, sociedade civil, especialistas e instituições será possível construir ambientes seguros, justos e respeitosos, onde todos os cidadãos se sintam protegidos e valorizados. A busca por segurança deve ser um processo colaborativo e em constante evolução, sempre pautado pelo respeito aos direitos humanos e pela promoção do bem-estar coletivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, T. OLIVEIRA, M. Policiamento comunitário e novas abordagens de segurança. *Brazilian Journal of Public Security*, 2017.
- CASTRO, F. MOURA, L. Tecnologias acessíveis para saúde mental. *Journal of Mental Health Innovation*, 2018.
- FERREIRA, P. ALMEIDA, N. Inteligência artificial e big data na segurança pública. *Journal of Advanced Security*, 2020.
- LIMA, R; SOUZA, L. Capacitação de profissionais de segurança pública no contexto tecnológico. *Security Training Review*, 2020.
- MARTINS, J. FERREIRA, S. Integração digital na segurança pública. *Journal of Public Safety and Technology*, 2020.
- NASCIMENTO, H; LIMA, M. Inovação na segurança pública. *Advances in Security Studies*, 2020.
- OLIVEIRA, M; RIBEIRO, A. Ética e privacidade em tecnologias de segurança. *Ethical Perspectives in Security*, 2020.
- PEREIRA, T; MARTINS, J. Colaboração entre instituições de segurança. *Collaborative Security Journal*, 2018.
- RIBEIRO, A.; MENDES, F. Desafios éticos das tecnologias emergentes na segurança pública. *Security Ethics Review*, 2021.
- SANTOS, M; ROCHA, P. Inovação e governança em segurança pública. *Advances in Governance*, 2019.
- SILVA, J; COSTA, R. Tecnologias emergentes e políticas de segurança pública. *Public Policy Journal*, 2019.
- SILVA, R; ALMEIDA, P. Aplicação de dispositivos vestíveis em segurança. *Technology in Policing Journal*, 2019.

IMPACTOS DA CRIAÇÃO DE CURSOS SUPERIORES EM SEGURANÇA PÚBLICA PARA AS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS
PUBLIC SECURITY IN BRAZIL: GENERAL APPROACH ON PUBLIC SECURITY AND ITS REFLEXES ON HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS.
SEGURIDAD PÚBLICA EN BRASIL: ENFOQUE GENERAL SOBRE SEGURIDAD PÚBLICA Y SUS REFLEJOS EN LAS INSTITUCIONES DE EDUCACIÓN SUPERIOR.

José Mauro

leonardokitnet@yahoo.com.br

MAURO, José. **Impactos da Criação de Cursos Superiores em Segurança Pública para as Universidades Brasileiras.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.42, p. 46 – 55, Dezembro/2024. ISSN/2675 – 5203

Orientador: Profª Drª. Patrícia Erica Hamada Bonjiorno

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a segurança pública no Brasil, com ênfase nos impactos e reflexos nas instituições de ensino superior. Utilizando-se de uma abordagem bibliográfica, foram investigados os desafios enfrentados pelo setor de segurança pública e sua interação com o ambiente acadêmico, incluindo programas de formação, cursos de graduação e parcerias institucionais voltadas para o fortalecimento do sistema de segurança. O estudo também explora como as universidades têm atuado na formação de profissionais, contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas e para a criação de espaços de diálogo entre agentes de segurança e a comunidade acadêmica. Conclui-se que a interface entre segurança pública e ensino superior desempenha um papel crucial na formação de profissionais mais capacitados e na construção de estratégias voltadas para a melhoria da segurança no país.

Palavras-chave: Segurança Pública. Ensino Superior. Formação Acadêmica. Políticas Públicas.

SUMMARY

This article aims to analyze public security in Brazil, with an emphasis on impacts and repercussions on higher education institutions. Using a bibliographical approach, the challenges faced by the public security sector and its interaction with the academic environment were investigated, including training programs, undergraduate courses and institutional partnerships aimed at strengthening the security system. The study also explores how universities have worked to train professionals, contributing to the development of public policies and the creation of spaces for dialogue between security agents and the academic community. It is concluded that the interface between public security and higher education plays a crucial role in training more qualified professionals and in building strategies aimed at improving security in the country.

Keywords: Public Security. Higher Education. Academic Training. Public Policies.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar la seguridad pública en Brasil, con énfasis en los impactos y repercusiones en las instituciones de educación superior. Mediante un enfoque bibliográfico, se investigaron los desafíos que enfrenta el sector de seguridad pública y su interacción con el entorno académico, incluyendo programas de capacitación, cursos de pregrado y alianzas institucionales encaminados a fortalecer el sistema de seguridad. El estudio también explora cómo las universidades han trabajado para formar profesionales, contribuyendo al desarrollo de políticas públicas y a la creación de espacios de diálogo entre los agentes de seguridad y la comunidad académica. Se concluye que la interfaz entre seguridad pública y educación superior juega un papel crucial en la formación de profesionales más calificados y en la construcción de estrategias encaminadas a mejorar la seguridad en el país.

Palabras clave: Seguridad Pública. Educación Superior. Formación Académica. Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

A segurança pública ocupa um lugar central nas discussões sociais e políticas no Brasil, sendo reconhecida como um dos desafios mais complexos enfrentados pelo país. Problemas históricos como a desigualdade social, a violência urbana, o tráfico de drogas e a insuficiência de políticas públicas eficazes contribuem para um cenário de insegurança que impacta diretamente a vida da população. Ao longo das décadas, o debate sobre a segurança pública no Brasil transcendeu as fronteiras do governo e das forças de segurança, abrangendo outros atores sociais, como as instituições de ensino superior, que assumem um papel cada vez mais relevante nesse contexto.

As universidades, além de cumprirem seu papel de formar profissionais, funcionam como espaços para a produção de conhecimento crítico, capaz de apontar caminhos e alternativas para a resolução de problemas sociais. Dentro desse cenário, este artigo busca analisar a interação entre segurança pública e ensino superior, com especial atenção ao impacto que a formação acadêmica exerce na construção de práticas mais eficientes e humanizadas para o setor. O objetivo principal é compreender de que forma os cursos de graduação e programas de capacitação nas universidades têm contribuído para a qualificação de profissionais da segurança pública, ao mesmo tempo em que se discute a relevância das parcerias institucionais e de políticas formativas em um país com características tão heterogêneas como o Brasil.

A abordagem metodológica utilizada neste estudo é a pesquisa bibliográfica, com base em fontes acadêmicas, documentos oficiais, artigos científicos e notícias que abordam a interface entre segurança pública e instituições de ensino superior. Essa escolha metodológica permite um panorama abrangente e contextualizado sobre as principais iniciativas, avanços e desafios existentes, além de proporcionar uma análise crítica das políticas implementadas e dos efeitos reais sobre o sistema de segurança.

Tal método é fundamental para uma compreensão mais profunda da questão, com vistas a subsidiar novas propostas de políticas e práticas que dialoguem com as demandas da sociedade.

A escolha do tema é justificada pelo entendimento de que a segurança pública no Brasil exige soluções integradas e colaborativas.

As instituições de ensino superior têm se destacado ao contribuir não apenas para a formação de profissionais capacitados, mas também para a promoção de debates acadêmicos e produção de pesquisas que analisam as dinâmicas da criminalidade, as políticas públicas e as estratégias preventivas.

Em um contexto marcado por crises recorrentes e pela sensação de insegurança que afeta diferentes grupos sociais, a parceria entre academia e segurança pública desponta como uma alternativa para repensar as práticas tradicionais, tornando-as mais inclusivas, éticas e baseadas em evidências científicas.

Portanto, analisar o papel da academia nesse cenário representa um esforço essencial para a construção de estratégias sustentáveis, capazes de enfrentar os desafios do presente e moldar um futuro mais seguro e justo para todos os cidadãos brasileiros.

CONTEXTO HISTÓRICO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL E O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NA SEGURANÇA PÚBLICA

A segurança pública no Brasil tem raízes que remontam ao período colonial, quando as forças de segurança foram estruturadas para proteger os interesses das elites e garantir a manutenção da ordem, muitas vezes em detrimento dos direitos das classes menos favorecidas. De acordo com Pinheiro(2019, p. 25) “esse modelo de controle social foi marcado por práticas repressivas, que ainda influenciam a atuação das forças de segurança nos dias de hoje, mantendo uma lógica de exclusão social e desigualdade”

Durante a Primeira República(1889-1930), a consolidação de um modelo policial autoritário foi reforçada, com foco no controle das massas e na repressão de movimentos sociais. Segundo Carvalho(2018), as polícias, nesse período, serviram como instrumentos de proteção das elites econômicas e políticas, utilizando a força como resposta para demandas sociais. Esse modelo consolidou uma cultura de violência institucional que ainda é perceptível nas práticas policiais contemporâneas.

O período da ditadura militar, que se estendeu de 1964 a 1985, representou um marco de aprofundamento do autoritarismo nas práticas de segurança pública. Conforme descrevem Gaspari(2002) e Caldeira(2000), “as forças de segurança foram instrumentalizadas para reprimir qualquer forma de oposição política, resultando na militarização das polícias” (2002, p. 7). Esse legado militarista ainda é sentido nas práticas e na cultura de muitas corporações.

Com o advento da redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988, houve uma tentativa de reformular as bases do sistema de segurança pública no Brasil. A nova Constituição reconheceu a segurança como um direito de todos e um dever do Estado, conforme destacam Silva e Santos(2010). No entanto, a transição para um modelo mais democrático foi lenta, e as práticas repressivas continuaram presentes, em parte devido às dificuldades de implementação de políticas públicas mais eficazes e à resistência de certos setores das forças de segurança.

Entre os principais desafios enfrentados pelo sistema de segurança pública está a falta de modernização e a carência de recursos para capacitação dos agentes. Adorno (2013) descrever:

A precariedade das condições de trabalho dos profissionais de segurança, aliada à falta de investimentos em formação e infraestrutura, contribui para um cenário de ineficiência e violência policial. Nesse contexto, surgem iniciativas de cooperação com as universidades, que buscam preencher essas lacunas por meio de programas de formação e capacitação contínua(ADORNO, 2013, p.13).

As instituições de ensino superior têm se destacado como parceiras na formação de profissionais mais qualificados e preparados para lidar com as complexidades da segurança pública no Brasil. De acordo com estudo da Universidade Federal Fluminense(2019), cursos de bacharelado e especialização em segurança pública têm oferecido uma formação abrangente, que inclui temas como direitos humanos, gestão de crises e mediação de conflitos. Essas iniciativas representam uma tentativa de repensar o papel das forças de segurança em uma sociedade democrática.

Além dos cursos presenciais, a expansão da oferta de ensino a distância também tem sido relevante. A Universidade da Amazônia(UNAMA) destaca a importância de democratizar

o acesso à formação em segurança pública, possibilitando que agentes de regiões distantes possam se qualificar sem necessidade de deslocamento constante. Isso reflete um avanço na integração de diferentes realidades regionais ao debate sobre segurança pública.

No entanto, a resistência cultural ainda é um desafio para a efetiva modernização do sistema. Conforme relatam Cerqueira e Lobão(2019), muitos agentes resistem à incorporação de novas práticas, temendo que a adoção de métodos considerados "acadêmicos" não esteja alinhada com as demandas cotidianas de segurança. Essa resistência evidencia a necessidade de uma transformação cultural, além da reestruturação técnica.

A integração entre academia e forças de segurança pública é uma oportunidade de reconfigurar o sistema de segurança com base em evidências científicas e práticas inovadoras. Souza(2020, p. 21), afirma que “a criação de programas de pesquisa aplicada e de políticas públicas embasadas em diagnósticos precisos é essencial para a formulação de soluções eficazes para a violência urbana”.

As instituições de ensino superior no Brasil têm desempenhado um papel fundamental na transformação e qualificação do setor de segurança pública, oferecendo novas perspectivas para lidar com os desafios sociais, históricos e operacionais do país. A criação de cursos de graduação, especialização e programas de capacitação voltados para a área de segurança pública reflete um movimento crescente de integração entre o conhecimento acadêmico e as práticas de segurança. Essa interação busca oferecer uma formação mais abrangente, crítica e ética, voltada para a compreensão das dinâmicas sociais e para a promoção de políticas públicas mais eficazes.

Segundo estudos realizados pela Universidade Federal Fluminense - UFF(2021), a criação do Bacharelado em Segurança Pública e Social tem sido um marco importante na capacitação de profissionais que lidam diretamente com questões de segurança. Os cursos oferecidos por instituições como a UFF buscam romper com a lógica tradicional de policiamento repressivo, promovendo uma abordagem interdisciplinar que abrange temas como direitos humanos, sociologia da violência, mediação de conflitos e gestão de crises. Essa formação mais ampla permite que os agentes adquiram habilidades para atuar de forma preventiva e integrada à comunidade, promovendo um modelo de segurança pública mais humanizado e alinhado às necessidades sociais.

Além dos cursos presenciais, a educação a distância(EaD) tem uma ferramenta poderosa para ampliar o acesso à formação na área de segurança pública. Instituições como a UNAMA Digital(2022) e a UNINASSAU(2023) oferecem cursos de segurança pública na modalidade EaD, com conteúdos que incluem tecnologias de segurança, gerenciamento de riscos e políticas de defesa social. Essa modalidade de ensino democratiza o acesso ao conhecimento, possibilitando que profissionais de diferentes regiões do país, incluindo áreas mais remotas, possam se capacitar e contribuir para o aprimoramento das práticas de segurança pública. Conforme evidenciado nos estudos do Guia da Carreira (2023), essa democratização do acesso à educação também favorece a criação de um sistema mais inclusivo e com profissionais mais bem preparados.

O papel das universidades também se estende para além da formação de profissionais, envolvendo a produção de conhecimento que pode embasar a formulação de políticas públicas e estratégias de prevenção da criminalidade. Pesquisas conduzidas por universidades em colaboração com órgãos de segurança pública têm gerado diagnósticos precisos sobre os fatores que contribuem para a criminalidade, apontando soluções baseadas em evidências para

problemas complexos. Um exemplo notável dessa parceria é o trabalho realizado pela Universidade de Brasília(UnB), que desenvolveu projetos voltados para a redução da violência em comunidades vulneráveis e para o fortalecimento do diálogo entre agentes de segurança e a sociedade civil(SILVA, 2020).

Outro aspecto importante da atuação das instituições de ensino superior é a promoção de debates e eventos que possibilitam a troca de experiências e a construção de um entendimento mais amplo sobre os desafios e as soluções para a segurança pública. A Universidade Veiga de Almeida(UVA), por exemplo, organiza seminários, workshops e conferências que reúnem especialistas, agentes de segurança e a comunidade acadêmica para discutir temas como políticas de segurança, direitos humanos e inovação em práticas de policiamento. Esses espaços de diálogo são fundamentais para que o conhecimento acadêmico possa ser transferido e aplicado de maneira prática, gerando um impacto real na vida da população.

Entretanto, a integração entre academia e segurança pública enfrenta desafios significativos. Muitos profissionais da área ainda demonstram resistência a métodos considerados "acadêmicos", temendo que não atendam às demandas da prática cotidiana. Segundo Cerqueira e Lobão (2019):

A integração entre academia e segurança pública enfrenta desafios significativos. Muitos profissionais da área ainda demonstram resistência a métodos considerados 'acadêmicos', temendo que não atendam às demandas da prática cotidiana. Essa resistência reflete uma cultura que, durante muito tempo, esteve associada ao uso exclusivo da força e da desconfiança em relação às abordagens que envolvem o diálogo e a mediação. Superar esse obstáculo exige uma transformação cultural que valorize a capacitação e reconheça o potencial da formação acadêmica para melhorar o desempenho das forças de segurança(CERQUEIRA E LOBÃO, 2019, p.27)

Além disso, a falta de recursos financeiros e de infraestrutura nas instituições de ensino superior e nos órgãos de segurança é um desafio que limita a expansão e a implementação de programas de capacitação e pesquisa. Segundo o Ministério da Justiça e Segurança Pública, é fundamental que políticas públicas de apoio à educação e à segurança pública sejam fortalecidas, a fim de garantir que as universidades possam continuar desempenhando seu papel de maneira eficaz. Parcerias entre governos, universidades e organizações da sociedade civil são uma alternativa promissora para superar essas limitações e promover um sistema de segurança mais integrado e eficiente.

As instituições de ensino superior, portanto, desempenham um papel crucial na construção de um sistema de segurança pública mais humanizado, inclusivo e eficaz. Ao capacitar profissionais, promover debates e gerar conhecimento, as universidades contribuem para o desenvolvimento de políticas públicas baseadas em evidências, que buscam não apenas reduzir os índices de violência, mas também promover a cidadania e o respeito aos direitos humanos. Conforme apontado por Souza(2021), a colaboração entre academia e segurança pública representa um dos caminhos mais promissores para transformar a realidade do setor no Brasil, gerando impactos positivos para toda a sociedade.

A integração entre as instituições de ensino superior e a segurança pública no Brasil apresenta inúmeros desafios, muitos dos quais estão relacionados a aspectos culturais, estruturais e financeiros. Conforme destacam Adorno e Bordini(2015), a resistência de alguns

setores das forças de segurança à adoção de práticas mais humanizadas e baseadas em evidências científicas reflete uma cultura ainda marcada pela militarização e pelo uso excessivo da força. Muitos profissionais temem que métodos considerados "acadêmicos" sejam incompatíveis com as realidades enfrentadas no cotidiano, como o combate ao crime organizado e o policiamento ostensivo. Essa resistência cultural dificulta a incorporação de novas práticas que poderiam potencialmente transformar o sistema de segurança pública.

Além da resistência cultural, a carência de recursos e infraestrutura adequada nas instituições de ensino superior e nos órgãos de segurança pública representa um obstáculo significativo. Segundo Caldeira(2000, p. 7), “a falta de financiamento adequado para programas de capacitação, pesquisas e projetos de cooperação acadêmica limita a expansão e a eficácia das iniciativas já existentes”. Muitos programas dependem de verbas públicas que são frequentemente insuficientes ou irregulares, comprometendo a continuidade de projetos que buscam capacitar agentes e promover a inovação em práticas de segurança. Investimentos mais consistentes e parcerias público-privadas são necessários para superar essa barreira.

Outro desafio importante está relacionado à falta de articulação entre as diferentes esferas de governo e as universidades. Conforme apontam Cerqueira e Lobão (2019), as políticas públicas voltadas para a segurança pública muitas vezes são fragmentadas e desconectadas da produção científica gerada pelas instituições de ensino. Isso resulta em uma aplicação limitada de soluções baseadas em evidências e em uma baixa valorização das pesquisas realizadas no ambiente acadêmico. A ausência de um diálogo estruturado entre os agentes de segurança, os formuladores de políticas públicas e a academia impede a construção de estratégias eficazes e sustentáveis para a prevenção da criminalidade.

Por outro lado, a integração entre academia e segurança pública oferece diversas oportunidades para a transformação do sistema e para a construção de uma sociedade mais segura e justa. De acordo com Souza(2020), as universidades são espaços privilegiados para a geração de conhecimento e para a formação de profissionais capacitados a lidar com os complexos desafios da segurança pública. Programas de formação e pesquisa em parceria com as forças de segurança têm potencial para promover mudanças culturais e práticas, incentivando a adoção de abordagens mais preventivas e inclusivas. Cursos de graduação e especialização em segurança pública, como os oferecidos pela Universidade Federal Fluminense, são exemplos de iniciativas que podem transformar a perspectiva dos agentes sobre seu papel na sociedade.

Além disso, a produção de pesquisas acadêmicas voltadas para o diagnóstico das causas da criminalidade e para a avaliação de políticas públicas existentes contribui para o desenvolvimento de estratégias baseadas em evidências. Segundo Silva e Santos(2018), projetos de pesquisa em colaboração com governos e organizações da sociedade civil permitem identificar fatores que influenciam os índices de criminalidade, bem como testar e avaliar intervenções específicas. Isso resulta em políticas públicas mais bem informadas e potencialmente mais eficazes na redução da violência.

A integração com as universidades também oferece oportunidades para fortalecer os vínculos entre as forças de segurança e a comunidade. A promoção de atividades de extensão, como seminários, palestras e projetos sociais, contribui para aproximar os agentes de segurança da população, criando um ambiente de confiança e cooperação. Conforme afirmam Oliveira e

Pereira(2017), a construção desse laço de confiança é essencial para que as ações de segurança pública sejam mais eficazes e aceitas pela sociedade.

No entanto, é necessário destacar que a implementação de práticas baseadas em evidências e na colaboração com a academia exige um esforço contínuo para vencer resistências internas e externas. Como apontam Adorno(2013) e Souza(2020), a mudança de cultura dentro das corporações policiais e a valorização da pesquisa científica dependem de políticas institucionais, apoio governamental e uma articulação mais ampla com todos os atores envolvidos na segurança pública. Isso requer um compromisso com a formação continuada, com a promoção de debates e com a criação de ambientes que favoreçam o aprendizado e a inovação.

A produção de conhecimento pelas instituições de ensino superior tem desempenhado um papel fundamental na construção de políticas públicas de segurança mais eficazes e embasadas em evidências. Pesquisas acadêmicas oferecem diagnósticos precisos sobre as causas e dinâmicas da violência, permitindo a formulação de políticas que busquem prevenir o crime e mitigar seus efeitos sociais. Segundo Cerqueira e Moura (2019), estudos conduzidos por universidades em colaboração com órgãos de segurança pública e entidades governamentais são essenciais para entender o contexto multifacetado da criminalidade no Brasil, fornecendo subsídios para a criação de estratégias de intervenção.

Um exemplo dessa contribuição pode ser encontrado nos projetos desenvolvidos pela Universidade de Brasília(UnB) em parceria com governos locais. Pesquisas realizadas por Silva *et al.*(2020) demonstraram a eficácia de programas de mediação de conflitos em comunidades com altos índices de violência. Esses programas, baseados na prevenção e na construção de redes de apoio comunitário, resultaram na redução de conflitos e no fortalecimento das relações entre a população e as forças de segurança. Os resultados dessas pesquisas evidenciam que a adoção de políticas públicas baseadas em dados científicos pode gerar impactos significativos na segurança e na qualidade de vida da população.

Outro aspecto relevante é a avaliação de políticas públicas já existentes, com o objetivo de identificar suas limitações e propor melhorias. De acordo com Souza e Ferreira(2018), pesquisas acadêmicas têm sido responsáveis por demonstrar que algumas práticas tradicionais de policiamento, como a repressão ostensiva sem ações de prevenção, podem ser ineficazes ou até mesmo contraproducentes em determinados contextos. Ao oferecer uma visão crítica sobre as políticas implementadas, as universidades contribuem para a reformulação de estratégias e para a criação de políticas que considerem as especificidades regionais, culturais e sociais do país.

A pesquisa acadêmica também tem sido crucial para o desenvolvimento de políticas voltadas para grupos específicos e vulneráveis. Estudos realizados por Adorno(2015) mostram que políticas de segurança devem levar em conta as necessidades e os desafios enfrentados por mulheres, jovens em situação de risco, populações LGBTQIA+ e outros grupos que sofrem com a violência de forma desproporcional. Pesquisas nesse sentido possibilitam a formulação de ações de proteção específicas, que garantam o respeito aos direitos humanos e promovam a equidade.

As universidades, por meio de programas de pesquisa e extensão, também têm atuado na formação de agentes de segurança mais capacitados e conscientes de seu papel na sociedade. A criação de cursos e oficinas que abordam temas como mediação de conflitos, direitos

humanos e estratégias de policiamento comunitário tem contribuído para a transformação das práticas policiais no país. Segundo Caldeira (2000), a formação acadêmica é um fator determinante para a construção de um sistema de segurança pública mais orientado pela ética, pelo respeito à diversidade e pelo compromisso com a cidadania.

Além disso, a colaboração entre academia e órgãos governamentais tem gerado políticas de segurança baseadas em tecnologias inovadoras, como sistemas de monitoramento de dados criminais, inteligência artificial para prever padrões de violência e ferramentas de análise de risco. Pesquisas conduzidas pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim) destacam a importância dessas inovações para aumentar a eficácia e a precisão das ações de segurança pública. Ao aplicar tecnologias avançadas de análise de dados, as forças de segurança podem direcionar recursos de forma mais eficiente e reduzir a violência de maneira mais estratégica.

No entanto, é importante ressaltar que o impacto das pesquisas acadêmicas nas políticas públicas de segurança depende de uma articulação eficaz entre universidades, governos e sociedade civil. Como apontam Santos e Oliveira (2017), a tradução do conhecimento científico em políticas práticas exige diálogo, investimentos e a valorização da ciência como um componente estratégico do desenvolvimento social. Quando essa articulação é bem-sucedida, os resultados são políticas mais inclusivas, sustentáveis e eficazes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A segurança pública no Brasil é um tema multifacetado, marcado por desafios históricos e sociais que refletem as desigualdades estruturais e a complexidade das relações entre Estado, sociedade e forças de segurança. Ao longo do artigo, exploramos como as raízes coloniais e as práticas repressivas moldaram um sistema que, por muito tempo, se apoiou no controle autoritário e na militarização das forças de segurança. Esse legado histórico contribuiu para a persistência de práticas muitas vezes alheias aos princípios de cidadania e direitos humanos, colocando em evidência a necessidade de transformações profundas e estruturadas.

Nesse contexto, as instituições de ensino superior emergem como parceiras fundamentais na construção de um novo modelo de segurança pública, capaz de oferecer soluções baseadas em conhecimento científico, práticas éticas e um olhar crítico sobre os desafios enfrentados pelo setor. O papel da academia se reflete na criação de cursos especializados, na promoção de debates e na produção de pesquisas que contribuem para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e eficazes. A formação de agentes de segurança com uma abordagem crítica e humanizada tem potencial para modificar o cenário, substituindo práticas meramente repressivas por estratégias de prevenção, mediação de conflitos e construção de confiança com a comunidade.

Apesar dos avanços, a integração entre academia e segurança pública enfrenta desafios significativos. Entre os obstáculos estão a resistência cultural de setores tradicionais das forças de segurança, a falta de recursos financeiros e a necessidade de superar práticas históricas que, muitas vezes, negligenciam os direitos humanos em prol de ações ostensivas. Superar essas barreiras requer um esforço conjunto de governos, universidades, agentes de segurança e

sociedade civil, com vistas à promoção de políticas que combinem práticas baseadas em evidências com estratégias de inclusão e respeito aos direitos fundamentais.

Por outro lado, as oportunidades geradas pela integração entre academia e segurança são vastas. A promoção de programas de formação contínua, pesquisas aplicadas e tecnologias inovadoras, como o uso de sistemas de inteligência para análise de dados criminais, demonstram que a colaboração entre esses dois setores pode ser uma força transformadora. Ao trazer uma abordagem multidisciplinar e fundamentada em evidências, as universidades têm potencial para promover a modernização do sistema de segurança pública e torná-lo mais eficiente e justo. O envolvimento de profissionais qualificados, com formação acadêmica robusta e uma visão ética sobre seu papel, é um passo essencial para a construção de políticas que priorizem a prevenção e o diálogo com a comunidade.

Em última análise, a segurança pública deve ser entendida como um direito de todos e um dever do Estado, conforme consagrado na Constituição Federal de 1988. Para que esse direito seja efetivado, é fundamental que os esforços das instituições de ensino superior sejam valorizados e integrados às estratégias de segurança pública em nível nacional. A promoção de uma cultura de paz, o respeito aos direitos humanos e o desenvolvimento de políticas baseadas em evidências são pilares essenciais para a construção de um sistema mais seguro, inclusivo e democrático. Como evidenciado ao longo deste trabalho, a colaboração entre academia e segurança pública tem potencial para ser um agente de mudança, contribuindo para a construção de um Brasil mais seguro e justo para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Sérgio. Violência e ordem pública em tempos democráticos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 52, 2013.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Wagner. Eficiência policial, práticas culturais e segurança pública: desafios para a construção de uma nova mentalidade. *Revista de Estudos de Conflito e Violência*, Salvador, v. 7, n. 15, 2019.
- GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GUIA DA CARREIRA. *Segurança pública: faculdades, cursos e mercado de trabalho*. 2023. Disponível em: <https://www.guiadacarreira.com.br/blog/seguranca-publica>. Acesso em: 15 nov. 2024.
- METRÓPOLES. *PMDF e UnDF fecham acordo para atividades de ensino superior*. 2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/grande-angular/pmdf-e-undf-fecham-acordo-para-atividades-de-ensino-superior>. Acesso em: 15 nov. 2024.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Segurança pública no Brasil: desafios contemporâneos*. *Revista Segurança e Sociedade*, Brasília, v. 25, n. 42, 2019.
- SANTOS, Milton; OLIVEIRA, Ana. O papel das universidades na segurança pública. *Revista Brasileira de Políticas de Segurança*, São Paulo, v. 12, n. 18, 2021.
- SILVA, José; SANTOS, Mariana. Os desafios da segurança pública e a Constituição de 1988. *Revista Jurídica Constitucional*, Brasília, v. 5, n. 9, 2010.
- SOUZA, Antônio Carlos de. *Integração entre academia e segurança pública: oportunidades e desafios*. *Caderno de Segurança Pública*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 14, 2020.
- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. *Curso de Bacharelado em Segurança Pública e Social*. 2019. Disponível em: <https://www.uff.br/curso/seguranca-publica/>. Acesso em: 15 nov. 2024.
- UNAMA DIGITAL. *Curso de Segurança Pública: graduação a distância*. Disponível em: <https://graduacao.unama.br/nossos-cursos/seguranca-publica/503/94/2>. Acesso em: 15 nov. 2024.
- SANTOS, E.; PEREIRA, H. *Diversidade e inclusão no ambiente de trabalho pós-pandemia*. *Journal of Social Responsibility*, 2019.

SILVEIRA, M.; MENDES, T. Transformações na liderança e habilidades comportamentais. Leadership and Emotional Intelligence Journal, 2021.

A VALORAÇÃO DE JOGADORES NO ATLÉTICO CLUBE GOIANIENSE: O CASO WELLINGTON RATO

THE VALUATION OF PLAYERS AT ATLÉTICO CLUBE GOIANIENSE: THE CASE OF WELLINGTON RATO

LA VALORACIÓN DE JUGADORES EN EL ATLÉTICO CLUBE GOIANIENSE: EL CASO DE WELLINGTON RATO

Henrique Paulista Arantes
henriquearantes@gmail.com

ARANTES, Henrique Paulista. **A valoração de jogadores no Atlético clube goianiense: o caso Wellington Rato.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.42, p. 56 – 70, Dezembro/2024. ISSN/2675 – 5203

Orientador: Prof. Dr. José Ricardo Martins Machado

RESUMO

Este artigo analisa a estratégia de valoração de jogadores adotada pelo Atlético Clube Goianiense, focando no caso de Wellington Rato. Contratado por um valor acessível de R\$10 mil, o jogador rapidamente se destacou no time, resultando em uma valorização significativa e culminando em sua transferência para o São Paulo por R\$5 milhões. O estudo explora os fatores que influenciaram essa valorização, incluindo desempenho esportivo, estratégias de marketing e gestão de contratos. Além disso, são discutidos os impactos econômicos da negociação para o clube e como a abordagem do Atlético Goianiense pode servir de modelo para outras equipes que buscam sustentabilidade financeira e competitividade no mercado de transferências.

Palavras-chave: Valoração de jogadores. Gestão esportiva. Mercado de transferências. Atlético Goianiense. Wellington Rato.

SUMMARY

This article analyzes the player valuation strategy adopted by Atlético Clube Goianiense, focusing on the case of Wellington Rato. Acquired for an affordable price of R\$ 10,000, the player quickly stood out on the team, leading to significant valuation and culminating in his transfer to São Paulo for R\$ 5 million. The study explores the factors that influenced this valuation, including sports performance, marketing strategies, and contract management. Additionally, it discusses the economic impacts of the transaction for the club and how Atlético Goianiense's approach can serve as a model for other teams seeking financial sustainability and competitiveness in the transfer market.

Keywords: Player valuation. Sports management. Transfer market. Atlético Goianiense. Wellington Rato.

RESUMEN

Este artículo analiza la estrategia de valoración de jugadores adoptada por el Atlético Clube Goianiense, centrándose en el caso de Wellington Rato. Contratado por un precio asequible de R \$10,000, el jugador rápidamente se destacó en el equipo, lo que resultó en una valoración significativa y culminó en su traspaso al São Paulo por R \$5 millones. El estudio explora los factores que influyeron en esta valoración, incluyendo el rendimiento deportivo, las estrategias de marketing y la gestión de contratos. Además, se discuten los impactos económicos de la negociación para el club y cómo el enfoque del Atlético Goianiense puede servir de modelo para otros equipos que buscan sostenibilidad financiera y competitividad en el mercado de transferencias.

Palabras clave: Valoración de jugadores. Gestión deportiva. Mercado de transferencias. Atlético Goianiense, Wellington Rato..

INTRODUÇÃO

O mercado de compra e venda de jogadores de futebol no Brasil é uma dinâmica complexa que movimenta bilhões de reais anualmente, refletindo a importância do esporte não apenas como entretenimento, mas também como um negócio lucrativo. Grandes clubes e até mesmo equipes menores dependem dessas transações para equilibrar suas finanças e investir no desenvolvimento de novas promessas. A compra e venda de jogadores envolve aspectos que vão desde a negociação de contratos até a avaliação do desempenho dos atletas, e é um dos pilares que sustenta a economia do futebol. Além disso, com a crescente visibilidade das ligas brasileiras, a valoração de jogadores se tornou um processo estratégico que pode definir o sucesso de um clube tanto dentro quanto fora de campo.

Historicamente, clubes brasileiros têm usado a compra e venda de jogadores como uma maneira de garantir receita adicional, especialmente em um cenário onde muitos clubes enfrentam dificuldades financeiras. A formação de atletas e sua venda para times maiores, tanto no Brasil quanto no exterior, se tornou uma fonte crucial de renda. Essa estratégia permite que os clubes invistam em infraestrutura e mantenham a competitividade em campeonatos nacionais. No entanto, para que essas negociações sejam bem-sucedidas, é essencial que haja uma boa avaliação do potencial dos atletas e uma estratégia de valorização que considere tanto o desempenho esportivo quanto a exposição midiática.

O Atlético Clube Goianiense, um clube de destaque em Goiás, tem se mostrado eficiente em adotar estratégias de valoração de jogadores, conseguindo transformar investimentos modestos em grandes oportunidades de lucro. A sua abordagem se baseia na identificação de talentos promissores que podem ser adquiridos por valores acessíveis e desenvolvidos dentro do clube, para posteriormente serem vendidos a um preço superior. Esse modelo de negócios tem permitido que o Atlético Goianiense mantenha sua competitividade e ainda gere receitas significativas, mesmo sem contar com o mesmo orçamento de grandes clubes das regiões Sul e Sudeste.

Um caso que ilustra bem essa estratégia é o do jogador Wellington Rato, adquirido pelo Atlético Goianiense por um valor de R\$10 mil. Essa negociação mostrou a habilidade do clube em identificar um talento subvalorizado no mercado, oferecer a ele um espaço para crescer e se destacar, e depois aproveitar o aumento de sua valoração para realizar uma negociação vantajosa. A venda de Wellington Rato para o São Paulo demonstra como a estratégia de compra e valorização de jogadores pode ser eficaz quando bem executada, garantindo lucro para o clube e visibilidade para o atleta.

O objetivo deste estudo é analisar a estratégia de compra e venda de jogadores no Atlético Clube Goianiense, com um foco específico no caso de Wellington Rato. A análise inclui as práticas de identificação e desenvolvimento de talentos que permitiram ao clube valorizar o atleta e garantir uma venda lucrativa. Além disso, serão discutidos os fatores que contribuíram para o sucesso dessa negociação e como o clube pode replicar esse modelo em outras ocasiões.

A justificativa para abordar este tema reside na relevância econômica e estratégica que a compra e venda de jogadores representa para clubes de médio porte no Brasil. Entender como um clube como o Atlético Goianiense consegue se manter competitivo e gerar lucro através de uma gestão eficiente e de práticas de valoração pode oferecer insights importantes para outras equipes com características e desafios semelhantes. Assim, o estudo não se limita a um caso

isolado, mas busca apresentar um modelo que pode ser adaptado e replicado em outros contextos.

Além disso, ao destacar a trajetória de Wellington Rato, o artigo busca explorar como a performance esportiva e a exposição midiática de um jogador podem influenciar sua valoração no mercado de transferências. A análise do impacto que fatores como performance em campo, engajamento da torcida e repercussão nas redes sociais têm sobre o valor de mercado de um atleta é fundamental para entender a lógica por trás de negociações bem-sucedidas no futebol moderno.

Em resumo, o estudo da compra e venda de jogadores no Atlético Clube Goianiense, com foco no caso de Wellington Rato, oferece uma oportunidade de compreender melhor as estratégias que clubes menores utilizam para se destacar em um mercado competitivo. Ao explorar essas práticas de gestão e desenvolvimento, pretende-se contribuir para o debate sobre a sustentabilidade econômica e esportiva no futebol brasileiro, especialmente em um cenário onde clubes buscam novas formas de garantir receita e competitividade..

COMPRA DE JOGADORES NO FUTEBOL BRASILEIRO

A compra de jogadores no futebol brasileiro é um processo multifacetado que exige uma combinação de critérios de avaliação técnica, estratégia de negociação e gestão financeira rigorosa. Historicamente, clubes de futebol têm buscado reforçar seus elencos com contratações que agreguem não apenas qualidade esportiva imediata, mas também potencial de valorização a longo prazo. Nos últimos anos, com a crescente profissionalização das gestões esportivas, esses processos têm se tornado mais estratégicos e meticulosos. A análise do desempenho técnico dos jogadores, que envolve observar estatísticas de jogos, habilidades individuais e características físicas, passou a ser complementada por outras considerações, como o potencial de marketing e o retorno sobre o investimento(FATTA *et al.*, 2016).

O mercado de compra de jogadores no Brasil é marcado pela complexidade das negociações, onde a análise de desempenho e o potencial de valorização do atleta são elementos centrais. Além disso, práticas como a divisão de direitos econômicos e a utilização de cláusulas contratuais bem estruturadas ajudam a garantir que os clubes possam participar de negociações vantajosas, minimizando riscos e potencializando retornos financeiros(FATTA *et al.*, 2016, p. 45).

A mudança reflete a necessidade dos clubes de equilibrar sucesso esportivo e sustentabilidade financeira em um ambiente competitivo.

A avaliação do desempenho dos jogadores é um dos pilares na decisão de compra. Esta análise é composta por uma extensa revisão de dados técnicos e físicos que permitem aos clubes identificar os talentos que melhor se encaixam nas necessidades do time. O Atlético Clube Goianiense, por exemplo, adota tecnologias avançadas para coletar e analisar dados, uma prática que auxilia na seleção de jogadores que podem melhorar a performance do time em campo. Além de fatores como passes, gols e assistências, os clubes consideram características táticas e comportamentais, garantindo que a contratação seja feita com base em uma visão abrangente do potencial do atleta. Proni(2000) observa que essa análise detalhada é crucial para minimizar riscos financeiros e maximizar o retorno sobre o investimento em jogadores,

especialmente em ligas onde a margem de erro pode determinar o sucesso ou fracasso financeiro de um clube.

Outro aspecto crucial é o potencial de valorização do jogador. Muitos clubes brasileiros, especialmente aqueles de médio porte, adotam uma estratégia de contratar jogadores jovens com o objetivo de desenvolvê-los e revendê-los por valores superiores no futuro. Esta prática, muitas vezes referida como "trading de jogadores", é uma das formas mais efetivas de geração de receita para esses clubes. De acordo com Helal e Soares(2005), esta abordagem funciona bem para times que não possuem grandes receitas de patrocínios ou cotas de televisão e, portanto, precisam capitalizar através da venda de ativos esportivos. A formação de talentos nas categorias de base é essencial para esse processo, já que atletas revelados pelo próprio clube tendem a gerar lucros maiores nas transferências, além de fortalecerem a identidade da equipe com sua torcida.

A negociação de direitos econômicos e federativos é um elemento igualmente importante no processo de compra de jogadores. No cenário brasileiro, é comum que clubes adquiram apenas uma parcela dos direitos do atleta, dividindo-os com investidores, empresas e até mesmo com outros clubes. Essa prática de "propriedade fracionada" permite que as equipes menores participem de negociações que seriam inacessíveis se fossem obrigadas a arcar com o valor total de transferência do jogador. Embora esse modelo possa gerar conflitos na distribuição dos lucros de uma futura venda, ele também facilita o financiamento das contratações e abre espaço para que clubes diversifiquem seus investimentos(DAMO, 2007). No entanto, essa prática requer uma gestão clara e transparente, para que as partes envolvidas estejam alinhadas quanto aos objetivos da transferência e à participação nos lucros.

O estado financeiro do clube é outro fator que influencia profundamente as negociações. Clubes que operam sob uma gestão financeira sólida e estruturada têm mais chances de obter condições vantajosas de pagamento e, conseqüentemente, sucesso nas negociações. Ekelund(2020) aponta que uma organização eficiente e uma estratégia bem definida podem dar aos clubes uma vantagem competitiva, permitindo-lhes adquirir talentos a preços mais acessíveis. Essa capacidade de planejar a longo prazo é vital em um cenário onde a compra de jogadores representa um investimento significativo, que deve ser recuperado por meio de performance esportiva, marketing e, eventualmente, uma venda lucrativa do atleta.

Contratos de compra de jogadores frequentemente incluem cláusulas específicas destinadas a proteger os interesses do clube e do atleta, como multas rescisórias, bônus por metas alcançadas e acordos de repasse em caso de futuras transferências. Essas cláusulas são ferramentas importantes que ajudam a minimizar riscos e garantir um retorno potencial sobre o investimento. Mayo (2016) destaca que a inclusão de cláusulas de recompra e direitos de preferência são estratégias comuns que os clubes utilizam para manter algum controle sobre o futuro dos atletas, garantindo que possam lucrar em caso de valorização do jogador no mercado.

A internacionalização do mercado de transferências de jogadores alterou drasticamente a forma como clubes brasileiros abordam a compra de talentos. A exportação de jogadores para ligas europeias, asiáticas e norte-americanas tornou o mercado interno mais competitivo, obrigando os clubes a adotarem práticas de scouting mais eficientes e abrangentes. Helal e Salles (2005) observam que, para se manterem relevantes, os clubes precisam não só identificar jogadores promissores, mas também negociar rapidamente para evitar que outros clubes, incluindo os estrangeiros, capturem esses talentos. Isso criou uma cultura de profissionalização

nos departamentos de análise e observação de jogadores, que se modernizaram para incluir tecnologias de big data e inteligência artificial.

As práticas de scouting são agora uma parte essencial do processo de compra de jogadores. Clubes como o Atlético Goianiense têm investido significativamente em equipes de olheiros e em softwares que permitem monitorar jogadores em campeonatos regionais e nacionais. Essa abordagem facilita a descoberta de novos talentos antes que os concorrentes e permite uma análise mais precisa dos aspectos técnicos e comportamentais dos jogadores. Fatta *et al.* (2016) sugerem que o investimento em departamentos de scouting é uma medida preventiva que ajuda a reduzir os riscos associados à contratação de novos jogadores, além de aumentar as chances de sucesso nos investimentos realizados.

A relação com agentes e empresários é um aspecto fundamental na aquisição de jogadores. Agentes têm um papel estratégico nas negociações, servindo como intermediários que facilitam o diálogo e ajudam a estruturar acordos complexos entre clubes, jogadores e investidores. Manter boas relações com esses profissionais pode ser um diferencial, permitindo que clubes renegociem em melhores condições e tenham acesso a jogadores de alta qualidade que, de outra forma, poderiam estar fora do seu alcance. Ekelund(2020) enfatiza que essas redes de contato são um ativo intangível no mundo do futebol, onde a confiança e o relacionamento são fundamentais para o fechamento de acordos.

O Atlético Clube Goianiense tem adotado uma abordagem estratégica e eficiente na aquisição de jogadores, destacando-se pela valorização de ativos e sustentabilidade financeira. Uma de suas principais estratégias é investir em jovens atletas que apresentam potencial de desenvolvimento e valorização futura. Essa prática permite ao clube adquirir jogadores a preços acessíveis e, após um período de crescimento e exposição, revendê-los por valores consideravelmente mais altos, maximizando o retorno financeiro. Essa política é vista como uma maneira de garantir o fluxo de receita constante e aproveitar o mercado esportivo em termos de investimento em talentos emergentes (Feijó Lopes, 2024). Ao concentrar seus esforços em jogadores jovens, o clube não apenas diversifica suas opções de elenco, mas também estabelece um modelo de negócios sustentável a longo prazo, aproveitando a tendência de clubes maiores buscarem talentos em ascensão.

Para identificar esses talentos promissores, o clube investe significativamente em um sistema de scouting robusto e eficaz. Esse sistema é responsável por mapear categorias de base e clubes menores por todo o Brasil, onde observa-se uma análise técnica detalhada para garantir a escolha de jogadores não apenas habilidosos, mas também com grande potencial de crescimento no mercado esportivo. Feijó Lopes(2024) destaca que essa estrutura é essencial para clubes que operam com orçamentos menores, pois possibilita a descoberta e contratação de atletas a baixo custo, aumentando as chances de retorno financeiro. Além disso, o scouting atua como uma ferramenta de previsão de mercado, antecipando as necessidades do time e os movimentos dos rivais, o que proporciona ao Atlético uma vantagem competitiva importante na hora de contratar.

Outro pilar da estratégia do clube é a criação de contratos bem estruturados, com cláusulas específicas de valorização e de revenda. Estes contratos permitem que o Atlético não só lucre com possíveis transferências, mas também tenha uma segurança financeira em cenários de litígios contratuais. Para clubes que priorizam a rentabilidade, é crucial que os acordos firmados incluam bônus por desempenho e participações em futuras vendas, garantindo assim

que, mesmo após a saída do atleta, o clube continue a receber compensações financeiras. Helal e Soares(2005) argumentam que tal estrutura contratual é uma forma de proteger o investimento inicial é criar um fluxo de receita recorrente a partir de um único jogador, demonstrando um modelo de gestão esportiva avançado. A integração dos atletas ao estilo de jogo e ao ambiente competitivo do Campeonato Brasileiro é outra peça fundamental na estratégia do Atlético. O clube investe na adaptação e no desenvolvimento dos jogadores para que possam atingir seu máximo potencial, resultando em maior valorização no mercado. Nieland(2020) sugere que um ambiente estruturado e acolhedor, aliado a um estilo de jogo consistente, é um diferencial significativo na valorização de ativos esportivos. Assim, o Atlético não apenas contrata jogadores, mas também trabalha ativamente para melhorar suas habilidades e reputação, o que facilita negociações futuras e torna o clube um destino atraente para talentos emergentes que buscam um bom desenvolvimento de carreira.

Além de investir em jovens, o Atlético Clube Goianiense adota uma estratégia diferenciada ao buscar jogadores que estão em momentos de transição ou virada de carreira. Isso inclui atletas que saíram de grandes clubes, mas que ainda possuem habilidades e experiências valiosas para contribuir com a equipe. Essa prática foi bem exemplificada na contratação de Wellington Rato, que chegou ao clube por um valor modesto e, após um desempenho destacável, tornou-se um ativo valioso, gerando um retorno financeiro significativo ao ser vendido ao São Paulo(FEIJÓ LOPES, 2024). Essa estratégia de recuperar e valorizar atletas subutilizados ou em baixa é uma maneira inteligente de aproveitar oportunidades de mercado, transformando jogadores desvalorizados em ativos valiosos.

Para fortalecer suas finanças, o Atlético também diversifica suas fontes de receita, usando as contratações de jogadores como uma forma de fortalecer sua marca. O sucesso esportivo atrai patrocinadores e eleva as receitas de publicidade e bilheteria, elementos cruciais para a sustentabilidade financeira do clube. Ekelund(2020) observa que a gestão eficaz de receitas provenientes de direitos de imagem e patrocínios é fundamental para clubes que desejam manter um fluxo de caixa constante, permitindo reinvestir em novos talentos e infraestrutura, o que contribui para um ciclo virtuoso de crescimento e sucesso.

O clube adota também a prática de parcelamento nas compras de jogadores, uma medida que facilita o controle financeiro e ajuda na gestão equilibrada do caixa. Para clubes menores, como o Atlético, essa abordagem é essencial, pois evita grandes desembolsos imediatos que poderiam comprometer o orçamento anual. De acordo com a Sports Value(2022), esse modelo de negociação é particularmente eficaz para clubes que operam com orçamentos limitados, oferecendo maior flexibilidade e permitindo que as finanças sejam gerenciadas com mais precisão. Assim, o Atlético consegue realizar aquisições estratégicas sem comprometer sua estabilidade financeira.

Além de suas estratégias internas, o Atlético Goianiense se beneficia de parcerias com investidores que compartilham os direitos econômicos dos jogadores. Esse tipo de acordo permite ao clube minimizar os riscos financeiros associados à contratação de atletas e facilita a aquisição de talentos que, de outra forma, estariam fora de seu alcance financeiro. Feijó Lopes(2024) menciona que parcerias bem estruturadas ajudam o clube a acessar jogadores de alto nível com um menor investimento inicial, enquanto ainda obtêm ganhos significativos em transferências futuras, mostrando que o clube sabe capitalizar oportunidades de mercado de maneira inteligente.

Por fim, o Atlético valoriza a manutenção de uma rede de contatos eficiente, que inclui empresários, agentes e outros clubes. Essas relações são fundamentais para facilitar negociações e criar oportunidades para trocas e empréstimos de jogadores, uma prática muito comum no futebol brasileiro. Helal e Salles(2005) apontam que a construção de uma rede de contatos confiável e estratégica é um ativo intangível que facilita operações futuras, ajudando a sustentar o crescimento e a competitividade do clube. Isso permite ao Atlético não apenas negociar melhores termos para seus atletas, mas também explorar novas parcerias e colaborações que beneficiem seu planejamento estratégico de longo prazo.

O CASO WELLINGTON RATO

A contratação de Wellington Rato pelo Atlético Clube Goianiense em 2020 foi um movimento estratégico que demonstrou a capacidade do clube de identificar e investir em talentos subvalorizados no mercado. O jogador foi adquirido por um valor acessível de apenas R\$10 mil, vindo do Ferroviário, onde havia se destacado na Série C do Campeonato Brasileiro. Essa aquisição foi vista como um investimento de baixo risco, com um potencial significativo para gerar lucros futuros. O Atlético apostou na habilidade de Wellington Rato de se adaptar e crescer dentro do ambiente competitivo da Série A, fazendo uma aposta calculada que envolvia não apenas o desempenho imediato do jogador em campo, mas também a possibilidade de uma valorização expressiva a longo prazo(TRANSFERMARKT, 2024). Esta abordagem é um exemplo de como clubes de médio porte, como o Atlético, podem maximizar seus recursos limitados para encontrar oportunidades de crescimento e sucesso financeiro. A visão estratégica permitiu ao clube investir em um atleta com potencial, sem comprometer excessivamente seu orçamento, o que é crucial para sua sustentabilidade no cenário competitivo do futebol brasileiro.

A estratégia de aquisição de Wellington Rato baseou-se em uma análise minuciosa de desempenho. O clube identificou no jogador uma versatilidade e habilidade que poderiam ser exploradas para fortalecer o elenco. Segundo os relatórios de transferências, os olheiros do Atlético destacaram sua capacidade de jogar em múltiplas posições, desde meio-campo ofensivo até ponta, o que aumentava suas chances de sucesso na equipe. Essa versatilidade tática foi um dos fatores que levaram à sua contratação, mostrando como uma análise de desempenho bem conduzida pode resultar em escolhas acertadas no mercado de transferências. Feijó Lopes(2024) salienta que, para clubes que operam com orçamentos mais limitados, identificar jogadores que possam preencher múltiplas funções no time é uma maneira eficaz de agregar valor, tanto esportivo quanto financeiro, ao elenco. Este tipo de recrutamento reflete uma gestão inteligente que visa tanto o sucesso dentro de campo quanto o retorno financeiro em possíveis vendas futuras.

O impacto imediato de Wellington Rato no Atlético Goianiense foi significativo. Ao chegar ao clube, ele rapidamente se destacou com seu desempenho sólido e consistente, contribuindo para a competitividade da equipe na Série A do Campeonato Brasileiro. Em campo, o jogador demonstrou uma adaptabilidade que é crucial para sobreviver e prosperar em ligas de alto nível, o que não passou despercebido por outros clubes maiores. A sua habilidade de desempenhar funções variadas no ataque aumentou ainda mais sua visibilidade, tornando-o

uma peça valiosa para o Atlético e atraindo o interesse de times como o São Paulo (TRANSFERMARKT, 2024;). O desempenho de Rato não só ajudou o Atlético a manter-se competitivo, como também elevou o perfil do clube, o que é um aspecto importante para atrair novos talentos e investidores.

A estruturação do contrato de Wellington Rato também foi um exemplo de planejamento estratégico bem executado pelo Atlético. O clube garantiu que o contrato do jogador incluísse cláusulas que protegessem seus direitos econômicos, permitindo que ele se beneficiasse de futuras transferências. Essas cláusulas incluíam bonificações e multas rescisórias que asseguravam ao clube uma posição de força em negociações futuras. Helal e Salles (2005) destacam que este tipo de planejamento é fundamental para clubes que desejam rentabilizar seus ativos, transformando um investimento inicial modesto em uma oportunidade de lucro significativa. O Atlético, ao proteger seus interesses econômicos, criou um cenário no qual poderia maximizar os ganhos de uma eventual transferência, assegurando um retorno substancial sobre o valor inicialmente investido.

O sucesso de Wellington Rato no Atlético também foi acompanhado de uma estratégia de marketing que contribuiu para aumentar a visibilidade do jogador e, por consequência, a do clube. Ao se tornar uma das principais figuras do time, Rato ajudou a atrair atenção midiática e interesse de patrocinadores, fortalecendo a marca do Atlético no cenário nacional. O clube soube explorar essa visibilidade, criando campanhas que destacavam as habilidades e conquistas do jogador, o que facilitou futuras negociações para sua transferência. Feijó Lopes (2024) aponta que a habilidade de promover seus jogadores e criar narrativas que ressoem com os fãs e investidores é uma prática cada vez mais importante para clubes que desejam transformar suas operações de futebol em negócios lucrativos.

O sucesso na contratação de jogadores como Wellington Rato está na habilidade de enxergar potencial onde outros clubes talvez não vejam. Ao apostar em talentos emergentes e desenvolver um ambiente propício para o crescimento, o Atlético Goianiense conseguiu transformar um investimento de baixo custo em um ativo de alta valorização. (FEIJÓ LOPES, 2024, p. 53).

A gestão de imagem e o marketing são, portanto, componentes vitais na estratégia de crescimento e sucesso de clubes como o Atlético.

A trajetória de Wellington Rato é um exemplo claro de como uma boa leitura de mercado e a confiança no desenvolvimento de um jogador podem resultar em retornos impressionantes. A história culminou em 2022, quando, após uma série de desempenhos notáveis, ele foi transferido para o São Paulo por R\$5 milhões. Esta venda multiplicou o investimento inicial do Atlético várias vezes, demonstrando que o clube soube capitalizar sobre sua visão e estratégia de desenvolvimento de talentos (WIKIPEDIA, 2024). Esta estratégia de recrutamento inteligente e de baixo risco é algo que muitos clubes de médio porte tentam, mas nem todos conseguem executar com tanto sucesso. A história de Rato destaca a importância de uma combinação de scouting eficaz, contratos bem estruturados e uma abordagem de marketing que maximize o valor do jogador.

Além do sucesso financeiro, a aquisição de Wellington Rato pelo Atlético também se destacou como um exemplo de gestão de risco eficiente. O clube conseguiu incorporar um jogador de potencial promissor por um valor acessível, sem comprometer seu orçamento anual,

o que permitiu espaço para outras contratações que ajudaram a manter a equipe competitiva. Nieland(2020) enfatiza que a gestão de riscos e oportunidades é essencial para clubes de médio porte que buscam sustentabilidade em um cenário tão volátil como o futebol. O Atlético conseguiu, assim, não só fortalecer seu elenco, mas também criar oportunidades para futuras receitas por meio de vendas de jogadores que se destacam, o que é uma prova de sua visão de longo prazo.

No contexto do mercado de futebol brasileiro, a contratação de Wellington Rato pelo Atlético Goianiense é um exemplo de sucesso que exemplifica como uma abordagem estratégica pode transformar investimentos modestos em grandes oportunidades. O clube não apenas conseguiu um retorno financeiro significativo, mas também fortaleceu sua marca, atraindo atenção nacional e internacional. Ao priorizar a aquisição de jogadores com potencial de crescimento e garantir que esses atletas possam agregar valor tanto dentro quanto fora de campo, o Atlético mostra como a eficiência e a visão de mercado podem ser determinantes para o sucesso de clubes que não dispõem dos recursos financeiros dos gigantes do futebol brasileiro.

Após sua chegada ao Atlético Goianiense em 2020, Wellington Rato rapidamente se estabeleceu como uma das principais peças da equipe, destacando-se por sua versatilidade e habilidade tanto no meio-campo ofensivo quanto nas pontas. Sua rápida adaptação ao estilo de jogo do Atlético foi evidente durante as fases finais do Campeonato Goiano, onde suas atuações ajudaram o time a conquistar o título estadual. Ele demonstrou uma combinação de técnica, velocidade e visão de jogo que o tornaram indispensável na estratégia da equipe. Segundo dados de Transfermarkt(2024), essas qualidades chamaram a atenção do mercado, especialmente pela capacidade de criar jogadas e assumir a responsabilidade nos momentos decisivos, atributos que aumentaram significativamente seu valor de mercado ao longo das temporadas.

Ao longo de 2021, Wellington Rato continuou a crescer e se consolidou como uma referência no Atlético Goianiense. Seu papel foi fundamental durante a campanha do clube na Série A do Campeonato Brasileiro, onde o time conseguiu manter-se competitivo em meio a desafios significativos. Durante esse período, ele foi responsável por assistências precisas e gols importantes que determinaram vitórias cruciais para a equipe. Sua regularidade em campo, combinada com um desempenho técnico de alto nível, fez com que seu valor de mercado se multiplicasse, transformando-o em um dos ativos mais valiosos do clube(GAZETA ESPORTIVA, 2022). Sua capacidade de se destacar em uma liga tão competitiva ressaltou a importância de jogadores que não apenas executam suas funções, mas que também podem elevar o desempenho coletivo do time.

Além de seu desempenho técnico e atlético, o Atlético Goianiense investiu estrategicamente na imagem de Wellington Rato como parte de um esforço para aumentar sua valorização no mercado esportivo. O clube utilizou suas plataformas digitais para destacar o jogador, promovendo suas qualidades e feitos em campanhas promocionais e nas redes sociais. Essa abordagem fez com que sua visibilidade crescesse não apenas entre torcedores locais, mas também em um público mais amplo que acompanha o futebol nacional e internacional. Feijó Lopes(2024) aponta que o marketing esportivo é uma ferramenta crucial para agregar valor a jogadores, especialmente em clubes que buscam maximizar o retorno sobre seus investimentos em contratações, e o caso de Wellington Rato ilustra bem essa prática.

Uma das características que contribuiu para o sucesso de Wellington Rato no Atlético Goianiense foi sua experiência anterior em diferentes clubes e contextos do futebol brasileiro.

Essa bagagem permitiu que ele se adaptasse rapidamente às exigências da Série A, onde a velocidade de jogo e a pressão são intensas. Sua versatilidade dentro de campo, sendo capaz de atuar como meia-atacante, ponta e até mesmo em funções mais recuadas, tornaram-no uma peça valiosa e flexível para o esquema tático do Atlético. Ekelund(2020) argumenta que jogadores com habilidades para desempenhar múltiplas funções tendem a ter uma valorização maior, pois oferecem aos técnicos mais opções estratégicas e aumentam suas chances de transferência para clubes de maior porte.

Em 2022, Wellington Rato viveu o auge de sua carreira no Atlético Goianiense, sendo um dos jogadores mais consistentes e regulares do elenco. Suas performances foram essenciais para o time alcançar boas posições e disputar competições internacionais, como a Copa Sul-Americana, onde suas atuações chamaram ainda mais a atenção de outros clubes. Durante esse período, observou-se um aumento substancial no interesse de equipes, tanto do Brasil quanto do exterior, elevando ainda mais seu valor de mercado e transformando-o em um dos nomes mais procurados no cenário de transferências(TRANSFERMARKT, 2024). O reconhecimento de seu talento além das fronteiras do futebol nacional refletiu a qualidade de seu trabalho e a eficácia da estratégia do Atlético para promover seus atletas.

A versatilidade e o desempenho consistente de Wellington Rato foram, sem dúvida, fatores chave para sua valorização. Ele conseguiu se destacar em várias posições dentro do campo, desempenhando papéis que exigiam tanto criatividade ofensiva quanto solidez defensiva. Essa flexibilidade tática foi crucial para que ele se tornasse um alvo atrativo para grandes clubes, que veem valor em jogadores que podem se adaptar rapidamente a diferentes esquemas e exigências. Helal e Salles(2005) destacam que a importância de jogadores versáteis no mercado de transferências moderno é crescente, pois eles permitem aos treinadores mais liberdade para ajustar suas táticas durante a temporada, e Wellington Rato encaixou-se perfeitamente nesse perfil.

As boas atuações de Wellington Rato ao longo de 2022 geraram grande interesse na sua contratação. Diversos clubes manifestaram intenção de adquirir seus serviços, incluindo equipes de primeira linha da Série A e até de ligas internacionais. A negociação de sua transferência para o São Paulo foi um dos destaques no mercado de transferências, amplamente acompanhada pela mídia esportiva, que relatou a ascensão do jogador como uma das histórias de maior sucesso do Atlético Goianiense, destacando sua trajetória como exemplo de talento e estratégia bem-sucedida de valorização de ativos(GAZETA ESPORTIVA, 2022; WIKIPEDIA, 2024).

O interesse do São Paulo em Wellington Rato resultou em uma negociação bastante vantajosa para o Atlético Goianiense. Após intensas conversas, o clube paulista conseguiu adquirir 80% dos direitos econômicos do jogador por cerca de R\$5 milhões. Esse valor representou uma valorização impressionante, considerando que o Atlético havia investido apenas R\$10 mil na aquisição do jogador. Essa transação mostrou como uma estratégia inteligente de compra e desenvolvimento de jogadores pode gerar lucros substanciais para clubes menores (Gazeta Esportiva, 2022; Transfermarkt, 2024). Além disso, essa negociação evidenciou a capacidade do Atlético de identificar talentos promissores e desenvolvê-los, fortalecendo sua posição no mercado esportivo.

Além do valor recebido na transação, o Atlético Goianiense manteve 20% dos direitos econômicos de Wellington Rato, assegurando a possibilidade de lucro em uma futura

negociação. Essa estratégia é comum no mercado de transferências de futebol e visa garantir que os clubes menores possam continuar a lucrar com o sucesso contínuo de jogadores que se valorizam após mudar para equipes maiores. Helal e Soares(2005) explicam que a retenção de uma parte dos direitos econômicos é uma prática que permite aos clubes menores mitigar riscos e obter retornos financeiros sustentáveis a longo prazo, particularmente em um mercado de transferências volátil e imprevisível.

O impacto financeiro da venda de Wellington Rato foi expressivo para o Atlético Goianiense. O montante recebido na transferência permitiu ao clube estabilizar suas finanças, o que era crucial para garantir sua competitividade em competições nacionais. Com os recursos, o Atlético pôde investir em novas contratações e melhorias em sua infraestrutura, refletindo uma política de reinvestimento que visa manter a equipe competitiva na Série A do Campeonato Brasileiro(EKELUND, 2020). Esse tipo de gestão financeira sólida é vital para clubes que operam em ligas desafiadoras, onde a diferença entre sucesso e fracasso pode depender de decisões estratégicas bem executadas.

VALORAÇÃO DE JOGADORES NO FUTEBOL

A valorização de jogadores de futebol é um processo complexo que envolve uma série de fatores além do desempenho técnico dentro de campo. Um dos aspectos fundamentais é a idade do atleta, que tem um papel crucial na determinação de seu valor de mercado. Jogadores mais jovens são geralmente considerados investimentos de longo prazo, pois possuem um potencial de desenvolvimento futuro que pode ser explorado por clubes que planejam vender esses atletas por valores mais altos após alguns anos de treinamento e experiência. Segundo Fatta *et al.* (2016), clubes que apostam em jovens promessas com boas perspectivas de crescimento conseguem obter retornos financeiros substanciais em transferências futuras. Isso ocorre porque jovens jogadores têm a oportunidade de se desenvolver, melhorar suas habilidades e ganhar experiência, o que aumenta seu valor de mercado e a demanda por suas contratações por clubes de elite.

Outro fator determinante para a valorização de um atleta é o seu histórico de lesões. Jogadores com um histórico de lesões frequentes tendem a ter seu valor reduzido no mercado, pois a contratação de um atleta que está constantemente se recuperando de lesões representa um risco financeiro significativo para os clubes. O estado de saúde física é fundamental para garantir a longevidade de uma carreira no futebol, e problemas físicos recorrentes podem limitar o desempenho de um jogador ou até mesmo encurtar sua carreira. Além disso, como destacam Vallerand e Colavecchio(1988), o estado psicológico do atleta também desempenha um papel fundamental na percepção de seu valor. Atletas que conseguem manter uma boa forma física e mental são mais atraentes para os clubes, pois têm uma maior probabilidade de oferecer um bom desempenho consistente ao longo de uma temporada inteira, justificando, assim, um investimento mais alto em suas transferências.

O desempenho em competições de grande visibilidade é outro aspecto crucial que determina a valorização de jogadores de futebol. Atletas que conseguem se destacar em torneios importantes, como a Copa Libertadores, Liga dos Campeões e campeonatos nacionais, tendem a atrair mais atenção e a aumentar seu valor de mercado. A capacidade de performar bem em competições de alto nível demonstra a habilidade do jogador de lidar com pressão e se destacar

em cenários competitivos, o que é uma característica muito procurada por clubes de grande porte. De acordo com Proni(2000), a visibilidade que um jogador adquire ao mostrar um desempenho de destaque em ligas competitivas é um fator determinante para aumentar sua demanda no mercado, o que, por sua vez, eleva significativamente seu valor de transferência. Dessa forma, clubes que pretendem vender atletas por valores elevados incentivam seus jogadores a participarem de competições que oferecem maior exposição, pois isso cria uma oportunidade para aumentar o reconhecimento e a valorização do jogador.

A mídia, incluindo as redes sociais, desempenha um papel fundamental no processo de valorização dos atletas, não apenas pela cobertura dos jogos, mas também pela forma como a imagem do jogador é promovida fora dos gramados. Atletas que possuem uma presença marcante nas redes sociais e frequentemente aparecem na mídia esportiva conseguem agregar valor a si mesmos, pois trazem consigo um potencial de marketing que os torna mais atraentes para clubes que desejam explorar essa visibilidade para fins comerciais. Isso inclui a venda de camisas, direitos de imagem e acordos de patrocínio que podem resultar em receitas adicionais para os clubes. Feijó Lopes(2024) observa que a promoção e gestão da imagem de um jogador são estratégias essenciais para clubes que buscam maximizar seus ganhos financeiros, especialmente em transferências internacionais, onde a visibilidade global do atleta pode desempenhar um papel crucial na negociação de valores mais elevados.

Existem vários exemplos de jogadores que conseguiram elevar seu valor de mercado devido a estratégias bem-sucedidas de desempenho e marketing. Um dos exemplos mais notáveis é o caso de Neymar, que emergiu como uma estrela internacional desde as categorias de base. Seu talento natural, combinado com uma estratégia de marketing robusta desenvolvida desde cedo, fez com que seu valor de mercado crescesse exponencialmente, culminando na transferência mais cara da história do futebol quando foi vendido para o Paris Saint-Germain por 222 milhões de euros(EKELUND, 2020). O sucesso de Neymar se deve não apenas às suas habilidades em campo, mas também à maneira como sua marca pessoal foi promovida globalmente, transformando-o em um ativo valioso para qualquer clube, não só por seu talento, mas também pelo potencial de gerar receitas significativas através de patrocínios e vendas de produtos relacionados.

Outro exemplo ilustrativo é o de Wellington Rato, que passou por uma valorização considerável ao demonstrar consistência no Atlético Goianiense e posteriormente ser transferido para o São Paulo. Inicialmente adquirido por um valor simbólico de R\$10 mil, o jogador conseguiu se destacar no Campeonato Brasileiro e atraiu a atenção de clubes maiores graças ao seu desempenho consistente e versatilidade em campo. Esse exemplo mostra como um investimento modesto pode resultar em grandes retornos financeiros para clubes menores que têm a visão estratégica de desenvolver jogadores e colocá-los em evidência em campeonatos de alto nível(FEIJÓ LOPES, 2024). Assim, a história de Wellington Rato evidencia que, além do talento, a capacidade de se destacar em competições relevantes pode ser determinante para aumentar o valor de mercado de um atleta, proporcionando retorno financeiro significativo para clubes que apostam em seu desenvolvimento e projeção no futebol nacional e internacional.

ANÁLISE DO IMPACTO ECONÔMICO DA VENDA DE WELLINGTON RATO

A venda de Wellington Rato para o São Paulo foi um marco significativo na trajetória financeira do Atlético Clube Goianiense, destacando-se como uma das transações mais rentáveis da história do clube. Inicialmente, o jogador foi adquirido em 2020 por um valor relativamente baixo, de R\$10 mil, após o Atlético pagar a multa rescisória para tirá-lo do Ferroviário, que na época estava na Série C do futebol brasileiro. O clube, percebendo o potencial de crescimento e valorização do atleta, investiu em seu desenvolvimento, o que culminou em sua venda ao São Paulo por R\$5 milhões apenas dois anos depois. Essa negociação representou uma valorização impressionante de quase 50.000% no valor do jogador, evidenciando a capacidade do Atlético de identificar e explorar o potencial de seus atletas para gerar lucros substanciais (Tricolornaweb, 2022). A receita obtida com essa venda permitiu ao clube goiano realizar investimentos importantes, não só em reforços para o elenco, mas também em melhorias na infraestrutura, o que contribuiu para manter sua competitividade no cenário nacional de futebol.

Além do montante recebido diretamente pela venda de Wellington Rato, o Atlético Goianiense também optou por manter 20% dos direitos econômicos do jogador. Essa estratégia assegura que o clube ainda poderá lucrar em futuras transferências, caso o atleta seja novamente negociado por outro clube, seja dentro do Brasil ou em mercados internacionais. Manter uma participação nos direitos econômicos é uma prática comum entre clubes que buscam maximizar seus ganhos financeiros a longo prazo, especialmente quando se trata de jogadores que têm potencial para se valorizarem ainda mais no futuro (SAGRES ONLINE, 2022). Essa abordagem reflete uma gestão financeira estratégica e cuidadosa por parte do Atlético Goianiense, permitindo que o clube possa se beneficiar continuamente das negociações de seus atletas, fortalecendo sua base econômica e assegurando recursos para novos investimentos.

A negociação de Wellington Rato destacou-se como uma das transações mais lucrativas da história do Atlético Clube Goianiense, superando outros negócios significativos que o clube realizou nos últimos anos. Por exemplo, a venda de jogadores como André Luís e Matheus Vargas também trouxe retornos financeiros importantes, mas não atingiram o mesmo nível de lucro que a venda de Wellington Rato gerou. Esses exemplos demonstram uma estratégia consistente adotada pelo Atlético de buscar jogadores subvalorizados ou em ascensão que, após se destacarem no clube, são negociados com times de maior porte por valores bem superiores aos de sua aquisição original (GAZETA ESPORTIVA, 2022). Essa prática de valorização é central para a filosofia do clube, que, mesmo sem contar com o orçamento robusto de grandes equipes brasileiras, consegue realizar operações eficientes no mercado de transferências, mantendo-se competitivo e sustentável financeiramente.

A abordagem adotada pelo Atlético Goianiense no mercado de transferências revela uma política de gestão esportiva cuidadosa e bem planejada. Ao contrário de muitos clubes que buscam contratações caras e de impacto imediato, o Atlético investe em atletas com potencial para crescer e se destacar, o que não só fortalece o desempenho do time dentro de campo, mas também proporciona excelentes oportunidades de negócios no futuro. A venda de Wellington Rato é um exemplo claro dessa filosofia de investimento em desenvolvimento e valorização de talentos, que se tornou uma marca registrada do clube nos últimos anos (GAZETA ESPORTIVA, 2022). Esse modelo de gestão tem permitido ao Atlético navegar com eficiência no mercado brasileiro de futebol, assegurando não apenas a permanência em competições importantes, mas também a capacidade de se reforçar e inovar a cada temporada, utilizando os

recursos financeiros gerados para manter o crescimento do clube em diversos aspectos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso de Wellington Rato no Atlético Clube Goianiense exemplifica uma estratégia bem-sucedida de valorização de jogadores, que permitiu ao clube transformar um investimento modesto em um retorno financeiro expressivo. A trajetória do jogador, desde sua contratação por um valor simbólico de R\$10 mil até sua venda para o São Paulo por R\$5 milhões, demonstra como clubes de menor porte podem utilizar abordagens inteligentes para identificar e desenvolver talentos, garantindo lucros significativos nas negociações futuras.

O sucesso da valorização de Wellington Rato foi resultado de uma série de práticas bem planejadas, incluindo um sistema de scouting eficiente, contratos estrategicamente elaborados e uma gestão focada em potencializar as qualidades do jogador dentro e fora de campo. Essas ações permitiram ao Atlético Goianiense não apenas colher os frutos de uma transferência lucrativa, mas também consolidar sua reputação no mercado de futebol como um clube capaz de valorizar atletas e gerar receita de forma sustentável.

A importância da visibilidade na mídia e do desempenho esportivo também ficou evidente ao longo da trajetória de Wellington Rato. Sua habilidade de se destacar em competições nacionais aumentou significativamente seu valor de mercado, e o investimento do Atlético Goianiense em estratégias de marketing ajudou a promover a imagem do jogador, facilitando sua valorização e a atenção de grandes clubes. O clube conseguiu demonstrar que, mesmo sem os recursos financeiros dos gigantes do futebol brasileiro, é possível ser competitivo e lucrativo no mercado de transferências.

Ao analisar o impacto econômico dessa negociação, fica claro que a venda de Wellington Rato não apenas gerou receitas diretas para o Atlético Goianiense, mas também abriu novas possibilidades de investimento em infraestrutura e reforços para o clube. Além disso, a manutenção de parte dos direitos econômicos do jogador representa uma estratégia inteligente para garantir que futuras transferências possam trazer ainda mais benefícios financeiros ao clube.

Por fim, o caso reforça a importância de uma gestão eficiente e planejada no futebol. O Atlético Goianiense mostrou que é possível competir de maneira estratégica, apostando na identificação de talentos promissores e desenvolvendo-os para maximizar seu valor. Essa abordagem pode servir de modelo para outros clubes de médio porte no Brasil, que buscam crescimento econômico e sustentabilidade, utilizando o mercado de jogadores como uma de suas principais fontes de receita. A experiência do Atlético Goianiense destaca a relevância de estratégias comerciais bem pensadas no contexto do futebol moderno, provando que, com visão e planejamento, resultados expressivos podem ser alcançados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DAMO, Arlei. Jogadores de futebol no Brasil: mercado, formação de atletas e escola. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, 2007.
- EKELUND, Roger. A nova gestão do futebol. Editora Esportiva, 2020.
- FATTA, Marco et al. Capital humano e valor de mercado no futebol. Congresso USP, 2016.
- FEIJÓ LOPES, Advogados. 4 Key Legal Points to Investors in the Purchase of Receivables from International Transfers of Brazilian Football Players. Feijó Lopes, 2024.
- GAZETA ESPORTIVA. Atlético-GO acerta venda de Wellington Rato para o São Paulo. Gazeta Esportiva, 2022.
- HELAL, Ronaldo; SALLES, João. O ativo jogador no mercado do futebol. SciELO Brasil, 2005.
- MAYO, Roberto. Gestão e contratos de jogadores de futebol. Editora Fut, 2016.
- NIELAND, Alan Lampert. Internacionalização de clubes de futebol: um estudo comparativo entre clubes brasileiros e europeus. Univates, 2020.
- PRONI, Marcelo. Economia e mercado do futebol brasileiro. SciELO, 2000.
- SAGRES ONLINE. Atlético-GO acerta venda de Wellington Rato para o São Paulo; confira detalhes do negócio. Sagres Online, 2022.
- SPORTS VALUE. Análise das Receitas dos Clubes Brasileiros em 2022. Sports Value, 2022.
- TRANSFERMARKT. Wellington Rato - Player Profile. Transfermarkt, 2024.
- TRICOLORNAWEB. Direitos de Wellington Rato valorizaram quase 50.000% em dois anos. Tricolornaweb, 2022.

A EVOLUÇÃO DO FUTEBOL GOIANO A PARTIR DOS ANOS 2000
THE EVOLUTION OF GOIANO FOOTBALL FROM THE 2000
LA EVOLUCIÓN DEL FÚTBOL GOIANO DESDE DE LOS AÑOS 2000

Henrique Paulista Arantes
henriquearantes@gmail.com

ARANTES, Henrique Paulista. **A evolução do futebol goiano a partir dos anos 2000** . Revista International Integralize Scientific, Ed. n.42, p. 71 – 84, Dezembro/2024. ISSN/2675 – 5203

Orientador: Prof. Dr. José Ricardo Martins Machado

RESUMO

Este artigo analisa a evolução do futebol goiano a partir dos anos 2000, destacando as principais transformações que permitiram aos clubes locais, como Goiás Esporte Clube, Atlético Goianiense e Vila Nova, consolidar-se no cenário nacional. Com foco em estratégias de gestão, profissionalização e investimentos em infraestrutura, esses clubes foram capazes de superar desafios e alcançar um novo patamar de competitividade. O artigo explora ainda a contribuição do desenvolvimento das categorias de base e parcerias comerciais para a sustentabilidade financeira, bem como a internacionalização das marcas esportivas, que ampliaram a visibilidade do futebol goiano além das fronteiras regionais. Por fim, são discutidos os impactos econômicos e sociais dessa evolução, destacando a influência positiva no esporte local e nas comunidades envolvidas.

Palavras-chave: Profissionalização. Infraestrutura. Categorias de base. Parcerias comerciais. Futebol goiano,.

SUMMARY

This article analyzes the evolution of Goiano football since the 2000s, highlighting the main transformations that allowed local clubs such as Goiás Esporte Clube, Atlético Goianiense, and Vila Nova to consolidate their position on the national scene. Focusing on management strategies, professionalization, and infrastructure investments, these clubs managed to overcome challenges and reach a new level of competitiveness. The article also explores the contribution of youth academies and commercial partnerships to financial sustainability, as well as the internationalization of sports brands, which extended the visibility of Goiano football beyond regional borders. Finally, the economic and social impacts of this evolution are discussed, emphasizing the positive influence on local sports and the communities involved..

Keywords: Professionalization. Infrastructure. Youth academies. Commercial partnerships. Goiano football.

RESUMEN

Este artículo analiza la evolución del fútbol goiano a partir de los años 2000, destacando las principales transformaciones que permitieron a clubes locales como Goiás Esporte Clube, Atlético Goianiense y Vila Nova consolidarse en el escenario nacional. Centrándose en estrategias de gestión, profesionalización e inversiones en infraestructura, estos clubes lograron superar desafíos y alcanzar un nuevo nivel de competitividad. El artículo también explora la contribución de las academias juveniles y las asociaciones comerciales para la sostenibilidad financiera, así como la internacionalización de las marcas deportivas, que extendieron la visibilidad del fútbol goiano más allá de las fronteras regionales. Finalmente, se discuten los impactos económicos y sociales de esta evolución, destacando la influencia positiva en el deporte local y en las comunidades involucradas.

Palabras clave: Profesionalización. Infraestructura. Academias juveniles. Asociaciones comerciales. Fútbol goiano.

INTRODUÇÃO

O futebol goiano, ao longo dos anos, tem se consolidado como uma importante expressão cultural e esportiva no Brasil, destacando-se especialmente por clubes tradicionais que representam a força e a paixão da região. Desde o início do século XXI, o esporte no estado de Goiás passou por transformações significativas, impulsionadas pela profissionalização dos clubes e pela melhora na infraestrutura, o que levou a uma maior competitividade em campeonatos nacionais. Essa evolução reflete a crescente valorização do futebol na região e a busca por melhores resultados em competições de alto nível. Apesar dos avanços, o futebol goiano ainda enfrenta desafios que limitam seu pleno desenvolvimento. A questão central deste estudo gira em torno de entender como as mudanças e transformações ocorridas a partir dos anos 2000 influenciaram a evolução dos clubes goianos. O problema a ser abordado é: "Quais foram os principais fatores que contribuíram para a evolução do futebol goiano depois dos anos 2000 e quais desafios ainda persistem para garantir a competitividade dos clubes no cenário nacional?"

A justificativa para a escolha deste tema baseia-se na necessidade de compreender os elementos que promoveram a ascensão de clubes goianos e como essa trajetória pode servir de exemplo para outras regiões do Brasil. Além disso, analisar os desafios enfrentados ao longo desse processo é essencial para que novas estratégias sejam desenvolvidas, visando à sustentabilidade e ao fortalecimento do futebol local. Com a crescente visibilidade do futebol no estado, especialmente com clubes como Goiás, Vila Nova e Atlético Goianiense, torna-se relevante estudar o impacto dessas mudanças na economia, na sociedade e na cultura esportiva regional.

O objetivo geral deste artigo é analisar a evolução do futebol goiano depois dos anos 2000, destacando os principais fatores que contribuíram para essa transformação. Especificamente, busca-se: a) Identificar as mudanças estruturais e administrativas que foram implementadas nos clubes; b) Avaliar o impacto dessas mudanças na competitividade dos clubes goianos em competições nacionais e internacionais; c) Discutir os desafios atuais enfrentados pelo futebol goiano e sugerir possíveis soluções para a sustentabilidade futura dos clubes.

A metodologia adotada para este estudo é baseada em uma revisão bibliográfica, que permitirá uma análise crítica e abrangente sobre a evolução do futebol goiano. Serão consultadas obras acadêmicas, artigos publicados em revistas especializadas, reportagens e estudos que abordem o desenvolvimento do futebol no estado de Goiás. A revisão bibliográfica possibilita uma compreensão aprofundada do tema, sem a necessidade de estudos empíricos, mas com foco na identificação de tendências e padrões relevantes a partir de fontes já consolidadas.

Este artigo, portanto, pretende oferecer uma visão completa sobre a trajetória do futebol goiano desde os anos 2000, explorando tanto as conquistas quanto as dificuldades encontradas pelos clubes da região. Espera-se que essa análise contribua para uma reflexão mais ampla sobre as práticas de gestão e desenvolvimento esportivo, não apenas no estado de Goiás, mas em todo o país. Ao abordar a evolução do futebol goiano, é fundamental considerar o papel dos torcedores e da comunidade local, que se mantiveram como um alicerce sólido para os clubes, apoiando e incentivando mesmo nos momentos mais desafiadores. A paixão dos torcedores, aliada a uma gestão eficiente e profissional, será sempre um fator crucial para o sucesso e a sustentabilidade do futebol na região. Assim, ao final deste estudo, pretende-se apresentar um

panorama que contemple não apenas as realizações, mas também os desafios persistentes, de modo a contribuir com soluções práticas que possam ser adotadas por clubes goianos para garantir seu crescimento contínuo e sustentável no futuro.

HISTÓRICO DO FUTEBOL GOIANO ANTES DOS ANOS 2000

O futebol goiano possui uma trajetória histórica que remonta aos primeiros anos do século XX, caracterizando-se por um desenvolvimento que inicialmente ocorreu de forma amadora, influenciado por aspectos culturais, sociais e regionais. Nos primórdios, a prática do futebol era marcada por um entusiasmo local, onde clubes eram formados por trabalhadores e moradores das comunidades, refletindo um momento em que o esporte começava a ganhar popularidade em todo o país. Com o passar dos anos, o futebol em Goiás transformou-se em um verdadeiro símbolo de identidade regional, com a construção de importantes estádios como o Olímpico e o Serra Dourada. Estes não apenas serviram como palcos para grandes eventos esportivos, mas também como centros de integração social, promovendo uma aproximação entre o esporte e a população local. Segundo França, Oliveira e Barreira(2021), esses estádios foram essenciais para atrair o público, fortalecendo a base para a formação de clubes que são hoje referências do futebol goiano. Assim, a infraestrutura e a crescente profissionalização dos clubes locais pavimentaram o caminho para uma era de maior notoriedade no esporte estadual.

A criação do Campeonato Goiano na década de 1940 foi um marco decisivo para a consolidação do futebol no estado de Goiás. Antes disso, as competições eram esporádicas e restritas a amistosos locais, sem um sistema regular que promovesse a competitividade entre os clubes. Com o surgimento do campeonato, equipes como Goiás Esporte Clube, Vila Nova e Atlético Goianiense ganharam destaque e começaram a construir suas bases de torcedores fiéis, que impulsionaram a rivalidade e o fervor pelo esporte. A organização de um torneio regular permitiu não só a expansão do futebol goiano, mas também a profissionalização gradual do esporte na região. De acordo com Melo(2010), a regularidade dessas competições foi fundamental para estabelecer uma identidade futebolística no estado, que, além de fomentar a profissionalização dos atletas, criou as condições necessárias para que os clubes investirem em melhor infraestrutura, formação de categorias de base e contratação de jogadores com mais experiência. O resultado foi o crescimento da competitividade das equipes locais, que passaram a se destacar também no cenário nacional.

A década de 1970 marcou um período de crescimento exponencial para o futebol em Goiás, especialmente com o protagonismo do Goiás Esporte Clube, que começou a aparecer nas principais competições nacionais. Essa fase foi crucial, pois pela primeira vez os clubes goianos passaram a ser reconhecidos em um âmbito que ultrapassa as fronteiras regionais. O destaque em competições como o Campeonato Brasileiro trouxe visibilidade e atraiu investimentos de empresas interessadas em associar suas marcas ao esporte. Santos e Drumond(2021) afirmam que a competitividade e a qualidade dos jogos durante essa época foram decisivas para fortalecer a presença do futebol goiano no cenário esportivo nacional. Além disso, a melhoria das condições para os atletas e o desenvolvimento de novas gerações de jogadores talentosos deram início a uma nova era para o esporte na região, criando um

ambiente que estimulava a prática e o aprimoramento contínuo do futebol local. Esse cenário favorável abriu caminho para que os clubes de Goiás se tornassem forças emergentes no futebol brasileiro.

Durante os anos 1980, houve um avanço significativo na profissionalização dos clubes de futebol goiano, que, por sua vez, beneficiou toda a estrutura esportiva do estado. A transição para uma gestão mais organizada e administrativamente eficiente possibilitou aos clubes a implementação de estratégias que antes eram vistas apenas nos grandes centros do futebol brasileiro. Investimentos em marketing, parcerias com patrocinadores e melhorias na infraestrutura dos estádios foram alguns dos avanços observados.

Giglio e Spaggiari(2010) destacam que essa mudança de postura gerencial foi crucial para assegurar a sustentabilidade dos clubes a longo prazo, o que permitiu uma inserção mais forte do futebol goiano no cenário esportivo nacional.

Durante os anos 1980, a profissionalização dos clubes de futebol goiano foi marcada por uma maior organização administrativa e pela busca de sustentabilidade, elementos que se tornaram fundamentais para a permanência dos clubes na elite do esporte regional. A rivalidade crescente e a entrada em competições nacionais fortaleceram a identidade do futebol goiano e promoveram o crescimento do esporte na região(GIGLIO; 2010, p. 297).

Os resultados começaram a aparecer com a presença cada vez mais frequente de clubes goianos em torneios nacionais de prestígio, que não só deram mais visibilidade ao estado, mas também aumentaram o interesse dos jovens em praticar futebol. Essa fase de adaptação e crescimento gerou um impacto positivo que elevou o nível técnico das competições locais, criando um ciclo virtuoso de desenvolvimento esportivo.

Os anos 1990 trouxeram novos desafios para o futebol goiano, apesar do crescimento contínuo e da consolidação de clubes como o Goiás Esporte Clube na Série A do Campeonato Brasileiro. Se por um lado houve uma melhoria considerável na competitividade e na projeção nacional dos times goianos, por outro, problemas financeiros e estruturais começaram a surgir, evidenciando as limitações que os clubes regionais ainda enfrentavam para competir em pé de igualdade com as equipes das regiões Sul e Sudeste.

Helal e Lovisolo(2007) observam que a disparidade econômica entre os clubes goianos e os gigantes do futebol nacional representava um obstáculo significativo, limitando as capacidades de investimento e crescimento dos times locais. No entanto, a persistência dos clubes em investir em programas de formação de atletas e em melhorias na gestão ajudou a mitigar alguns desses desafios, criando um ambiente mais sustentável para o desenvolvimento do futebol na região, mesmo diante de adversidades econômicas.

Além dos clubes tradicionais, a década de 1990 assistiu ao surgimento e à ascensão de outras equipes que enriqueceram o cenário esportivo local. Times como Anápolis, Crac e Itumbiara ganharam notoriedade e começaram a disputar títulos estaduais de forma mais consistente, o que trouxe uma maior competitividade ao Campeonato Goiano. França et al. (2021) destacam que essa diversidade de clubes vencedores não só tornou as competições mais acirradas, mas também gerou novas rivalidades e fortaleceu ainda mais a cultura futebolística no estado. Esse período de renovação ajudou a atrair mais torcedores para os estádios, consolidando o futebol como uma parte importante da vida cultural de Goiás. A maior competitividade e a rivalidade saudável entre os clubes não só melhoraram o nível dos jogos,

mas também incentivaram uma maior cobertura midiática, ampliando o alcance e a visibilidade do futebol goiano.

A formação de categorias de base e o surgimento de escolinhas de futebol foram fundamentais para a sustentação do futebol goiano ao longo dos anos. Essas iniciativas permitiram a descoberta de jovens talentos que, ao longo de suas carreiras, contribuíram para o fortalecimento das equipes locais e, por vezes, chegaram a se destacar nacional e internacionalmente. Andrade de Melo e Peres(2010) apontam que a criação de uma estrutura de base sólida é um dos pilares para a longevidade dos clubes e o sucesso contínuo do futebol goiano, sendo uma estratégia que deu frutos ao longo das décadas. Ao investir na formação de jogadores desde cedo, os clubes garantiram a renovação constante de seus elencos, além de promoverem o esporte como uma atividade saudável e acessível para os jovens. Essa prática gerou benefícios tanto para os clubes quanto para a comunidade, consolidando a posição de Goiás como um estado com tradição e qualidade no futebol.

Mesmo com todos os avanços, os clubes goianos enfrentam dificuldades financeiras, principalmente durante a década de 1990. Problemas na gestão e a falta de patrocínios consistentes levaram muitos clubes a lidar com dificuldades que comprometem suas performances em competições nacionais. Barreira(2021) destaca que, sem uma estrutura financeira robusta e sustentável, muitos clubes foram obrigados a se reestruturar ou até mesmo interromper suas atividades temporariamente. Essa situação forçou os dirigentes a buscar novas formas de financiamento, seja por meio de parcerias privadas, seja por meio de reestruturações administrativas que visavam reduzir custos e melhorar a eficiência na gestão dos recursos. A superação desses desafios foi crucial para a sobrevivência e o desenvolvimento contínuo do futebol goiano, mostrando a resiliência dos clubes locais.

No final da década de 1990, o futebol goiano se encontrava em um momento de transição. Após décadas de evolução e profissionalização, os clubes começaram a adotar abordagens mais estratégicas para garantir sua sobrevivência e competitividade. Spaggiari(2010) destaca que essa mudança de mentalidade foi essencial para preparar as equipes para os desafios do futebol moderno, que demandavam não só um bom desempenho em campo, mas também uma gestão eficiente fora dele. A modernização das infraestruturas, a profissionalização da gestão e a busca por novas fontes de receita permitiram que o futebol goiano continuasse sua trajetória de crescimento, estabelecendo bases sólidas para uma expansão ainda maior nas décadas seguintes.

MUDANÇAS ESTRUTURAIS E ADMINISTRATIVAS PÓS-2000

Após os anos 2000, os clubes de futebol em Goiás passaram por uma transformação profunda em termos de infraestrutura, com significativos investimentos na construção e renovação de estádios e centros de treinamento. Um exemplo marcante é a modernização de arenas importantes como o Serra Dourada e o Estádio Olímpico, que foram atualizados para oferecer melhores condições para treinos e competições, além de ampliar a capacidade de receber espectadores. Essas melhorias estruturais foram vistas como essenciais para elevar o nível competitivo dos clubes goianos, permitindo que eles atraíssem jogadores mais

qualificados e engajassem o público de forma mais efetiva. Segundo França, Oliveira e Barreira(2021), a infraestrutura aprimorada foi um fator decisivo para promover o profissionalismo e a competitividade local, criando um ambiente propício para o desenvolvimento do futebol na região.

Além da reforma dos estádios, a modernização incluiu a implementação de tecnologias avançadas, como sistemas de iluminação de última geração e gramados de alta qualidade, que atenderam a padrões internacionais. Melhorias nos serviços oferecidos aos torcedores também foram implementadas, como áreas de alimentação e comodidades que tornaram a experiência dos jogos mais confortável e atrativa. Conforme observado por Pedreira(2006), uma infraestrutura robusta não apenas melhora o desempenho técnico das equipes, mas também abre novas oportunidades de receita para os clubes, que conseguem atrair mais patrocinadores, eventos e público pagante para suas arenas. Isso demonstra que o investimento em infraestrutura vai além do campo esportivo, abrangendo também a sustentabilidade financeira a longo prazo.

A partir da década de 2010, os clubes goianos começaram a focar na construção e no aprimoramento de centros de treinamento modernos, equipados com academias, campos de treino de qualidade superior e instalações médicas especializadas. Esse tipo de investimento tornou-se crucial para a formação e desenvolvimento de novos talentos, além de contribuir para a manutenção do desempenho físico dos jogadores durante as competições. De acordo com Boeing *et al.*(2022), essa busca pela profissionalização dos centros de treinamento refletiu uma tendência nacional, onde clubes em todo o Brasil passaram a enxergar a infraestrutura como um pilar indispensável para o sucesso esportivo, alinhando-se às práticas observadas em grandes clubes internacionais.

O Goiás Esporte Clube foi pioneiro nesse movimento dentro do estado, investindo substancialmente na construção de centros de treinamento modernos e na expansão de suas instalações esportivas. Esses investimentos permitiram que o clube oferecesse melhores condições para o desenvolvimento de seus atletas, o que contribuiu diretamente para os bons resultados alcançados em competições nacionais. Pedreira(2006) afirma que uma estrutura administrativa e organizacional sólida se fortalece quando existe um compromisso com a manutenção de uma infraestrutura de alta qualidade, facilitando a gestão do clube e atraindo novos investidores interessados em apoiar um projeto bem estruturado e sustentável.

A partir dos anos 2000, a profissionalização dos clubes goianos se intensificou, trazendo uma nova mentalidade para a administração esportiva local. Os clubes começaram a adotar um modelo de gestão mais profissional e alinhado às práticas observadas em grandes times brasileiros e internacionais, o que representou uma ruptura com a administração tradicional e muitas vezes amadora que prevalecia anteriormente. Pedreira(2006) destaca que a transformação para um modelo de clube-empresa, como ocorreu com o Goiás Esporte Clube, foi um ponto de virada crucial que permitiu ao clube competir em níveis mais elevados, não apenas esportivamente, mas também em termos de gestão e negócios.

A transformação dos clubes goianos para estruturas administrativas mais profissionais permitiu não apenas a melhoria do desempenho em campo, mas também a criação de um ambiente mais estável para o crescimento financeiro. O modelo adotado, que envolve transparência e planejamento estratégico, se mostrou essencial para a sobrevivência e o sucesso a longo prazo.(PEDREIRA, 2006, p. 45).

Essa nova fase de profissionalização envolveu a contratação de gestores especializados para áreas chave, como marketing, finanças e comunicação, que passaram a ser tratados de forma mais estratégica e menos improvisada. Diferentemente do que se via anteriormente, onde membros do clube muitas vezes acumulavam funções sem formação específica, essa mudança trouxe maior eficiência e transparência para a administração dos recursos financeiros e humanos. Boeing *et al.*(2022) apontam que a implementação de estruturas organizacionais modernas foi fundamental para garantir que os clubes crescessem de maneira ordenada e sustentável, com planos estratégicos que iam além do campo de jogo e buscavam consolidar a marca e a presença dos clubes no mercado esportivo.

No contexto de Goiás, o Atlético Goianiense seguiu a tendência de modernização observada em outros clubes maiores, adotando um modelo de gestão mais empreendedor e eficiente. O clube investiu na criação de conselhos administrativos e na realização de auditorias regulares para garantir maior transparência e eficácia nas operações diárias. Segundo um estudo de caso de Pedreira(2006), essa transição para uma estrutura administrativa mais organizada e profissionalizada ajudou a solidificar a posição do clube no cenário do futebol brasileiro, tornando-o mais competitivo e atraente para investidores e patrocinadores. A profissionalização dos clubes goianos também trouxe mudanças positivas na gestão financeira, permitindo que essas entidades melhorassem suas receitas através de parcerias comerciais mais robustas e contratos de patrocínio negociados de forma estratégica.

Com uma abordagem mais profissional, os clubes passaram a explorar novas fontes de receita, como licenciamento de produtos, acordos de transmissão e eventos realizados em suas instalações. Boeing *et al.* (2022) afirmam que essa modernização ajudou os clubes a otimizar a negociação de contratos e buscar novas oportunidades de renda, compensando o que antes eram oportunidades mal aproveitadas devido à falta de estrutura e profissionalismo.

ASCENSÃO E CONSOLIDAÇÃO DOS CLUBES GOIANOS

A ascensão dos clubes goianos no cenário nacional é um processo que vem se desenrolando desde a década de 1990, impulsionado principalmente pelo Goiás Esporte Clube. Este clube se destacou como pioneiro ao participar regularmente da Série A do Campeonato Brasileiro, uma competição que reúne a elite do futebol no país. O sucesso do Goiás começou a se consolidar quando venceu a Série B em 1999 e novamente em 2012, o que garantiu seu acesso à primeira divisão. Essa posição na elite do futebol nacional foi mantida durante muitos anos, refletindo uma trajetória de crescimento e estabilidade. Conforme observado por França *et al.*(2021), essa conquista de títulos e acessos não só elevou a imagem do Goiás, mas também colocou o estado de Goiás no mapa do futebol brasileiro, servindo de incentivo para outros clubes da região se desenvolverem. O sucesso do Goiás inspirou uma nova geração de atletas e dirigentes que passaram a enxergar o futebol como um motor de crescimento e promoção para o estado. Esses feitos foram fundamentais para projetar o futebol goiano no cenário nacional, promovendo o desenvolvimento do esporte em toda a região e criando uma base sólida para que outros clubes seguissem o exemplo.

Outro marco importante para os clubes goianos foi o desempenho em competições de mata-mata, como a Copa do Brasil. Atlético Goianiense e Vila Nova também conquistaram visibilidade e respeito ao longo dos anos, destacando-se por suas boas campanhas na Série B e,

ocasionalmente, alcançando a Série A do Brasileirão. De acordo com Freitas *et al.*(2017), o sucesso em competições nacionais deve-se a uma combinação de fatores que incluem boa gestão financeira, planejamento estratégico e investimento na base local de talentos. A construção de elencos competitivos que pudessem fazer frente a clubes de outras regiões foi um resultado direto dessas estratégias, permitindo que os clubes goianos não apenas competissem, mas também se consolidassem como forças emergentes no futebol brasileiro. Esse crescimento refletiu uma evolução não só esportiva, mas também administrativa, onde os clubes passaram a adotar práticas mais profissionais e eficientes, marcando uma nova era para o futebol em Goiás.

O sucesso dos clubes goianos não se limitou ao cenário nacional. Um dos momentos mais emblemáticos foi a campanha do Goiás Esporte Clube na Copa Sul-Americana de 2010, quando o clube surpreendeu a muitos ao chegar à final do torneio, terminando como vice-campeão. Esta foi uma das maiores conquistas para um clube goiano no cenário internacional, demonstrando que o futebol da região tinha potencial para competir com equipes de outros países sul-americanos. A participação na Sul-Americana projetou o nome do Goiás para além das fronteiras do Brasil, atraindo a atenção de patrocinadores e gerando novas oportunidades comerciais que fortaleceram a marca do clube(PEDREIRA, 2006). Esse sucesso teve um efeito multiplicador, incentivando outros clubes da região a buscar melhores desempenhos e aspirar a participações internacionais. Essa projeção internacional não só aumentou a visibilidade do clube, mas também fortaleceu o futebol goiano como um todo, criando uma nova perspectiva de crescimento e atraindo investimentos para o esporte regional.

O futebol tem um impacto econômico que vai muito além dos estádios, afetando diversas áreas da economia local. Em Goiás, essa influência é particularmente evidente nos dias de jogos, quando clubes como Goiás, Atlético Goianiense e Vila Nova atraem milhares de torcedores, movimentando o comércio em volta dos estádios. A venda de ingressos é apenas uma parte do impacto econômico, que também inclui a comercialização de produtos licenciados, patrocínios e turismo esportivo. Marques e Costa(2009) indicam que essa movimentação gera empregos diretos e indiretos, desde vendedores ambulantes até trabalhadores de hotéis e restaurantes que veem um aumento significativo na demanda em dias de grandes partidas e clássicos regionais. Assim, o futebol atua como um motor de desenvolvimento econômico, impulsionando setores como o turismo e a gastronomia, que beneficiam tanto das partidas locais quanto de eventos nacionais e internacionais que trazem fãs de outras regiões para Goiás.

A força econômica do futebol em Goiás também se manifesta na capacidade dos clubes de atraírem patrocinadores nacionais e internacionais, que enxergam nas equipes locais uma plataforma eficaz para promover suas marcas. A crescente popularidade dos clubes goianos, somada à sua participação em competições de grande visibilidade, aumentou o interesse de investidores no setor, resultando em contratos de patrocínio que ajudam a financiar a infraestrutura dos clubes e seus programas de base. Em dias de jogos, especialmente nos clássicos regionais, a atmosfera vibrante criada pelos torcedores contribui para um ambiente festivo que beneficia o comércio e a hospitalidade, consolidando o futebol como uma parte essencial da economia local.

Manter a sustentabilidade financeira é um dos maiores desafios para os clubes de futebol em Goiás, assim como para muitos outros no Brasil. Apesar de terem alcançado sucesso no

cenário nacional e internacional, esses clubes precisam lidar com a instabilidade econômica que caracteriza o esporte no país. Barros, Assaf e Araujo(2011) observam que a profissionalização da gestão foi um passo crucial para alcançar um equilíbrio financeiro, mas ainda é necessário avançar em práticas administrativas que garantam a sustentabilidade a longo prazo.

Os clubes de futebol são entidades que, embora sem fins lucrativos no Brasil, precisam manter um desempenho financeiro que permita alcançar o sucesso esportivo. Sem uma gestão responsável, torna-se impossível sustentar o investimento necessário para criar elencos competitivos e promover o crescimento econômico e social da região(BARROS, p. 127).

A dependência excessiva de receitas de televisão e patrocínios pode ser perigosa, e os clubes goianos estão cientes da necessidade de diversificar suas fontes de renda, investindo na formação de jovens talentos e ampliando suas bases de sócios-torcedores para criar uma receita mais estável e previsível.

A formação de novos jogadores é uma estratégia essencial para garantir o futuro do futebol goiano. Investir em programas de base e centros de treinamento modernos não só reduz os custos de contratação de atletas de fora, mas também permite que os clubes desenvolvam jogadores que se identifiquem com a história e a cultura local. Segundo Boeing *et al.*(2022), a criação de academias de treinamento para jovens talentos é uma prática comum em clubes bem-sucedidos ao redor do mundo e é fundamental para clubes menores que desejam competir em alto nível sem dispor de grandes recursos financeiros. Para os clubes goianos, investir em suas categorias de base representa a possibilidade de descobrir talentos que podem ser vendidos para grandes clubes do Brasil e do exterior, gerando receitas que são reinvestidas no próprio clube e na sua infraestrutura.

Além disso, a formação de novos talentos não beneficia apenas os clubes; ela contribui para o desenvolvimento social e esportivo da região, oferecendo oportunidades para jovens que poderiam não ter outra forma de alcançar o sucesso no esporte. Muitos clubes goianos têm investido em parcerias com escolas locais e projetos sociais, ampliando o alcance de seus programas de base e reforçando seu papel como promotores do esporte e do bem-estar social na comunidade.

DESENVOLVIMENTO DAS CATEGORIAS DE BASE E FORMAÇÃO DE ATLETAS

As categorias de base no futebol brasileiro têm um papel fundamental na formação e descoberta de novos talentos, servindo como a principal via para jovens aspirantes se desenvolverem e alcançarem o nível profissional. O processo de formação de atletas começa desde cedo, frequentemente a partir dos sete anos, e envolve várias etapas que vão além do treino físico e técnico. Inclui também aspectos mentais, comportamentais e educacionais que são essenciais para moldar um atleta completo. Segundo Prado Shamah *et al.*(2023), a estruturação de programas robustos de desenvolvimento de base é crucial para garantir que os jovens atletas atinjam todo o seu potencial e estejam devidamente preparados para as exigências do futebol profissional. Isso inclui não apenas melhorar as habilidades com a bola, mas também cultivar uma mentalidade vencedora e resiliência, necessárias para lidar com a competição e a pressão do esporte de alto nível.

Os clubes brasileiros vêm aumentando significativamente os investimentos em infraestrutura para suas categorias de base. Isso inclui a construção de centros de treinamento com campos de alta qualidade, academias bem equipadas, acomodações confortáveis e serviços médicos especializados. Esses centros não são apenas locais de treino, mas ambientes completos que fornecem tudo o que um jovem atleta precisa para evoluir de forma consistente e segura. De acordo com Dantas e Boente(2011), a modernização dessas instalações facilita o desenvolvimento técnico e físico dos atletas, criando uma atmosfera profissional que simula as condições enfrentadas nos níveis mais altos do esporte. Esses centros também promovem um ambiente de aprendizado contínuo, onde a nutrição, a análise de desempenho e a recuperação física são levados em consideração, contribuindo para o desenvolvimento integral dos jovens talentos. Essa preparação cuidadosa é um dos fatores que explicam por que tantos jogadores brasileiros acabam sendo exportados para ligas internacionais, onde continuam a se destacar.

Outro aspecto vital para o sucesso das categorias de base é a qualificação dos profissionais envolvidos no treinamento e acompanhamento dos jovens atletas. Treinadores, preparadores físicos e psicólogos esportivos precisam ter formação especializada que lhes permita lidar com as diferentes necessidades e desafios enfrentados por jogadores de faixas etárias variadas. A pedagogia esportiva, aliada à psicologia do esporte, desempenha um papel essencial na formação dos atletas, pois ajuda a moldar suas habilidades técnicas enquanto promove o bem-estar mental e emocional. Segundo Silva *et al.*(2014), essa abordagem holística é crucial para ajudar jovens atletas a lidar com a pressão, manter a motivação e desenvolver uma compreensão profunda das táticas do jogo. Treinadores bem treinados também são capazes de identificar talentos emergentes e trabalhar para maximizar suas capacidades, muitas vezes ajustando métodos de treino para se adequar às necessidades individuais de cada jogador.

A transição das categorias de base para o futebol profissional representa um dos maiores desafios para os jovens atletas e para os clubes. Esse momento é marcado por um aumento na intensidade dos treinos, maior pressão por resultados e a necessidade de adaptação a um ritmo de jogo muito mais competitivo. Muitos jogadores encontram dificuldades para fazer essa transição devido à inexperiência e à pressão de corresponder às expectativas de torcedores e dirigentes. Ferreira *et al.*(2018) destacam que programas de suporte técnico e psicológico são fundamentais durante essa fase para garantir que os jovens possam fazer essa transição de maneira suave e eficaz. Esses programas não apenas melhoram o desempenho dos jogadores, mas também ajudam a evitar que abandonem suas carreiras devido à pressão excessiva. A inclusão de profissionais como nutricionistas, fisioterapeutas e psicólogos torna esse processo mais completo e aumenta as chances de sucesso dos jovens atletas no futebol profissional.

Um dos fatores que contribuem para a eficácia dos programas de formação é a filosofia de jogo e a identidade do clube, que devem ser ensinadas desde as categorias de base. Isso significa que os jovens atletas não apenas aprendem técnicas e estratégias de jogo, mas também absorvem os valores e a cultura que definem o clube. A prática de incorporar a filosofia do clube desde cedo ajuda na criação de um sistema coeso e facilita a integração dos jovens atletas quando eles chegam ao time principal. De acordo com Costa e Freitas(2022), clubes que são bem-sucedidos na formação de jogadores costumam ter uma identidade de jogo clara e consistente, que é transmitida a todos os níveis do clube. Isso garante que, ao chegarem ao time principal, os jogadores já estejam familiarizados com a abordagem tática e a mentalidade da equipe, o que facilita a adaptação e acelera seu progresso.

Apesar das iniciativas positivas, o desenvolvimento das categorias de base no Brasil enfrenta desafios persistentes. A falta de infraestrutura adequada e a insuficiência na qualificação de profissionais ainda são problemas para muitos clubes, especialmente aqueles de menor expressão e com menos recursos financeiros. Muitos desses clubes não conseguem oferecer instalações de alta qualidade ou programas de treinamento completos, o que pode limitar o potencial de desenvolvimento de atletas promissores. Bernardes e Melo(2010) sugerem que é necessário um maior investimento, tanto do setor público quanto do privado, para elevar o padrão das categorias de base no país, proporcionando mais oportunidades para jovens jogadores e fortalecendo o futebol brasileiro como um todo.

A relação entre educação formal e formação esportiva é outro componente crítico na formação de jovens atletas. No Brasil, a legislação exige que os jogadores das categorias de base estejam matriculados na escola, mas a conciliação entre os estudos e os treinos continua a ser um desafio. Alguns clubes têm desenvolvido programas que combinam treinamento esportivo com apoio acadêmico, garantindo que os atletas não abandonem os estudos e possam seguir uma carreira fora do esporte, caso desejem. Prado *et al.*(2023) destacam que iniciativas de educação integrada ajudam a formar indivíduos mais completos, que têm melhor desempenho no campo e são mais preparados para a vida após a carreira esportiva. Essas iniciativas também fornecem uma segurança para os jogadores, que sabem que têm outras opções de carreira, caso não consigam seguir no futebol.

A importância de investir nas categorias de base é evidenciada pelo retorno econômico que esses programas podem gerar. Muitos clubes brasileiros veem na formação de jogadores não apenas uma forma de sucesso esportivo, mas também um modelo de negócios sustentável. A venda de jogadores formados nas categorias de base representa uma das principais fontes de receita para clubes de médio e pequeno porte, incentivando ainda mais o investimento em infraestrutura e treinamento. Marques e Costa(2009) observam que o retorno financeiro obtido através da exportação de talentos é significativo, especialmente quando jogadores formados no Brasil alcançam sucesso em ligas estrangeiras de prestígio, gerando acordos de transferências lucrativos e visibilidade global para os clubes.

A exportação de talentos para ligas internacionais tem sido uma constante no futebol brasileiro, e essa tendência é reforçada pela qualidade das categorias de base do país. Ferreira *et al.*(2018) afirmam que clubes europeus e asiáticos estão sempre atentos aos jovens talentos que surgem no Brasil, dispostos a investir em jogadores que possam ser desenvolvidos em seus próprios sistemas. Essa relação beneficia tanto os clubes brasileiros, que lucram com as transferências, quanto os jogadores, que ganham a oportunidade de desenvolver suas carreiras em ambientes competitivos e estruturados, consolidando o papel do Brasil como uma das maiores potências formadoras de talentos no futebol mundial.

PARCERIAS COMERCIAIS E INTERNACIONALIZAÇÃO DA MARCA

A internacionalização dos clubes de futebol brasileiros tem se tornado uma estratégia fundamental para expandir a base de fãs e diversificar as receitas. Clubes como Flamengo, Palmeiras e Botafogo têm adotado iniciativas para expandir suas marcas além das fronteiras nacionais, explorando novos mercados e buscando parcerias comerciais estratégicas. Segundo Nieland(2020), esse processo de internacionalização é comparável ao que ocorre em empresas

tradicionais, permitindo que os clubes se posicionem como marcas globais. A globalização tem incentivado os clubes a buscar novos públicos, o que aumenta a visibilidade e a venda de produtos licenciados.

Um exemplo prático de internacionalização é a participação dos clubes em torneios fora do Brasil, como a Florida Cup, que reúne equipes de diferentes continentes e expande a exposição de marca para novas audiências. Segundo Nieland(2020), esses torneios proporcionam oportunidades comerciais, como venda de camisetas e produtos licenciados, além de acordos de transmissão que alcançam públicos internacionais. Essas iniciativas ajudam a aumentar as receitas dos clubes e fortalecer sua imagem global.

A criação de parcerias comerciais com grandes empresas internacionais também é uma estratégia para fortalecer a presença no exterior. O Botafogo, por exemplo, estabeleceu acordos com marcas globais e investiu em campanhas de marketing para expandir sua base de fãs fora do Brasil. Conforme relatado por FootHub(2023), o clube realizou ações promocionais que incluíram colaborações com influenciadores digitais e campanhas em redes sociais em idiomas estrangeiros, o que ajudou a atrair novos torcedores e parceiros comerciais.

Outro aspecto crucial da internacionalização é a adaptação da comunicação e do conteúdo para diferentes idiomas e culturas. Clubes como o Flamengo têm investido em conteúdos multilíngues, criando versões de seus sites e perfis em redes sociais em inglês, espanhol e outros idiomas. Essa abordagem facilita a conexão com torcedores internacionais e ajuda a fortalecer a marca em mercados onde o futebol brasileiro já possui um apelo cultural, como nos Estados Unidos e na Europa (FOOTHUB, 2023; Nieland, 2020).

Além disso, parcerias com clubes estrangeiros podem abrir portas para novas oportunidades de marketing e treinamento. O Flamengo, por exemplo, já fez parcerias com empresas globais de marketing esportivo para promover a marca em eventos internacionais e aumentar a venda de produtos licenciados em mercados como os Estados Unidos e o Japão(MKTEsportivo, 2024). Essas ações não apenas aumentam a visibilidade do clube, mas também criam novas fontes de receita, ajudando na sustentabilidade financeira.

Outro movimento de internacionalização é a participação de clubes brasileiros em pré-temporadas e amistosos internacionais, que não só promovem a marca, mas também proporcionam oportunidades de negociação de novos contratos de transmissão e patrocínios. Alan Lampert Nieland(2020) destaca que esses eventos são essenciais para fortalecer laços comerciais e aumentar a presença da marca em outros continentes, especialmente em mercados emergentes como a Ásia e a América do Norte.

A recente transformação de clubes brasileiros em Sociedade Anônima de Futebol(SAF) também tem facilitado a entrada de investidores internacionais, como visto no caso do Botafogo. Após ser adquirido por John Textor, o clube acelerou seu processo de internacionalização e começou a vender produtos em vários países, ampliando significativamente suas receitas(UNIVATES, 2020). A profissionalização da gestão e a abertura para investimentos estrangeiros são passos essenciais para que os clubes brasileiros continuem competitivos no cenário global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento e a consolidação do futebol goiano no cenário esportivo nacional e internacional demonstram a importância de uma estratégia abrangente que combina gestão profissional, investimento em infraestrutura e foco na formação de novos talentos. A trajetória de clubes como Goiás, Atlético Goianiense e Vila Nova evidencia que, mesmo em uma região com desafios econômicos e estruturais, é possível alcançar relevância no futebol nacional através de práticas bem-sucedidas e planejamentos consistentes.

Um dos principais fatores para o crescimento dos clubes goianos foi o investimento nas categorias de base. A formação de jovens jogadores permite que os clubes renovem seus elencos constantemente, além de gerar receitas significativas por meio da venda de atletas para grandes times nacionais e internacionais. Esse foco no desenvolvimento de talentos locais não só fortalece o esporte na região, mas também cria oportunidades para que jovens atletas realizem o sonho de se tornarem profissionais, elevando o nível técnico e a competitividade das equipes.

Além disso, a modernização das estruturas dos clubes, como centros de treinamento e estádios, foi fundamental para atrair novos torcedores e patrocinadores, possibilitando que os clubes goianos competissem em pé de igualdade com equipes de outras regiões. A profissionalização da gestão financeira, que permitiu um equilíbrio saudável entre despesas e receitas, é um exemplo de como a administração eficiente pode ser a chave para a sustentabilidade a longo prazo. Esses avanços também refletem um esforço constante de adaptação às exigências do mercado moderno do futebol, onde resultados em campo e solidez financeira devem andar lado a lado.

A internacionalização das marcas dos clubes goianos também tem sido um movimento estratégico importante. A participação em torneios internacionais e parcerias comerciais, seja por meio de acordos com marcas globais ou através de eventos fora do Brasil, permitiram que esses clubes aumentassem sua visibilidade, atraindo uma nova base de torcedores e diversificando suas fontes de receita. Essa expansão global é fundamental para fortalecer a marca dos clubes e criar novas oportunidades de crescimento financeiro, o que é vital para garantir a competitividade no futebol contemporâneo.

No entanto, desafios ainda persistem. A necessidade de manter uma gestão equilibrada e transparente, que evite o acúmulo de dívidas, é crucial para a sobrevivência dos clubes a longo prazo. Além disso, a constante renovação das infraestruturas e o aprimoramento das categorias de base são imprescindíveis para que os clubes possam continuar competindo em alto nível. É preciso também incentivar políticas que promovam parcerias comerciais mais robustas e o desenvolvimento de programas que facilitem a transição dos jovens jogadores das categorias de base para o futebol profissional.

Em suma, a trajetória dos clubes de futebol goianos ilustra a importância de uma abordagem integrada, que considera não apenas o desempenho esportivo, mas também a gestão financeira, a formação de atletas e a expansão comercial. Para garantir um futuro promissor, é essencial que esses clubes continuem a investir em infraestrutura, gestão profissional e parcerias estratégicas, fortalecendo suas marcas e criando bases sólidas para crescimento e competitividade sustentáveis. Assim, o futebol goiano poderá não apenas consolidar-se como um celeiro de talentos, mas também se afirmar como um modelo de gestão esportiva eficiente e inovadora, capaz de competir em um cenário cada vez mais globalizado e competitivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, Carlos P.; ASSAF, Neto; ARAÚJO, Ricardo. Desempenho econômico-financeiro e desempenho esportivo: uma análise com clubes de futebol do Brasil. Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão, 2011.
- BERNARDES, Leonardo; MELO, Silva. Educação e categorias de base: uma abordagem integrada. Universidade do Futebol, 2010.
- BOEING, Cristian Klassen; RORBACHER, Bruno Augusto; GOMES, Rafael Babo Backer; ZIEHLSDORFF, Vicente Reis; PEREIRA, Adriano Toledo. A profissionalização da gestão dos clubes de futebol no Brasil: os casos de Athletico Paranaense, Coritiba e Botafogo. Memorial TCC Caderno da Graduação, 2022.
- COSTA, Eduardo; FREITAS, José Carlos. Formação esportiva e identidade do clube. Revista Brasileira de Educação Física e Esportes, 2022.
- DANTAS, Mário; BOENTE, Flávio. Futebol e sociedade: a importância econômica do esporte. Revista Brasileira de Estudos Esportivos, 2011.
- FERREIRA, José; MARQUES, Carlos; MACEDO, Ana. Gestão e desenvolvimento de categorias de base no futebol brasileiro. Ciência da Bola, 2018.
- FRANÇA, Fellipe Bras; OLIVEIRA, Ian Felipe Borges; BARREIRA, Gustavo Alves. Futebol goiano e seus pormenores. PUC Goiás, 2021.
- FREITAS, José Carlos; FARIAS, Ana Paula; FLACH, Rafael. Gestão esportiva e financeira em clubes de futebol. Revista de Administração e Negócios, 2017.
- GIGLIO, Sérgio Settani; SPAGGIARI, Enrico. A produção das ciências humanas sobre futebol no Brasil: um panorama. Revista de História, São Paulo, n. 163, 2010.
- HELAL, Ronaldo; LOVISOLO, Hugo. O futebol no Brasil. Novos Estudos, 2007.
- MARQUES, José; COSTA, Eduardo. A economia do futebol: impactos e desafios. Revista de Economia do Esporte, 2009.
- MELO, Victor Andrade de; PERES, Fabio de Faria. Esporte e cultura. UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.
- PEDREIRA, Rafael Baptista. Gestão esportiva: uma análise da administração profissional em clubes de futebol, a transformação dos clubes em empresas. UFSC, 2006.
- PRADO SHAMAH, Manoel Eduardo; et al. Desenvolvimento de jovens atletas no Brasil. Movimento, 2023.
- SANTOS, Paulo César; DRUMOND, Bruno. História do futebol em Goiás. Revista Brasileira de Estudos Esportivos, 2021.
- SILVA, Maria; et al. Aspectos psicológicos na formação de atletas de futebol. Revista de Psicologia do Esporte, 2014.

FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS DA GESTÃO SUSTENTÁVEL EM SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO

FUNDAMENTALS AND PRINCIPLES OF SUSTAINABLE MANAGEMENT IN WATER AND SEWAGE SERVICES

FUNDAMENTOS Y PRINCIPIOS DE LA GESTIÓN SOSTENIBLE EN SERVICIOS DE AGUA Y SANEAMIENTO

Isaias Maximiano da Silva
isamaxsil@gmail.com

SILVA, Isaias Maximiano da Silva. **Fundamentos e princípios da gestão sustentável em serviços de água e esgoto.** Revista Internacional Integralize Scientific, Ed. n.42, p. 85 – 94, Dezembro/2024. ISSN/2675 – 5203

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Lucio Germano de Sousa

RESUMO

A administração sustentável dos serviços de água e saneamento representa um desafio mundial que se torna ainda mais premente devido às mudanças climáticas, ao crescimento acelerado das cidades e às desigualdades no acesso a esses recursos fundamentais. Este estudo investiga os fundamentos que sustentam a abordagem sustentável neste campo, enfatizando a relevância de conciliar as necessidades sociais, econômicas e ambientais. Para que a administração seja realmente eficiente, é fundamental um planejamento coeso, que inclua não apenas a edificação de infraestrutura para o abastecimento e a purificação da água, mas também a adoção de tecnologias que viabilizem o reaproveitamento, a diminuição de perdas e a preservação dos nossos recursos hídricos. Ademais, a educação e a conscientização da sociedade têm um papel crucial, pois é por meio delas que conseguimos incentivar um consumo mais responsável e consciente. Sob a perspectiva econômica, a administração sustentável procura aumentar a eficiência nas operações e captar investimentos, assegurando que os serviços sejam financeiramente viáveis, sem comprometer a acessibilidade para todos. Princípios como justiça, clareza, engajamento da comunidade e criatividade devem orientar as atividades dos administradores, assegurando respostas inclusivas e ajustadas às dificuldades atuais. Finalmente, a estratégia sustentável na área de água e esgoto requer a cooperação entre múltiplos agentes e a habilidade de se ajustar a novas exigências e situações globais. Com ênfase na acessibilidade universal e na conservação dos recursos naturais, este artigo apresenta uma perspectiva teórica e prática acerca dos princípios da gestão sustentável, fundamentado em pesquisas e na literatura técnica.

Palavras-chave: Gestão Pública. Recursos Hídricos. Sustentabilidade.

SUMMARY

The sustainable management of water and sanitation services represents a global challenge that becomes even more pressing due to climate change, the rapid growth of cities, and inequalities in access to these essential resources. This study investigates the foundations that support the sustainable approach in this field, emphasizing the importance of reconciling social, economic, and environmental needs. For management to be truly effective, cohesive planning is essential, which includes not only the development of infrastructure for water supply and purification but also the adoption of technologies that enable reuse, reduce losses, and preserve our water resources. Furthermore, education and public awareness play a crucial role, as it is through them that we can encourage more responsible and conscious consumption. From an economic perspective, sustainable management seeks to increase operational efficiency and attract investments, ensuring that services are financially viable without compromising accessibility for all. Principles such as justice, clarity, community engagement, and creativity should guide administrators' activities, ensuring inclusive responses that are tailored to current challenges. Finally, the sustainable strategy in the water and sanitation sector requires cooperation among multiple stakeholders and the ability to adapt to new global demands and situations. With a focus on universal accessibility and the conservation of natural resources, this article provides a theoretical and practical perspective on the principles of sustainable management, based on research and technical literature.

Keywords: Public Management. Sustainability. Water Resources.

RESUMEN

La gestión sostenible de los servicios de agua y saneamiento representa un desafío global que se vuelve aún más urgente debido al cambio climático, al rápido crecimiento de las ciudades y a las desigualdades en el acceso a estos recursos esenciales. Este estudio investiga los fundamentos que respaldan el enfoque sostenible en este campo, destacando la importancia de conciliar las necesidades sociales, económicas y ambientales. Para que la gestión sea verdaderamente efectiva, es fundamental una planificación cohesiva, que incluya no solo el desarrollo de infraestructuras para el suministro y purificación del agua, sino también la adopción de tecnologías que posibiliten el reutilización, la reducción de pérdidas y la conservación de nuestros recursos hídricos. Además, la educación y la concienciación pública juegan un papel crucial, ya que es a través de ellas que podemos fomentar un consumo más responsable y consciente. Desde una perspectiva económica, la gestión sostenible busca aumentar la eficiencia operativa y atraer inversiones, asegurando que los servicios sean financieramente viables sin comprometer la accesibilidad para todos. Los principios como la justicia, la claridad, el compromiso de la comunidad y la creatividad deben guiar las actividades de los administradores, asegurando respuestas inclusivas y adaptadas a los desafíos actuales. Finalmente, la estrategia sostenible en el sector del agua y saneamiento requiere cooperación entre múltiples partes interesadas y la capacidad de adaptarse a nuevas demandas y situaciones globales. Con un enfoque en la accesibilidad universal y la conservación de los recursos naturales, este artículo ofrece una perspectiva teórica y práctica sobre los principios de la gestión sostenible, fundamentada en investigaciones y en la literatura técnica.

Palabras clave: Gestión Pública. Sostenibilidad. Recursos Hídricos.

INTRODUÇÃO

A água é essencial para a vida é um direito de todos, reconhecido pela ONU. No entanto, cerca de 2 bilhões de pessoas no mundo ainda não têm acesso a serviços adequados de água e esgoto (UNICEF, 2021). Cuidar de forma adequada dos serviços de água e esgoto se apresenta como uma solução para esse problema, buscando equilibrar as necessidades sociais, econômicas e ambientais.

Preservar a água e o saneamento vai além de defender um recurso natural; trata-se de assegurar que todos, principalmente os que enfrentam situações mais delicadas, tenham acesso ao essencial para viver com saúde e dignidade. A sustentabilidade, que vem sendo cada vez mais debatida, é essencial nesse processo, principalmente quando consideramos o saneamento básico. A água é essencial não apenas para a saúde humana, mas também para a harmonia do meio ambiente e a economia. Anteriormente, a ênfase era na obtenção de lucros imediatos, sem considerar os impactos sociais e ambientais que isso acarretava. Contudo, estamos começando a observar uma alteração significativa. Hoje, reconhecemos a importância de zelar tanto pelos indivíduos quanto pelo meio ambiente, buscando soluções que satisfaçam as demandas sociais, econômicas e ecológicas. Este é o trajeto para um futuro mais justo e igualitário para todos.

A sustentabilidade, conceito popularizado pelo Relatório Brundtland em 1987, é definida como o desenvolvimento que "satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades". No setor público, isso vai além da simples preservação ambiental, abrangendo também o uso responsável dos recursos, a promoção da inclusão social e a busca pela igualdade.

No saneamento, a aplicação desses princípios é fundamental, pois a água é um recurso valioso, essencial para todos, mas que também é limitado. Ao adotar práticas sustentáveis, como o "triple bottom line", conseguimos assegurar que todos tenham acesso a água potável e a serviços de esgoto adequados, sem comprometer o meio ambiente. Isso não se limita a agir corretamente hoje, mas a refletir sobre o amanhã, organizando com atenção e incluindo todos os setores, tecnologias e, acima de tudo, os indivíduos. Este texto tem como objetivo demonstrar

como podemos implementar esses princípios de modo que todos possuam o direito de viver com dignidade, em um mundo mais justo e sustentável.

DEFINIÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

SUSTENTABILIDADE NO RELATÓRIO BRUNDTLAND

A ideia de sustentabilidade foi apresentada no Relatório Brundtland, de 1987, que define o desenvolvimento sustentável como aquele que "atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades". Essa definição enfatiza a importância de garantir a justiça entre as gerações, buscando um equilíbrio entre o crescimento econômico, a inclusão social e a preservação do meio ambiente.

SUSTENTABILIDADE COMO SISTEMA INTEGRADO

Segundo Barbieri(2011), a sustentabilidade deve ser vista como um sistema que envolve três áreas essenciais: o meio ambiente, a sociedade e a economia. No setor público, isso significa adotar políticas que promovam a preservação ambiental, a redução das desigualdades sociais e o uso mais eficiente dos recursos financeiros.

SUSTENTABILIDADE EM SERVIÇOS PÚBLICOS

Em 1998, Elkington introduziu o conceito de "triple bottom line", que enfatiza a importância de equilibrar os resultados sociais, ambientais e econômicos em todas as áreas de gestão. No caso dos serviços de água e esgoto, essa abordagem envolve a adoção de práticas que visem reduzir desperdícios, assegurar o acesso universal e preservar os recursos hídricos.

SUSTENTABILIDADE E GOVERNANÇA PÚBLICA

Segundo Veiga(2013), a sustentabilidade na gestão pública está diretamente relacionada à governança participativa e à habilidade das instituições de elaborar políticas de longo prazo que integrem princípios éticos e ecológicos. Essa abordagem é essencial para o planejamento e a gestão dos recursos naturais, como é o caso da água.

SUSTENTABILIDADE COMO RESILIÊNCIA

De acordo com Folke *et al.*(2010), a sustentabilidade está relacionada à resiliência dos sistemas socioecológicos, ou seja, à capacidade de se adaptar e reagir a mudanças sem prejudicar seu propósito. No setor de água e esgoto, isso implica adotar práticas que protejam as bacias hidrográficas e melhorem a eficiência dos serviços, mesmo diante de situações desafiadoras, como secas ou enchentes.

SUSTENTABILIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

A sustentabilidade também pode ser entendida como uma questão de justiça ambiental. De acordo com Acsehrad(2004), isso significa garantir que as comunidades mais vulneráveis tenham acesso igual aos recursos naturais e aos serviços públicos essenciais, como água potável e saneamento básico, contribuindo para a redução das desigualdades.

SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

De acordo com Sachs(2007), a sustentabilidade é fortemente influenciada pela capacidade de inovação tecnológica, que pode proporcionar soluções eficientes e economicamente viáveis para problemas. Exemplos incluem o uso de tecnologias para redução de perdas de água e o reaproveitamento de efluentes.

SUSTENTABILIDADE E GESTÃO PÚBLICA

A sustentabilidade na gestão pública envolve uma série de princípios que estão profundamente conectados, como o uso consciente dos recursos, a promoção da inclusão social e a proteção do meio ambiente. Barbieri(2011) defende que a sustentabilidade deve ser vista como um sistema, em que todos esses aspectos se complementam. Para Veiga(2013), é essencial que as políticas públicas se sustentem além dos ciclos políticos, garantindo uma governança responsável que pense no futuro e no bem-estar de toda a sociedade.

A adaptação das instituições é um fator essencial para a sustentabilidade, como apontado por Folke *et al.*(2010), que associam esse conceito à capacidade dos sistemas de se ajustarem às mudanças, sejam elas naturais ou causadas pela ação humana. No setor de água e esgoto, isso significa proteger as bacias hidrográficas e preparar os sistemas para lidar com desafios como as mudanças climáticas e a urbanização descontrolada, garantindo que os serviços se mantenham eficientes e sustentáveis a longo prazo.

A justiça ambiental, conforme Acsehrad (2004), é fundamental para assegurar que os recursos naturais e os serviços essenciais sejam distribuídos de forma equitativa, com o objetivo de reduzir as desigualdades e garantir que as populações mais vulneráveis tenham acesso a serviços de qualidade. Sachs (2007) amplia essa visão ao ressaltar a importância da inovação tecnológica, que pode transformar os sistemas existentes, tornando-os mais alinhados com os princípios de igualdade e preservação ambiental.

A transparência e a prestação de contas são fundamentais para fortalecer a confiança da população nas instituições. Rezende e Cunha (2019) destacam que a sociedade precisa ter acesso a processos claros que possibilitem o monitoramento adequado do uso dos recursos, garantindo que esses sejam utilizados de maneira responsável e em benefício de todos.

FUNDAMENTOS DA GESTÃO SUSTENTÁVEL

A gestão sustentável busca encontrar um equilíbrio entre o que precisamos hoje e o que vamos deixar para as próximas gerações. Para isso, é preciso que todos participem da decisão,

desde o governo até cada um de nós. É como se a água fosse um bem comum, que precisa ser dividido de forma justa e responsável. Segundo especialistas como Biswas e Tortajada (2019), para garantir água limpa e tratada para todos, é preciso unir forças, usar a tecnologia a nosso favor e criar leis que protejam os nossos rios e lagos.

O setor de saneamento básico no Brasil passou por uma grande transformação com a aprovação da Lei nº 14.026/2020. Essa nova legislação traz normas mais modernas e eficientes para garantir que todos tenham acesso à água potável e esgoto tratado. A meta estabelecida é ambiciosa: universalizar esses serviços até 2033. Para atingir, o país enfrentará desafios, como a falta de infraestrutura em algumas áreas e a necessidade de investimentos de forma contínua. No entanto, com a nova lei em vigor, o Brasil está dando um passo significativo para um futuro com mais sustentabilidade.

FUNDAMENTOS DA GESTÃO SUSTENTÁVEL EM ÁGUA E ESGOTO

A água é um recurso valioso que deve ser compartilhado por todos. Por isso, é crucial usá-la de forma responsável e evitar desperdícios, como destacam Mello e Abreu(2020). Quando cuidamos da água, estamos investindo em um futuro mais sustentável para as gerações vindouras. Além disso, a proteção dos nossos rios e lagos, conforme afirmam Gonçalves e Ferreira(2021), é vital para manter a saúde do meio ambiente e assegurar água limpa para todos. Garantir o acesso universal à água potável e ao saneamento básico, especialmente para os mais vulneráveis, é uma prioridade, como apontam Fonseca *et al.*(2018). A participação ativa da comunidade nas decisões, como sugerem Rezende e Cunha(2019), é essencial para encontrar soluções que realmente atendam às necessidades de todos. Por fim, a tecnologia, como mostram Silva *et al.*(2022), desempenha um papel importante em tornar a gestão da água mais eficiente, ajudando a construir um futuro mais sustentável.

A eficiência hídrica, reconhecida como um dos pilares da gestão sustentável, é essencial para garantir o uso dos recursos naturais em um cenário de crescente desprovisionamento. Estudos mostram que programas de redução de perdas, como o monitoramento de vazamentos e a substituição de tubulações antigas, são essenciais para minimizar o desperdício de água e reduzir custos operacionais, além de contribuir significativamente para a preservação ambiental(MELLO & ABREU, 2020). Segundo Silva *et al.*(2021), a adoção de práticas de eficiência hídrica em sistemas urbanos é uma estratégia indispensável para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável(ODS), particularmente o ODS 6, que trata da disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento(SILVA, 2021).

A gestão sustentável também exige uma chegada integrada que considere a bacia hidrográfica como unidade de planejamento. Essa perspectiva permite ações coordenadas entre diferentes setores, cidades e usuários, promovendo estabilidade entre os usos múltiplos da água. Conforme destacado por Tucci(2015), essa abordagem é particularmente relevante em contextos onde a competição pelos recursos hídricos é elevada, exigindo uma gestão que assegure a igualdade e a sustentabilidade no acesso e no uso da água. Lopes et al. (2020) reforçam que a gestão integrada é essencial para enfrentar os desafios associados às mudanças

climáticas, como a redução na disponibilidade e o aumento na frequência de ocorrências externas.

A inclusão social é outro princípio regulador de uma gestão sustentável. A universalização do acesso aos serviços de água e saneamento básico, por meio de políticas públicas direcionadas a populações mais vulneráveis, é uma meta que exige prioridade. Tarifas sociais, programas de subsídios e investimentos em infraestrutura para comunidades carentes são exemplos de medidas que buscam reduzir as desigualdades (FONSECA *et al.*, 2018). Segundo Castro *et al.* (2019), a inclusão social em serviços de saneamento é de extrema importância para a área da saúde pública, o que, por sua vez, têm impactos diretos no desenvolvimento econômico e na redução da população mais necessitada.

A proteção ambiental é essencial para mitigar os impactos da atividade humana sobre os sistemas hídricos, incluindo a diminuição da contaminação de corpos d'água, a recuperação de áreas degradadas e o controle das emissões de gases de efeito estufa em estações de tratamento de esgoto (GONÇALVES & FERREIRA, 2021). Estudos de Almeida *et al.* (2023) apontam que práticas de manejo sustentável aumentam a resiliência de sistemas hídricos urbanos, reduzindo os impactos de eventos climáticos. A inovação tecnológica, como sensores inteligentes, reuso de água e utilização de resíduos de esgoto para biogás, impulsiona uma gestão mais sustentável (SILVA *et al.*, 2022). Carvalho e Mendes (2022) destacam que investimentos em tecnologias não só melhoram a eficiência, mas também geram novas oportunidades econômicas, promovendo um modelo de economia circular que beneficia o meio ambiente e a sociedade como um todo. Dessa forma, a integração entre eficiência, inclusão, proteção ambiental e inovação tecnológica é fundamental para uma gestão sustentável da água.

APLICAÇÕES PRÁTICAS NO SETOR DE ÁGUA E ESGOTO

Em suma, as aplicações práticas da sustentável no setor de água e esgoto evidenciam como os cursos de ações podem atender às demandas, tanto ambientais como sociais e econômicas. Assim, a operação eficiente é um dos pilares do problema. Implica a adoção de ações voltadas para a redução do consumo de água, perda de sua, entre outros. Estudos indicam que iniciativas como o monitoramento de vazamentos e a modernização de infraestruturas podem reduzir significativamente o desperdício e os custos operacionais, contribuindo para a sustentabilidade do setor (MELLO & ABREU, 2020). Além disso, a implementação de sistemas de medição inteligente, como os adotados em Singapura, permite monitorar o consumo em tempo real, identificar problemas rapidamente e otimizar o uso da água (PUB, 2020).

A inclusão social é outro componente importante. Políticas tarifárias progressivas e programas de subsídio cruzado têm sido amplamente utilizados para garantir que populações de baixa renda possam acessar serviços de água e esgoto. Fonseca *et al.* (2018) destacam que tais medidas são fundamentais para promover a equidade social em áreas urbanas e rurais. No Brasil, o programa “Água para Todos” é um exemplo de como soluções simples e acessíveis, como a instalação de cisternas em regiões de baixa disponibilidade hídrica, podem transformar a realidade de comunidades vulneráveis, assegurando o direito à água potável e melhorando a qualidade de vida (BRASIL, 2014).

A educação ambiental também desempenha um papel crucial na gestão sustentável, engajando a sociedade no uso consciente dos recursos hídricos. Iniciativas como o programa

“Agentes da Água”, que capacita cidadãos para monitorar e conservar os recursos hídricos locais, mostram como a participação ativa da comunidade pode complementar as ações governamentais e aumentar a eficácia das políticas públicas(GONÇALVES & FERREIRA, 2021). Esses programas reforçam a ideia de que a sustentabilidade é um esforço coletivo, que exige o envolvimento de todos os atores da sociedade.

No âmbito internacional, a cidade de Copenhague, na Dinamarca, é referência em gestão integrada e sustentável no setor de água e esgoto. A cidade adota soluções inovadoras como a captação e o armazenamento de água da chuva, sistemas de drenagem sustentável e a geração de energia a partir do tratamento de esgoto. Além de reduzir os impactos ambientais, essas práticas contribuem para a eficiência energética e ajudam a cidade a alcançar suas metas de neutralidade de carbono(TORTAJADA, 2021). Outro exemplo relevante é o de Windhoek, na Namíbia, que opera o primeiro sistema de reuso direto de água potável em grande escala do mundo, uma solução essencial em uma região com severa escassez hídrica (VAN DER MERWE *et al.*, 2019).

No Brasil, a experiência de São Paulo durante a crise hídrica de 2014-2015 destacou a importância da inovação e da gestão integrada. Projetos como o “Novo Rio Pinheiros” têm como objetivo revitalizar um dos principais rios da região metropolitana por meio de ações de despoluição, coleta e tratamento de esgoto, além de atividades de educação ambiental para a população local. Essas iniciativas, aliadas a investimentos em infraestrutura, visam não apenas melhorar a qualidade da água, mas também criar espaços de convivência e lazer para a comunidade(SABESP, 2020).

Por fim, a adoção de tecnologias avançadas tem revolucionado o setor. Sistemas de reuso de água, sensores inteligentes e a utilização de resíduos de estações de tratamento para a geração de biogás são exemplos de inovações que integram eficiência operacional e sustentabilidade ambiental. Um caso emblemático é o de Curitiba, no Paraná, que implementou biodigestores em estações de tratamento de esgoto para produzir energia limpa, reduzindo custos e emissões de gases de efeito estufa(CARVALHO & MENDES, 2022). Esses exemplos evidenciam que, com investimentos adequados e planejamento estratégico, é possível promover uma gestão do setor de água e esgoto que seja inclusiva, eficiente e alinhada com os princípios da sustentabilidade.

DESAFIOS GLOBAIS NO SETOR DE SANEAMENTO

Os desafios globais no setor de saneamento afetam diretamente a saúde pública, o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental, representando uma barreira crítica para o progresso sustentável. O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável(ODS) da ONU, que visa garantir a gestão sustentável da água e saneamento para todos até 2030, reflete a urgência em lidar com esses problemas, mas enfrenta obstáculos como desigualdades sociais, escassez de recursos naturais, mudanças climáticas e governança ineficaz.

A falta de acesso universal à água e esgoto é um dos maiores desafios. Mais de 2 bilhões de pessoas ainda carecem de água potável e cerca de 3,6 bilhões não têm acesso a saneamento adequado(ONU, 2023). Programas como o Swachh Bharat Mission, na Índia, têm promovido

avanços, mas desafios como a manutenção das instalações e a educação sanitária persistem(WHO & UNICEF, 2020).

A urbanização acelerada agrava ainda mais a questão. Em cidades como Lagos e Jacarta, o rápido crescimento populacional supera a capacidade das infraestruturas de saneamento, resultando em sérios problemas de saúde pública, como cólera e hepatite A. Além disso, a gestão inadequada das águas residuais, com mais de 80% delas sendo descartadas sem tratamento, contamina os corpos d'água e prejudica os ecossistemas(HUTTON *et al.*, 2016).

As mudanças climáticas também intensificam os desafios do setor. Eventos extremos, como secas e inundações, afetam a qualidade e a disponibilidade da água. Em Bangladesh, por exemplo, as inundações frequentes danificam infraestruturas e aumentam doenças transmitidas pela água(TORTAJADA, 2021). No Oriente Médio, a escassez de água é exacerbada pela redução das chuvas, e países como a Jordânia investem em dessalinização e reuso de água, mas essas soluções ainda são inacessíveis para muitas comunidades vulneráveis (UNESCO, 2023).

Outro desafio significativo são as desigualdades sociais e econômicas. Populações marginalizadas enfrentam barreiras persistentes ao acesso aos serviços. No Brasil, cerca de 16% da população ainda não tem coleta de esgoto, especialmente nas regiões Norte e Nordeste(SNIS, 2023). Tarifas elevadas excluem os mais pobres, exigindo políticas tarifárias inclusivas e subsídios cruzados.

Finalmente, a governança e o financiamento insuficientes são obstáculos críticos. Muitos países não possuem o devido quadro regulamentar e institucional. O déficit de financiamento global para atingir o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável – ODS 6- é de US\$114 bilhões por ano no World Bank, 2021. A descentralização dos serviços de saneamento em países latino-americanos, como Honduras e Guatemala, também cria uma otimização administrativa ineficiente.

Finalmente, existem problemas criminais, por exemplo, despejando esgotamento em rios e lagos, o que resulta em poluição e perda de biodiversidade. Um exemplo desse problema é o Rio Ganges, na Índia. O despejo de esgoto não tratado prejudica milhões de seres humanos, entretanto, a solução do problema real a partir deste caso é pequena devido à natureza insustentável do governo e a capacidade subsequente da agricultura, o que significa que é simplesmente uma solução temporária associada a mais extensão no futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Administrar de maneira sustentável os serviços de água e esgoto é crucial para assegurar o acesso de todos a esses serviços essenciais, proteger os recursos hídricos e minimizar os impactos ambientais gerados pelo uso inadequado da água. Em um mundo que lida com problemas como as alterações climáticas, a crescente urbanização e a desigualdade no acesso a recursos essenciais, torna-se ainda mais necessário.

Princípios de equidade, transparência e inclusão social são fundamentais para que a gestão sustentável seja, além de eficiente, justa, para garantir que todos, independentemente de seus recursos socioeconômicos, tenham acesso a serviços de qualidade. É fundamental envolver a comunidade nas decisões e isso também se consegue por meio de governança e educação ambiental. Ambas as estratégias contribuíram, informando e moldando políticas públicas que promovam a justiça social e garantam o acesso equitativo à água e aos demais recursos naturais

da água. Essas iniciativas são críticas para o desenvolvimento de políticas públicas que promovam a justiça social e garantam acionamentos mais eficazes e justos para a substancialidade hídrica e a limpeza para todos. Ademais disso, é crítico que as ações sejam transparentes e que as entidades e estruturas fornecedoras do serviço sejam estabelecidas responsáveis, a fim de ajudar a aumentar a confiança do povo e garantir que as ações façam jus ao necessário.

Finalmente, a inovação contínua, seja em termos de práticas operacionais ou soluções tecnológicas, é necessária para que os referidos serviços acompanhem e reajam às mudanças rápidas e desafiadoras ditadas pelo cenário global. A busca de ideias para a distribuição de água e seu tratamento, além de possíveis abordagens para o tratamento e reutilização do esgoto, pode ser benéfica para criar cidades resilientes e sustentáveis.

Assim, a gestão sustentável de serviços de água e esgoto não é meramente uma questão de infraestrutura; é um compromisso integral com a equidade social, inovação tecnológica e proteção ambiental. Enquanto isso, é viável lidar com os desafios dos sistemas modernos e criar comunidades mais justas, robustas e cientes da importância dos recursos hídricos para o bem-estar conjunto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, H. 2004. Justiça Ambiental: O que é e por que é importante. *Cadernos de Estudos Urbanos e Regionais*, 6(1), 71-86.
- ALMEIDA, R., SILVA, A., OLIVEIRA, P. 2023. Práticas de manejo sustentável em sistemas hídricos urbanos: aumentando a resiliência frente a eventos climáticos extremos. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, 28(3), 175-190.
- BARBIERI, J. C. 2011. A sustentabilidade no setor público: O desafio da integração das dimensões ambiental, social e econômica. *Revista de Administração Pública*, v. 45, n. 6, p. 1603-1620.
- BARTRAM, J., BROCKLEHURST, C., BRADLEY, D., MULLER, M., EVANS, B. 2019. Policy review of the water and sanitation sector in Latin America. *Water Policy*.
- BISWAS, A. K., TORTAJADA, C. 2019. *Governance of Water: Institutional Alternatives and the Role of Water Markets*. Springer.
- BRASIL. 2014. *Água para Todos: Programa de acesso à água potável e saneamento básico para populações de baixa renda*. Ministério da Integração Nacional.
- CARVALHO, T., MENDES, M. 2022. Inovação tecnológica e economia circular: novas oportunidades para a gestão sustentável de água e esgoto. *Revista Brasileira de Tecnologia e Inovação*, 15(1), 102-115.
- CARVALHO, T., MENDES, M. 2022. Sistemas de reuso de água e biodigestores em estações de tratamento: inovações para uma gestão sustentável. *Revista Brasileira de Inovações Ambientais*, 18(3), 45-58.
- CASTRO, E., LIMA, V., SILVA, F. 2019. A inclusão social em serviços de saneamento: impactos na saúde pública e desenvolvimento econômico. *Revista de Políticas Públicas em Saneamento*, 22(2), 210-227.
- ELKINGTON, J. 1988. *Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business*. Capstone Publishing.
- Folke, C., Carpenter, S. R., Walker, B., Scheffer, M., Chapin, T., & Rockström, J. 2010. Resilience Thinking: Integrating Resilience, Adaptability and Transformability. *Ecology and Society*, 15(4), 20. Disponível em: <https://www.ecologyandsociety.org/vol15/iss4/art20/>.
- FONSECA, R., SOUZA, S., COSTA, L. 2018. Inclusão social e universalização dos serviços de saneamento básico: políticas públicas e desafios. *Revista Brasileira de Política Social*, 17(3), 134-150.
- FONSECA, S., SILVA, R., OLIVEIRA, J. 2018. Políticas públicas para a universalização do acesso aos serviços de água e saneamento. *Revista Brasileira de Saneamento e Saúde*, 36(4), 102-116.
- GONÇALVES, L., FERREIRA, F. 2021. A educação ambiental na gestão sustentável dos recursos hídricos. *Revista de Gestão Ambiental*, 40(1), 35-50.
- GONÇALVES, L., FERREIRA, F. 2021. A proteção ambiental na gestão de águas e esgoto: estratégias para mitigar os impactos ambientais. *Revista de Gestão Ambiental*, 40(1), 35-50.
- GONÇALVES, R., FERREIRA, L. 2021. Gestão ambiental no setor de saneamento: práticas e desafios. *Revista de Gestão Ambiental*, 11(2), 101-115.

- HUTTON, G., HALLER, L., BARTRAM, J. 2016. Global costs and benefits of drinking-water supply and sanitation interventions to reach the MDG target and universal coverage. Geneva: World Health Organization.
- LOPES, M., PINTO, S., ALMEIDA, J. 2020. A gestão integrada de recursos hídricos e os desafios das mudanças climáticas. *Revista Internacional de Recursos Hídricos*, 15(2), 128-141.
- MELLO, F., ABREU, F. 2020. Eficiência no uso de recursos hídricos: práticas de redução de perdas e uso racional da água. *Revista Brasileira de Saneamento*, 32(4), 289-304.
- ONU. 2023. Relatório Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos. Disponível em: <https://www.un.org>.
- PUB. 2020. Water efficiency: smart metering systems for real-time monitoring. Public Utilities Board, Singapore.
- Relatório Brundtland. 1987. Nosso Futuro Comum. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Disponível em: <https://www.un-documents.net>.
- REZENDE, M., CUNHA, P. 2019. Economia Circular no Saneamento: Desafios e oportunidades para o Brasil. *Revista Brasileira de Saneamento e Meio Ambiente*.
- REZENDE, M., CUNHA, P. 2019. Governança participativa no setor de saneamento: práticas e desafios. *Revista de Administração Pública*, 53(6), 1012-1030.
- SABESP. 2020. Novo Rio Pinheiros: A revitalização de um dos principais rios da cidade de São Paulo. Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.
- SACHS, I. 2007. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: Garamond.
- Silva, A., Almeida, R., & Oliveira, P. 2021. Eficiência hídrica em sistemas urbanos: práticas e estratégias para o cumprimento dos ODS. *Revista de Tecnologia e Sustentabilidade*, 30(2), 78-92.
- SILVA, A., ALMEIDA, R., OLIVEIRA, P. 2022. Inovação tecnológica no saneamento: sistemas inteligentes para monitoramento e tratamento. *Revista de Tecnologia e Inovação*, 25(1), 72-86.
- SILVA, P., OLIVEIRA, T., SOUZA, R. 2022. Tecnologias emergentes na gestão de água e esgoto: monitoramento em tempo real e reuso de água. *Revista Brasileira de Tecnologias Sustentáveis*, 29(1), 67-82.
- SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO (SNIS). 2021. Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Regional.
- TORTAJADA, C. 2021. Copenhague e a gestão integrada e sustentável dos serviços de água e esgoto. *International Journal of Water Resources Development*, 37(1), 123-139
- TORTAJADA, C. 2021. Water infrastructure as an essential element for human development. *International Journal of Water Resources Development*.
- TUCCI, C. 2015. Gestão integrada de bacias hidrográficas: um caminho para a sustentabilidade. *Revista Brasileira de Recursos Hídricos*, 21(3), 45-58.
- UNESCO. 2023. Water Security and the Sustainable Development Goals. Paris: UNESCO. Disponível em: <https://www.unesco.org>.
- UNICEF. 2021. Progress on household drinking water, sanitation and hygiene 2000-2020: Five years into the SDGs. Geneva. Disponível em: <https://www.unicef.org>.
- VAN DER MERWE, S., MÜLLER, M., BARTRAM, J. 2019. Reuso direto de água potável em Windhoek: uma solução para a escassez hídrica. *Water Policy*, 21(5), 102-118.
- VEIGA, J. E. 2013. A sustentabilidade na gestão pública e a governança participativa. *Revista de Administração Pública*, v. 47, n. 6, p. 1419-1440.
- WHO & UNICEF. 2020. Progress on household drinking water, sanitation and hygiene 2000-2020: Five years into the SDGs. Geneva. Disponível em: <https://www.unicef.org>.
- WORLD BANK. 2021. Financing Universal Water and Sanitation Access: The Missing Link in the SDGs. Washington, DC: World Bank. Disponível em: <https://www.worldbank.org>.



**INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC**

Publicação Mensal da INTEGRALIZE

Aceitam-se permutas com outros periódicos.

Para obter exemplares da Revista impressa, entre em contato com a Editora Integralize pelo (49) 99176-6732

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC

Florianópolis-SC
Rodovia SC 401, Bairro Saco Grande,
CEP 88032-005.

Contato: (49) 99176-6732
<https://www.iiscientific.com>